

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CARLOS MANUEL DIOGO DA LUZ FLORÊNCIO

**AS MARGENS DO PIRAQUÊ-AÇU:
ETNOGÊNESE E TERRITÓRIO; UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA**

**VITÓRIA
2010**

CARLOS MANUEL DIOGO DA LUZ FLORÊNCIO

**AS MARGENS DO PIRAQUÊ-AÇU:
ETNOGÊNESE E TERRITÓRIO; UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Scarim

VITÓRIA
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

F632m Florêncio, Carlos Manuel Diogo da Luz, 1961-
As margens do Piraquê-Açu : etnogênese e território : uma
abordagem geográfica / Carlos Manuel Diogo da Luz Florêncio. –
2010.
162 f. : il.

Orientador: Paulo Cesar Scarin.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Piraquê-Açu, Rio (ES). 2. Etnogênese. 3. Território. 4.
Aracruz Celulose. 4. I. Scarin, Paulo Cesar. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 91

“AS MARGENS DO PIRAQUÊ-AÇU: ETNOGÊNESE E TERRITÓRIO; UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA”

Carlos Manuel Diogo da Luz Florêncio

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 19 de Novembro de 2010 por:

Prof. Dr. Paulo Cesar Scarim – Orientador - UFES

Prof^ª. Dr^ª. Celeste Ciccarone – UFES

Prof. Dr. Luis Carlos Tosta dos Reis – UFES

Prof^ª. Dr^ª. Marilda Teles Maracci – UFF

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Sempre.

Em primeiro lugar, Por tudo.

À minha família.

Ao meu orientador Paulo César Scarim.

À professora Celeste Ciccarone.

Ao colega Rodrigo de Souza Batista Pimenta pela inestimável ajuda na produção dos mapas.

Ao saudoso professor Jean Louie Boudou.

Ainda agradeço aos meus amigos de todas as partes que, contribuíram para o meu processo de reflexão.

À Banca examinadora.

Existem verdades triviais e grandes verdades. O contrário de uma grande verdade é também verdadeiro. [...] Uma grande verdade é uma afirmação cujo contrário é também uma grande verdade. Niels Bohr (1949)

Pedra Filosofal

Eles não sabem que o sonho
É uma constante da vida
Tão concreta e definida
Como outra coisa qualquer
Como esta pedra cinzenta
Em que me sento e descanso
Como este ribeiro manso
Em serenos sobressaltos
Como estes pinheiros altos
Que em verde oiro se agitam
Como estas aves que gritam
Em bebedeiras de azul
Eles não sabem que o sonho
É vinho, é espuma, é fermento
Bichinho álaçre e sedento
De focinho pontiagudo
Que fossa através de tudo
Num perpétuo movimento.
Eles não sabem que o sonho
É tela, é cor, é pincel
Base, fuste, capitel
Arco em ogiva, vitral
Pináculo de catedral
Contraponto, sinfonia
Máscara grega magia
Que é retorta de alquimista
Mapa do mundo distante
Rosa-dos-ventos, infante
Caravela quinhentista
Que é cabo da Boa Esperança
Ouro canela, marfim
Florete de espadachim
Bastidor, passo de dança
Colombina e Arlequim
Passarola voadora
Pára-raios, locomotiva
Barco de proa festiva
Alto forno, geradora
Cisão do átomo, radar
Ultra-som, televisão
Desembarque em foguetão
Na superfície lunar
Eles nem sabem, nem sonham
Que o sonho comanda a vida
Que sempre que um homem sonha
O mundo pula e avança
Como bola colorida
Entre as mãos de uma criança.

António Gideão

RESUMO

Este trabalho aborda a “Etnogênese” de populações Tupiniquim e Guaraní do município de Aracruz no Estado do Espírito Santo Brasil, acontecida nos últimos cinquenta anos. Os territórios delimitados à face da lei como terras indígenas têm fronteira com outros territórios em vias de classificação como áreas protegidas em um mosaico de usos territoriais conflitantes e disputas pela posse da terra de baixa intensidade. Monocultura de eucalipto, uso e proteção de estuários e manguezais, relacionamento econômico entre populações de manejo tradicional dos recursos do estuário do Piraquê-açu e Piraquê-mirim com as envolvências urbanas e industriais são abordadas. Partindo da problemática indígena e territorial, através do estudo das margens, tecem-se algumas considerações conceituais sobre Etnogênese, Território, pertinentes à reflexão Geográfica, local e global. A densificação da atividade industrial na região com a conseqüente perda de qualidade ambiental é trazida para a discussão pelos riscos acrescidos de desastres ambientais conectados à indústria petrolífera e naval em expansão localmente.

Palavras-chave: etnogênese, territorialização, Piraquê-açu.

ABSTRACT

This work addresses the “Ethnogenesis” of Tupiniquim and Guarani populations in the municipality of Aracruz in Espírito Santo Brazil, which happened in the past fifty years. The area of land reserved under the law as Indian land, does have frontier with other areas which are currently being classified as protected areas in a variety of territorial uses and conflicting territorial disputes over land tenure, of low intensity use, with eucalyptus monoculture, for use and protection of estuaries and marchlands with economic relationship between populations of traditional Piraquê-Mirim estuaries. Such populations are concentrated on the north bank of the estuary. Starting from the indigenous and territorial issues, through the study of objective and subjective approaches a few conceptual considerations on ethnogenesis, space, living space, territory, state, globalization emerged as a result of the dynamics of the relevant research as well as from Geographical reflection that presents a scenario of anthropic activities which results from continued industrialization and industry unit and broad expansion of the port sector.

Keywords: ethnogenesis, territorialization, Piraquê-açu

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - População Indígena T (Tupiniquim) G (Guarani) M (Misto).....	116
Tabela 02 - População da grande Vitória.....	123

LISTA DE SIGLAS

AGB	- Associação de Geógrafos Brasileiros.
APA	- Área de Preservação Ambiental.
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CIMI	- Conselho Indigenista Missionário.
COFAVI	- Companhia de Ferro e Aço de Vitória S/A.
ES	- Espírito Santo (estado).
ECOTEC	- Economia e Engenharia Industrial.
EEEFMMGS	- Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Guilherme Schmitz.
FBCN	- Fundação Brasileira de Conservação da Natureza.
FUNAI	- Fundação Nacional de Assistência aos Índios
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística.
IDH	- Índice de desenvolvimento humano.
IJSN	- Instituto Jones dos Santos Neves.
SOPORCEL	- Sociedade Portuguesa de Celulose.
OIT	- Organização Internacional do Trabalho.
ONG	- Organização não governamental.
REVIS	- Refúgio de Vida Silvestre.
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
SPI	- Serviço de Proteção ao Índio.
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais.
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas.
URSS	- União das Republicas Socialistas Soviéticas.
VCP	- Votorantim Celulose e Papel.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O Piraquê-açu	14
Figura 2: Leste do Piraquê-açu.....	17
Figura 3: Esquema de Localidades.....	18
Figura 4: Igreja de Reis Magos – Nova Almeida, Serra.....	41
Figura 5: Hibridização no Piraquê-açu.....	46
Figura 6: Eucalipto em pé e matéria prima	64
Figura 7: Panorama da Aracruz Celulose.....	65
Figura 8: Paisagem “Poluída” Piraquê-açu Manguezal e Eucaliptal.....	70
Figura 9: Raiz de mangue com ostra. Ostra de pau.....	72
Figura 10: Fluxos matéria e energia na coluna de água num estuário.....	73
Figura 11: Placa propaganda.....	75
Figura 12: Parte do Instrumental de maricultura e captura por armadilhas em uso no Piraquê-áçu.....	76
Figura 13: Barcos variados na areia , centro de Santa Cruz.....	82
Figura 14: Desastre ambiental no golfo do México.....	85
Figura 15: Ostras de Pau. Praia de Caeiras.....	88
Figura 16: Input e captura energética num estuário.....	89
Figura 17: Praia de Caeiras, folhas dispersas pelas marés no Piraquê-açu	90
Figura 18: Antiga câmara municipal de Santa Cruz.....	92
Figura 19: Artesanato Guarani.....	120
Figura 20: Igreja de Santa Cruz.....	124
Figura 21: Índia de Irajá em feira semanal, vendendo marisco.....	127
Figura 22: Aldeia de Irajá.....	128
Figura 23: Momento político na assembléia estadual.	131
Figura 24: Sequência de ampliações dos territórios indígenas.....	141
Figura 25: Espaço para os estaleiros Jurong.....	143
Figura 26: Estaleiro gêmeo da futura construção.....	143
Figura 27: Pesca Artesanal.....	145
Figura 28: Esquema de circulação da região Piraquê-acú.....	149

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Aldeias Indígenas próximas ao Piraquê-açu.....	16
Mapa 02 - Área central do Município.....	18
Mapa 03 - Carta topográfica do Piraquê-açu.....	23
Mapa 04 - Sistema viário e ferroviário do município de Aracruz.....	60
Mapa 05 - O Município de Aracruz, Físico.....	61
Mapa 06 - Concentração de Plantações de Eucalipto no centro norte Capixaba.....	66
Mapa 07 - Mapa Fitogeográfico.....	71
Mapa 08 - Bacias hidrográficas do Piraquê-açu e Piraquê-mirim.....	78
Mapa 09 - Área de Preservação Ambiental Terrestre e Marítima.....	84
Mapa 10 – Percurso do Guarani de 1940 a 1967.....	119
Mapa 11 – Litoralidade e marcha Urbana.....	122

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 BASE TEÓRICA: SOBRE ETNOGÊNESE, TERRITÓRIO E CONCEITOS ASSOCIADOS.....	29
2.1 ETNOGÊNESE E TERRITÓRIO.....	29
2.2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	51
2.3 OBJETO.....	57
3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA: ARACRUZ E O PIRAQUEA-AÇÚ BREVE APRESENTAÇÃO.....	59
3.1 ARACRUZ: BREVE APRESENTAÇÃO.....	59
3.2 A NATUREZA NO PIRAQUÊ-AÇÚ: ATRIBUTOS DA GEOGRAFIA FÍSICA.....	69
4 ELEMENTOS DA TERRITORIALIDADE DA ETNOGENÊSE DO ÍNDIO DAS MARGENS DO PIRAQUEA-AÇÚ: UM ESFORÇO DE ANÁLISE.....	92
4.1 A TERRITORIALIDADE DA ETNOGÊNESE TUPINIQUIM: UMA ANÁLISE HISTÓRICA – GEOGRÁFICA.....	92
4.2 O PAPEL DA NORMATIZAÇÃO DO USO DO TERRITÓRIO NA DINÂMICA DA ETNOGÊNESE TUPINIQUIM NO PIRAQUE-AÇÚ.....	99
4.3 TERRITORIALIDADE E ETNOGÊNESE DO ÍNDIO NO PIRAQUÊ-AÇÚ UMA ANÁLISE SINCRÔNICA.....	106
4.3.1 Os homens do Piraquê-açú.....	106
4.4 A (RE) TERRITORIALIZAÇÃO RECENTE DAS COMUNIDADES INDÍGENAS NO PIRAQUÊ-AÇÚ – ARACRUZ (ES).....	114
4.5 AS COMUNIDADES INDÍGENAS E A APROXIMAÇÃO DO URBANO AO PIRAQUÊ-AÇÚ.....	121
4.6 A ETNOGÊNESE NO PIRAQUÊ-AÇÚ: QUESTÕES POLÍTICAS RECENTES.....	132
4.7 PRÓXIMO GRANDE IMPACTO INDUSTRIAL.....	143
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
6 REFERÊNCIAS.....	154

I INTRODUÇÃO

As questões do foro relativo à Etnicidade, Grupo étnico, etnogênese, e suas territorialidades têm ocupado cada vez mais posição central como dos maiores desafios a serem resolvidos na atualidade. Tais eventos pressionam as instâncias governamentais fortemente. A etnicidade tem mostrado grande capacidade de clivagem nas massas humanas, tendo essa ação, tido reflexos geopolíticos e territoriais, constituindo a etnicidade, uma ferramenta que se soma a outras, como o conceito de classe marxista como “motor” e produto da territorialização do espaço.

A problemática da etnicidade contemporânea teve como ponto de partida a descolonização do século XX, que no continente americano encontra as raízes nas independências do século XVIII e XIX. Os atuais fluxos e contatos étnico culturais pertencendo a uma Pós modernidade¹ (aqui discutida), vivida nas grandes cidades dos países centrais devido às migrações (a gestão de diversas culturas em amplo amalgamento urbano). Tal processo constitui uma história já longa de quinhentos anos na América iniciado em um tempo da Modernidade européia.

Esta obra aborda as fronteiras entre diversas comunidades indígenas que habitam aldeias, próximas entre si, e a sociedade brasileira aqui representada pelo município de Aracruz e a Grande Vitória. As territorializações e a etnogênese são base para reflexões privilegiando a relação do ser humano com o estuário do Piraquê-açu.



Figura 01: O Piraquê-açu
Fonte: Prefeitura Municipal de Aracruz (2010)

¹ A Pós Modernidade é abordada na Metodologia como dos principais conceitos privilegiando seu recorte temporal no contexto desta dissertação.

Através da imagem consegue-se ver parte do estuário, o manguezal, a ondulação dos sedimentos, barreiras e ao fundo os morrotes do solo cristalinos próximos ao Piraquê-açu

As várias aldeias de população Tupiniquim (em sua maioria) e Guaraní situam-se no município de Aracruz no estado do Espírito Santo, Brasil, constituindo aproximadamente 5% da população municipal, em sua maioria residem na margem norte de um extenso manguezal e estuário o Piraquê-açu conforme se pode observar no mapa 01 na próxima página. Sendo os únicos indivíduos organizados, como Tupiniquins² das numerosas tribos desta etnia que habitavam partes da costa brasileira e seus sertões, antes e durante a colonialidade³. Esses Tupiniquins e Guaranis mais próximos da boca do estuário constituem a maioria da população indígena municipal, apresentando-se Caieiras como pólo central, onde se concentram as infra-estruturas de tutela, controle e apoio.

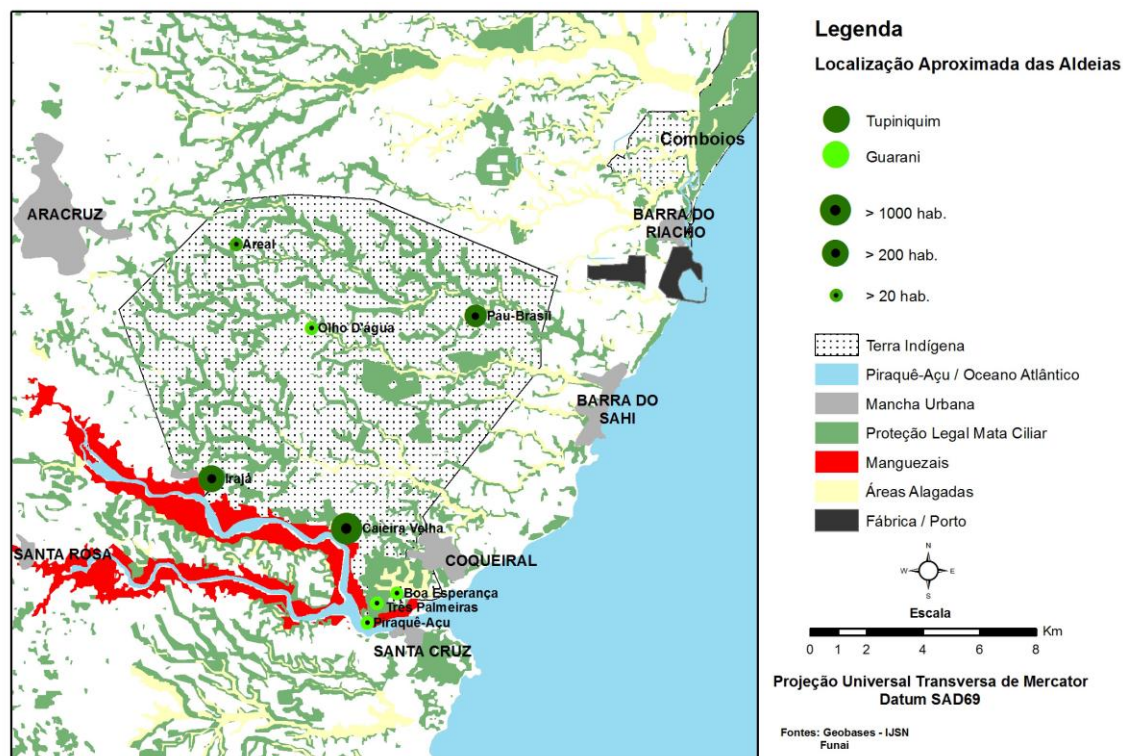
Ao longo de aproximadamente quinhentos anos de colonialidade as populações Tupiniquins do Piraquê-açu contribuíram significativamente e sistematicamente na construção da população regional sendo uma de suas matrizes genéticas e culturais. Ao século XXI chegaram com sua individualidade negociada ao longo dos referidos séculos, onde a ação dos Jesuítas foi significativa, seu território, também negociado, inclusive juridicamente, de tamanho variável e instável historicamente, apresenta-se reconhecido depois de uma longa luta, neste trabalho apresentada em traços gerais.

Uma questão pertinente à compreensão da etnogênese das populações Tupiniquim em sua reterritorialização conjunta, assunto abordado por (MARACCI, 2008) com os índios Guaraní, é a atuação da igreja que sempre se fez presente no direcionamento do processo de aculturação que a colonização e ocupação territorial tentava impor. Desde os primórdios da colonização, com os jesuítas ao longo de séculos até à teologia da libertação dos nossos dias, os mitos, os ritos e a cultura dialogavam criando “patamares” explicativos da realidade vivida, e no Piraquê-açu não foi

² Em os Diários Índios sobre os Urubus-Kaapor, Darcy Ribeiro os considera Tupiniquins, sendo tribos que provavelmente, na opinião dele, se adentraram às florestas tendo estes se refugiado no interior do atual estado do Pará. Assim sendo estes Tupiniquins do Espírito Santo não seriam os últimos.

³ Optou-se pelo termo colonialidade, pois o mesmo apresenta características mais atemporais, ao contrário de colonialismo que pode, em muitas interpretações, induzir seu fim quando cessa a relação hierárquica metrópole versus colônia.

diferente. A “padronização cultural foi realizada em um tempo e espaço local principalmente nos séculos XVII e XVIII”.



MAPA 01: Aldeias indígenas próximas ao Piraquê-açu.
Fonte: Geobases (IJSN), FUNAI (2010)

Conforme se pode ver no primeiro mapa, paralelamente ao braço norte do Piraquê-açu se encontram as localidades de, Piraquê-açu, Três Palmeiras, Boa Esperança, Coqueiral, Caieiras, Irajá e, por fim, Aracruz próxima aos brejos da planície recém sedimentada do vale do rio Santa Maria, principal fornecedor de água doce ao estuário do Piraquê-açu. A rodovia Primo Bitti⁴ visível no mapa nº 2 (p. 18), que interliga Aracruz a Coqueiral passando pelas localidades de Caieiras e Irajá, foi inaugurada há quatro anos aumentando a acessibilidade das referidas aldeias indígenas. Seu percurso no baixo planalto terciário composto por sedimentos Barreiras⁵ é paralelo ao referido braço norte do estuário reforçando o eixo histórico

⁴ Primo Bitti- Filho de Eugênio Antônio Bitti, foi o prefeito mais vezes eleito de Aracruz (cinco vezes), faleceu a 03/06/2001. Sua ação política vai desde a década de cinquenta até sua morte.

⁵ Formações terciárias que aparecem como falésias costeiras desde o território do Amapá até ao estado do Rio de Janeiro. As barreiras são constituídas de arenitos friáveis, intercalados com folhelhos mais ou menos decompostos. No município de Aracruz a formação Barreiras ocupa a maior parte do território.

de penetração para o interior, acessado no passado por canoa e agora por caminhão e carros.



Figura 2: Leste do Piraquê-Açu.
Fonte: Ortofotomosaico 2007/2008.

A imagem de satélite permite uma liberdade na interpretação, favorecendo o leitor na interpretação. Conjuntamente se apresenta um esquema que acompanhará parte significativa da produção, repetindo-se com algumas variações. O esquema (figura 3) abaixo representa as principais localidades do Piraquê-açu (braço norte) mais Santa Cruz, respeitando a sua posição relativa. Mantiveram-se as cores escolhidas no mapa 01 para representar as etnias, assim como aproximadamente sua população quantitativa. Irajá embora seja aparentemente uma localidade têm características jurídicas e humanas diferentes nas suas duas partes, a Tupiniquim e a não indígena daí a escolha de sua representação por dois símbolos juntos

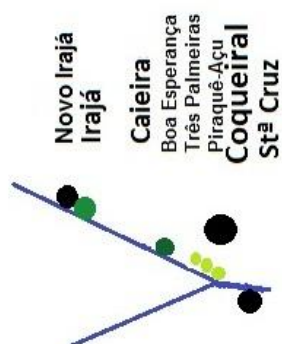
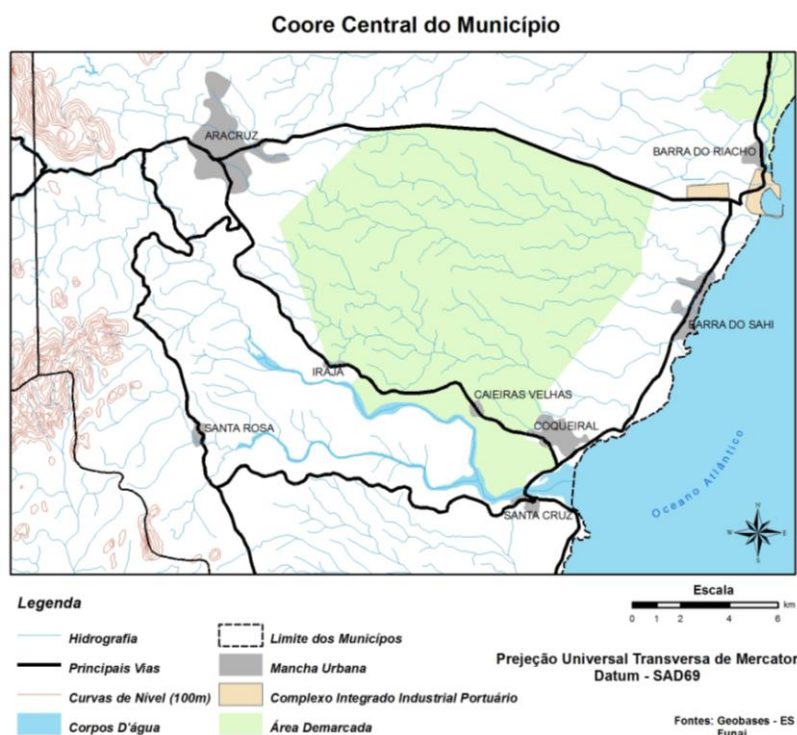


Figura 3: Esquema de Localidades
Fonte: Realização do Autor

No lado contrário na boca do estuário, ao sul, encontra-se o núcleo “cidade” de Santa Cruz, antiga sede do poder político e mais antigo povoado do município, umbigo e fio condutor da história regional. O mapa abaixo apresenta a área de estudo.



Mapa 2: Área central do Município
Fonte: Geobases (IJSN), FUNAI (2010).

A localidade de Irajá com aproximadamente três mil habitantes tem parte de seu espaço inserido nos territórios indígenas e parte fora, apresentando, assim, populações Tupiniquim e não indígenas convivendo na mesma localidade, sujeitos a

status jurídicos e étnicos diferenciados, tornando-se essa característica, um diferencial relativamente às outras localidades do entorno do Piraquê-açu conforme se pode observar no mapa 02, acima.

Por intermédio de contatos com pessoas das comunidades indígenas, em sua maioria adolescentes que freqüentavam a escola Monsenhor Guilherme Schmitz⁶ (EEEFMMGS), situada em Aracruz, detectou-se que uma das formas de identificação indígena é a posição que a habitação familiar ocupa ao longo da rodovia Primo Bitti (interliga Coqueiral a Aracruz) em que os índios habitariam somente um dos lados e a outra população “os brancos”⁷ habitariam o outro lado. Tal fato é específico de Irajá conforme esclarecimento verbal da Dr^a Celeste Ciccarone.

Por meio de entrevistas e contactos diversos⁸, foi mencionada a mudança de famílias de um para o outro lado da referida rodovia como consequência de maiores ou menores afinidades com a comunidade indígena e suas lideranças, podendo acarretar no limite, até desligamento da comunidade. A recíproca, foi mencionada também verdadeira, correspondendo, então à saída do mundo dos “brancos” para o universo Tupiniquim. Tendo sido este deslocamento físico em relação a um marco (a estrada) um dos pontos de partida deste estudo.

Entre 1999 a 2005 ocorreram mobilizações acadêmicas em apoio às comunidades indígenas em sua luta por Território, à época, pretensões dos índios do município de Aracruz contra a empresa Aracruz Celulose atualmente Fibria⁹ que era e é a principal proprietária privada do município, usando o território indígena para a monocultura de eucalipto. O apoio da A.G.B. seção de Vitória e de movimentos

⁶ Batizado Willehelm Schimtz, nascido em Colônia (Köln) em 03 de junho de 1906 chegou ao Brasil em 1931 estudando no seminário menor em Mahumirim. Em 1937 já padre fixou-se em São Mateus indo para Aracruz em 1955. Durante 28 anos de atuação em Aracruz foi importante dinamizador da vida cultural local e da construção de importantes infra-estruturas da cidade, falecido a 02 de janeiro de 1983 e sepultado em Aracruz.

⁷ “Os brancos” é denominado Irajá dos Brancos a parte não indígena da localidade de Irajá por eles próprios, não havendo correlação entre cor, raça da população. É uma forma de adjetivar a Irajá não Tupiniquim.

⁸ Onde, se destacou, à época Jacieli Pego, índia Tupiniquim atualmente residente em Caieiras.

⁹ Maior fábrica do mundo que utiliza o eucalipto como matéria prima para o fabrico da celulose. Por sua vez a celulose constitui a matéria prima da indústria papelreira que é a matéria prima da indústria gráfica.

sociais tais como a Rede Alerta contra o deserto Verde¹⁰, agiam de modo militante em resposta ao descaso e mesmo à violência do Estado, imposto muitas vezes ou, consentido historicamente pelo poder institucional, no reconhecimento das Terras indígenas Tupiniquim e Guarani.

Acompanhemos as palavras de João Roberto Costa de Souza enquadrando a discussão;

Por que a memória coletiva nacional considerava os Tupiniquins como extintos? Como devemos compreender a esse movimento de redefinição de fronteiras culturais e construção de uma nova identidade Tupiniquim? Quais os interesses que estão em jogo na disputa por essas memórias? De qualquer modo é importante ressaltar que todo o esforço que busca redefinir as fronteiras entre o grupo e a sociedade nacional contribui para o surgimento de uma oposição antes não considerada: a memória coletiva nacional; que desconhece a existência dos índios Tupiniquim, e a memória coletiva do grupo, que passa a disputar uma outra versão acerca dos fatos ocorridos no passado. (SOUZA, J. R. C. 2000 p.81).

Fronteira e oposição não têm que estar “juntas”, a fronteira pode unir duas partes, é caso a caso que se analisa, certamente, a monocultura do eucalipto constituía uma fronteira de enfrentamento, oposição com as populações Tupiniquins e Guarani pelo significado territorial diferente. Tenta-se analisar um problema (a difícil relação espaço, território, Índios, Aracruz Celulose, prefeitura, posseiros, pequenos e médios proprietários, áreas preservadas, ecologia, qualidade de vida, justiça social, cidadania), contendo conceitos ideológicos de difícil uso, tentando adaptar os instrumentos metodológicos e epistemológicos habitualmente usados, procurando alternativas em diversas correntes acadêmicas.

Os conjuntos de questões levantadas à época e gradualmente refinadas levaram-me a um caminho intelectual mais teórico que participativa e a uma busca de produtos acadêmicos sobre o objeto de estudo humano e físico. Sua definição mostrou-se mais esquivada do que gostaria, e o gradual evoluir da pesquisa me encaminhou a questões básicas de conceituação e epistemológicas, que desde a crise geral da ciência como um todo assim como da Geografia, em particular, justificada como fruto

¹⁰. Movimento sócio ambiental extremamente ativa na luta contra a monocultura do eucalipto e do Pinus no Espírito Santo, sul da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais no apoio às populações tradicionais prejudicadas pelos grandes projetos. Seu contributo para uma melhor justiça social tem sido significativo.

da falência do modelo positivista. Tal “desconforto” científico é sentido mais fortemente a partir da década de cinquenta do século passado dentro do contexto da passagem da Modernidade para a Pós-Modernidade.

Questões conceituais, como território, pertencimento, etnia, realidade jurídica e ecológica, hibridização, etnogênese, conceitos complexos, e transdisciplinares, neste trabalho são usados pelos ângulos predominantes da Geografia e Antropologia. Devido à impossibilidade de abarcar o todo, privilegiou-se os conceitos de Território e Etnogênese assim como as Margens¹¹, espaço real e subjetivo que se apresenta semelhante a um labirinto de significados em um tempo que se compreende como Pós-Moderno, onde muitos dos agentes sejam, e atuem, através de modos de vida tradicionais.

Na atualidade a Legislação brasileira garante a autodefinição étnica pela constituição de 1988, para muitos tal é o princípio sob o qual se alicerça o convívio étnico, se não racial.¹² Exemplos do passado nos mostram a “relatividade” da posse territorial que o Estado concedia associada à identidade étnica, notadamente as terras indígenas. No caso deste estudo sobre as populações Tupiniquim e Guarani, essa supressão dos direitos territoriais é similar à acontecida em outras partes onde as muitas leis são produzidas e pouco realizadas, o que gerou nos últimos séculos, até à atualidade a marginalização dessas populações.

A realidade empírica nos ajudou a identificar a lógica da centralidade cultural no projeto colonial e ainda mais acentuadamente no projeto de Estado brasileiro. Por outro lado as questões das múltiplas culturas, Indígenas, dos Quilombolas¹³, dos Caiçaras, pescadores e outras populações tradicionais abrem uma caixa de

¹¹ A Margem ou as Margens correspondem, nesta obra, aos limites dos territórios indígenas que são lineares assim como ao espaço estuarino que, igualmente se aproxima de uma linearidade ao se considerar seus ecossistemas específicos. A subjetividade étnica corresponde a outra margem, essa não cartografável, mas passível de uma resposta objetiva. A comodidade da margem linear não pode ocultar que o fenômeno em seu interior ou já fora da margem corresponde a um degradê de características que se vão perdendo ao nos afastarmos do objeto, corrompendo a referida margem linear.

¹² A existência ou não das raças humanas, matéria esta com duvidosa sustentação científica, ganha importância pelas práticas sociais discriminatórias.

¹³ Quilombolas consistem em populações descendentes de escravos fugidos que formavam quilombos, locais onde podiam viver em liberdade. Essas populações chegaram à atualidade sem verem seus territórios reconhecidos como propriedade coletiva ou privada.

Pandora¹⁴ aliás, caixa essa que nunca foi fechada, conectada, atualmente à Pós-Modernidade, numa perspectiva de Igualdade de direitos, onde a seu tempo, todas as minorias étnicas e culturais, poderão colocar a questão de isonomia, e assim poderão alicerçar suas reivindicações. Há um processo de descentralização do estado (Scheinowitz 1993) cujas tensões em parte se encaminham para maior decisão a nível local. Essa idéia é central nesta obra e aparece relacionada com os territórios e a etnogênese.

A identidade cultural realizada em um processo de Etnogênese pelas populações Tupiniquins locais foi o fruto dos interesses dominantes político e econômicos que tentavam a extinção desse(s) modo(s) de vida relacionados às suas identidades, além das ações de lavras sucessivas de colonos que historicamente, buscavam terras para pecuária e agricultura. A resistência a essa usurpação permanece com o passar dos séculos, para que essa ocupação dos territórios indígenas fosse possível, era necessária a não existência de índios como categoria histórica e jurídica, o que permitia a transformação dessas terras, anteriormente, indígenas, em devolutas logo, passíveis de privatização. Um esboço da construção legal que historicamente aconteceu na região do Piraquê-açu, será evidenciada no capítulo quarto.

Essa forma de usurpação de territórios às sociedades tradicionais, pela sua aniquilação física e no mínimo cultural, tem sido a forma de construção de muitas das sociedades atualmente reconhecidas, notadamente no continente americano, concomitantemente ao avanço do capitalismo. No entorno do Piraquê-açu tal aconteceu intermitentemente ao longo de quase 500 anos, culminando tal espoliação aos povos tradicionais com a chegada da Aracruz Celulose, foi quando também se iniciou uma nova fase na luta pela posse da terra, gradualmente vitoriosa, fruto da conjuntura política e social, à qual a luta contra a ditadura militar não é alheia ver (MARACCI, 2008), (SILVA, S. J. 2000), (CICCARONE 2001).

¹⁴ Na mitologia Grega “a que tudo dá” foi a primeira mulher criada por Zeus, esposa de Epimeteu que tinha em seu poder uma caixa que lhe tinham dado os deuses que continha todos os males. Epimeteu avisou a mulher que não a abrisse. Pandora não resistiu à curiosidade. Abriu-a e os males escaparam. Por mais depressa que providenciasse fechá-la, somente conservou um único bem a esperança: e dali em diante, foram os homens afligidos por todos os males.

O mapa (03) digitalizado abaixo é uma ferramenta sempre útil, familiar aos geógrafos, proporcionando interpretações que o olhar treinado consegue. A data 1979 também apresenta relevância pela demarcação como símbolo político por corresponder ao ano da primeira demarcação. Mostra a área de estudo:



Mapa 03: Carta Topográfica do Piraquê-açu

Fonte: Carta Topográfica, folha SE-24-Y-D-IV – Aracruz, IBGE, 1979.

O estuário do Piraquê-açu constituía, até ao desenvolvimento da circulação rodoviária, a via de comunicação com o interior e de escoamento da pequena produção local. Essa ligação das povoações do estuário com o porto núcleo “cidade”, de Santa Cruz é amplamente documentada (Biard, Levy Rocha) com relatos do período colonial e do Império onde, os índios são a presença humana dominante. Se os fluxos de mercadorias não descem mais o Piraquê-açu, assim

como não o sobem, fruto de uma nova conjuntura de transportes as paisagens étnicas se modificaram, mas mantendo-se fortemente Tupiniquim. O estuário, com os seus complexos ecossistemas, corresponde a uma segunda margem desta obra, pelas oportunidades e realidades de modo de vida a ele ligadas pelas populações em causa.

Para as populações indígenas Tupiniquins, tal se revestiu em um uso e manejo de seus territórios ao longo do tempo histórico marcado mais pela transformação acelerada do que pela manutenção de uma suposta “pureza” (da natureza intocada). A negociação de sua(s) identidades, se dava numa dialética com a sociedade dominante próxima, com centro em Vitória, mas mais diretamente com Nova Almeida¹⁵, centro da ação Jesuíta.

Localmente os termos índio e indígena, em determinados momentos, foram pouco usado pelas populações locais¹⁶ preferindo o termo caboclo. Os Tupiniquim que atualmente emergem para a sociedade local e nacional ¹⁷ eram também chamados de caboclos escondidos. O caminho da identidade comunitária, onde o indivíduo se desenvolve, foi amplamente negociado. Havia uma pressão sobre essas populações para que se adequassem ao mundo dos “brancos”, e a um modelo de sociedade nacional. Localmente, as famílias “tradicionais”, mais antigas, formadas antes da maciça emigração italiana do século XX para a região, apresentam-se, nomeando, ancestrais também indígenas, com a Etnogênese Tupiniquim, parafraseando João Pacheco de Oliveira, há uma viagem da volta à identidade indígena. Essa viagem da volta está acontecendo, também às margens do Piraquê-açu.

¹⁵ Nova Almeida pequena cidade turística e piscatória que foi onde se concentrou os esforços evangelizadores dos Jesuítas nas proximidades ao Piraquê-açu. Na atualidade pertencente ao município da Serra se caracteriza cada vez mais como um subúrbio distante da Grande Vitória.

¹⁶ Sempre que aos habitantes locais é perguntado se os índios saiam do Piraquê-açu para mudar para as localidades da região eu sou corrigido índios não, caboclos.

¹⁷ O termo caboclo é uma daquelas palavras complexas, que mudam de significado e valor ao longo do tempo e do espaço. Um caboclo nordestino não é o mesmo que um caboclo paulista e no caso deste estudo, nas proximidades do Piraquê-açu é habitualmente uma família com forte ascendência indígena.

Essa mesma comunidade luta para reterritorializar seu espaço vital¹⁸, recentemente reconquistado contra os agentes econômicos mais significativos do município, tendo agora maior possibilidade de uma gestão autônoma do seu projeto cultural, étnico e territorial.

O espaço do município e sua vida econômica, estão ligados à empresa Aracruz Celulose (Fibria), que gerou uma monocultura de eucaliptos, onde o uso máximo dos terrenos próximos à unidade fabril, pela lógica do alto custo do transporte da matéria prima, foi a principal ação do uso do território municipal desde a década de sessenta. Além disso a presença do porto a menos de dois quilômetros minimiza o frete até ao embarque demonstra uma racionalização do espaço, aplicada à diminuição dos custos econômicos.

A presença da empresa, pela sua dimensão e impacto em nível local, torna o diálogo imprescindível, à discussão sobre Território, paisagem, ordenamento, justiça social e manejo, sua ação exclui outras possíveis atividades e presenças que desapareceram ou que não podem mais acontecer.

A questão da luta pela terra tem sido o foco central da maioria das pesquisas consultadas, correspondendo a uma das margens, a norte, a dos territórios demarcados. Essa margem, fruto do encontro feliz entre movimentos sociais globalizados e demandas de populações tradicionais (Tupiniquim e Guarani) conseguiu diminuir o cerco às referidas comunidades, fornecendo-lhes uma ferramenta (Território) na construção de sua identidade reforçada nos últimos trinta anos de luta pela posse da terra.

A cada momento a totalidade existe como uma realidade concreta e está ao mesmo tempo em processo de transformação. A evolução jamais termina. O fato acabado é pura ilusão (SANTOS, M. 2005, p. 45).

O respeito à diferença, ou não, o recrudescer das identidades nacionais em um mundo cada vez mais globalizado, ou a não construção do ser brasileiro no mito ou

¹⁸ O Espaço vital, seu conceito e diálogo com o território e etnogênese se cruzam aplicados ao Piraquê-açu mais à frente. Friedrich Ratzel, criador deste conceito, geógrafo alemão (1844 1904) é uma das bases conceituais presentes e subterrâneas, telúricas desta obra.

não, da junção das três raças¹⁹ primordiais do povo brasileiro, ou talvez sua(s) desconstrução(ões), são vetores atuantes nas margens do Piraquê-açu, e constituem um fascinante universo de pesquisa, sobre um fenômeno em expansão onde, a dimensão étnica se conjuga com a territorial buscando novas configurações de poder.

Neste início de terceiro milênio “uma nova ordem” de organização supra-estatal convive com os novos nacionalismos que modificam gradativamente o mapa geopolítico dos Estados, países e municípios alterando o jogo do poder e o domínio sobre o espaço. A materialização dos poderes locais age em todos os níveis da sociedade humana, constatada não só pelo nascimento de novos estados, como pela criação de divisões internas do Estado suas ações são caracterizadas pelas mais variadas “autonomia/assimilação” como pela reclassificação de espaços, que alçando novos objetivos e gestores, territorializando-se com novos significados.

No caso brasileiro, este processo corresponde à criação de novos estados e municípios dentro de um quadro legal definido, mas também à ação de formas legais que põem em causa a “legitimidade” da propriedade privada no embate com os direitos de populações tradicionais, assim como as ações do fruto da consciência ecológica que move cada vez mais as populações em geral.

Este estudo também considera a Pós-modernidade, que se faz sentir localmente não só pelo mercado, mas também pela estratégia empresarial da empresa Aracruz Celulose, (Fibria), de O.N.G.(s) e movimentos sociais, em ação em escala cada vez mais global, através de articulações em rede. Além disso, a afirmação étnica e as reivindicações espaciais podem ser consideradas como precursoras de outros movimentos que visam uma afirmação localista, Perspectiva já assinalada por Aracy Lopes da Silva em 1995 quando analisa novas formas de ação;

Os últimos vinte anos presenciaram no Brasil e no mundo uma crescente visibilidade dos grupos étnicos e das populações nativas dos diversos continentes, nos cenários nacionais e internacionais, graças, seja pela sua mobilização em prol de seus direitos enquanto populações diferenciadas,

¹⁹ A questão racial pode não ter sustentabilidade científica, mas, constitui na atualidade e desde Colombo uma realidade histórica e base de parte significativa das relações sociais e com significativas políticas públicas de ação nessa questão na atualidade.

seja pelas ameaças que vêm sofrendo em várias partes do globo, seja ainda, pelos conflitos e guerras étnicas que têm abalado profundamente grandes contingentes neste fim de século.[...] Ao mesmo tempo, em nível mundial, cresce de um lado, a consciência ecológica e a necessidade premente de garantia de condições ambientais propícia para o futuro da humanidade; de outro, a consciência de que as populações nativas detêm conhecimentos originais e extremamente valiosos sobre os ambiente em que vivem e que souberam preservar, estes conhecimentos se revelam agora, estratégicos frente aos desequilíbrios causados pelo avanço sem limites da civilização Ocidental (SILVA, A. L. 1995, p 27).

Este trabalho acadêmico, parte do princípio de que uma transformação cultural realizada marcou profundamente as populações indígenas Tupiniquins locais semelhantes à “criolização”²⁰ com semelhanças com a evolução cultura tupiniquim local . “Na atualidade, com maior visibilidade, deriva em uma etnogênese, pelas suas características de valorização de um passado índio, suas adaptações culturais, pela re “invenção da tradição” e de si próprios”.

O principal objetivo deste trabalho é acrescentar reflexões sobre o território como consequência da afirmação étnica, da Etnogênese Tupiniquim, sua reterritorialização ao longo do eixo formado pela rodovia Primo Bitti e as relações das populações das margens do estuário do Piraquê-açu e da etnogênese. Utilizando como principais suportes a observação e a consulta à produção acadêmica realizada sobre as populações Tupiniquim e Guarani do município, e sobre o Piraquê-açu.

O acesso a trabalhos acadêmicos sobre o objeto de estudo tornou-se a principal fonte de informação. Os trabalhos acadêmicos abaixo mencionados são aqueles a que tive acesso, os abaixo discriminados formaram os patamares ou alicerces desta obra, ainda que mais como fonte de informação do que como sustentação metodológica. Por ordem temporal: “O Tempo redescoberto: os Tupiniquins no Novo Milênio” por (SOUZA, J. R. C. 2000); “Tempo e Espaço Entre os Tupiniquins” por (SILVA, S. J. 2000); “Drama e sensibilidade Migração, Xamanismo e Mulheres Mbya Guarani” por (CICCARONE, 2001); “Espaço Geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso” por (LADEIRA, 2001) “Da Fartura à Escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo”; por (FERREIRA, S. R. B, 2002). “Development of na evolution framework for sustainable

²⁰ Processo de amalgamento étnico, cultural e principalmente lingüístico que se deu principalmente dentro do contexto escravocrata do século XVIII e XIX. Dentro desse contexto se encontram diversas línguas criolas pelo mundo. A língua geral paulista é considerada parte desse fenômeno assim como a língua geral do norte que sobrevive até à atualidade.

Bivalve Aquaculture: a strategic plan approach in Espírito Santo Brasil” por (BARROSO, 2004); “O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupiniquim e Guarani Mbya e a empresa Aracruz Celulose S/A (1967-1983)” por (LOUREIRO, 2006) ; “Estudo da evolução do uso do solo da bacia hidrográfica do rio Sauê no município de Aracruz” por (LYRA, 2006); “Progresso da Morte, Progresso da Vida: a Reterritorialização Conjunta dos Povos Tupiniquim e Guarani em Luta pela Retomada de seus territórios (Espírito Santo-Brasil)” por (MARACCI, 2008).

2 BASE TEÓRICA: SOBRE ETNOGÊNESE, TERRITÓRIO E CONCEITOS ASSOCIADOS

No processo de elaboração da problemática dessa dissertação os conceitos de Território e Etnogênese ocupam um lugar fundamental, em torno dos quais outros conceitos foram assimilados na composição da estrutura teórica da pesquisa. Na medida em que o conceito de território constitui um conceito-chave da geografia, amplamente desenvolvido por essa ciência e, sobretudo, resguarda de modo inequívoco a análise da dimensão espacial no que diz respeito à relação entre espaço e poder, a reflexão teórica que segue será iniciada a partir da exposição do significado desse conceito no debate teórico recente na geografia e, em seguida, irá contemplar o conceito de etnogênese fundamental na estrutura da pesquisa local.

2.1 ETNOGÊNESE E TERRITÓRIO

Quando se pensa território, conforme Marcelo José Lopes de Souza chama a atenção, entende-se, fundamentalmente “um espaço, definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, M. L. 1995, p. 78). Mais à frente, de um modo pragmático, percebe-se, a prática desse poder;

Em todos os casos os atores se verão confrontados com necessidade que passam pela defesa de um território, enquanto expressão da manutenção de um modo de vida, de recursos vitais para a sobrevivência do grupo, de uma identidade ou de liberdade de ação. (SOUZA, M. L. 1995, p. 109)

Na citação acima, concisa, permite-se a destacar dois conceitos que acompanham como raízes os conceitos centrais desta obra, são eles: modo de vida e recursos vitais. Especificando que a terra, o solo, ainda que conceitos distintos se entrelaçam com o de Território, permite-se, por associação chegar ao conceito Território vital em sua discussão colocada por Ratzel. Sobre o conceito de Território e sua abrangência Haesbaert afirma;

[...] Ligadas à Etologia, de onde surgiram as primeiras teorizações mais consistentes sobre Territorialidade, a Antropologia, a Ciência Política e a História (com incursões menores também na Psicologia) são os outros

campos em que, ao lado da Geografia e da Sociologia, encontramos o debate conceitual, o que demonstra sua enorme amplitude e, ao mesmo tempo, reforça nossa percepção da precariedade do diálogo interdisciplinar [...] (HAESBAERT, 2004, p. 37).

Assim, em sua síntese conceitual, foram agrupadas as concepções de Territorialidade em três vertentes básicas: política, cultural e econômica. Posteriormente acrescentaram uma quarta interpretação naturalista, (HAESBAERT 1995;1997; HAESBAERT e LIMONAD, 1999).

Essa última noção de território (naturalista), tributária longínqua de Robert Ardrey se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, mais capaz de satisfazer o recorte conceitual e de análise do objeto de estudo desta pesquisa.

A interação homem/natureza realizada pela relação índio/território, populações tradicionais/meio ambiente, preservação ambiental/suburbanização, na perspectiva deste esclarecimento conceitual de território, o mesmo se constitui como fonte de recursos, material e simbólica para as populações em Etnogênese e como também área protegida de especial valor ecológico. As interações ecológicas e culturais nas margens do recorte que constitui o estuário do Piraquê-açu e do Piraquê-mirim justificam as opções conceituais usadas.

Maurice Godelier nos apresenta outra definição próxima à relação homem natureza vivida mais diretamente pelas populações indígenas ou tradicionais conforme.

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar. (HAESBAERT, 2004, p.47.)

A questão da Etnogênese e do Território é uma questão de poder. O Território é poder, todavia o Estado configura um território, mas vive principalmente pela dimensão econômica, vejamos como Milton Santos aborda a relação dinheiro/território onde a regulação passa (a vir de fora) a ser extensão territorial.

Antes o território continha o dinheiro, que era em parte regulado pelo dinheiro, pelo território usado. Hoje sob a influência do dinheiro, o conteúdo

do território escapa a toda regulação interna, trazendo aos agentes um sentimento de instabilidade [...]. (SANTOS, M. 2007, p. 19).

Temos assim que o Território é usado pelo dinheiro que é volátil, imaterial, mas sua vivência é quase sempre local, quase amovível. A fluidez da circulação global do capital, se choca, muitas vezes, nas estratégias do lugar. Encontramos assim uma oposição entre o local, quando não o lugar, relativamente ao global.

Uma antiga concepção de Território definida pelo Estado, que nos chega pela “ocidentalização”. Uma definição simples e precisa encontrada em Haesbaert, velha de quase dois mil anos;

Territorium, no Digesta do imperador Justiniano (50, 16,239) é definido como *universitas agrorum intra fines cujusque civitatis* “toda terra compreendida no interior de limites de qualquer jurisdição”. (HAESBAERT, 2004, p. 43).

O Direito Romano, a propriedade privada e o Estado afirmam “Territorialidades” históricas, construídas, que se impuseram ao longo de séculos nos territórios/espço do continente americano, e que determinam disputas até a atualidade, estendendo, no mínimo, uma rede simbólica de significados tendo como fim, a jurisdição territorial do espaço, o que em si é uma territorialização, ao conferir-lhe um significado.

Para Marcelo Lopes de Souza a Geografia; política tradicional via território e sua ocupação como:

como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligado aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). E mais: os limites do território não seriam, é bem da verdade, imutáveis – pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta -, mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia é claro, ser geradora de identidade sócio-espacial, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela com o poder controlador desse território. (SOUZA, M. L. 1995, p. 84).

Assim o território é algo importante para o grupo, atentemos em Haesbaert comentando o que seria o “espaço vital”; de Ratzel.

Seria assim o espaço ótimo para a reprodução de um grupo social ou de uma civilização, considerados os recursos aí disponíveis que, na leitura do autor, devem ter uma relação de correspondência com as dimensões do agrupamento humano nele existente (Haesbaert, 2004, p.66).

Esta visão conceitual do Espaço Vital se apresenta próxima do Território, aliás, dentro da vasta diversidade conceitual de território (Haesbaert, 2004), onde a posição entre a dimensão “geopolítica” e a “natural” baliza bem esta nuance conceitual. Mas como afirma Marcelo José Lopes de Souza,

[...] é possível notar que Ratzel não apenas trata de um tipo específico de territorialidade, prenhe de história, tradição e ideologia – a territorialidade do Estado-Nação-, mas a trata de um modo, por assim dizer, naturalizado. A ideologia não é ideologia, ou seja, um conjunto de idéias e valores relativos conforme a classe ou o grupo; é cultura nacional, amor à pátria etc., e a identificação se daria entre todo um “povo” (visto como se não houvessem classes grupos e contradições internas) e “seu” Estado. A Territorialidade do Estado-Nação, tão densa de história, afetividade e identificação (reais ou hiperbolizadas ideologicamente) possuem enorme dimensão telúrica. (SOUZA, M. J. L. 1995, p.85).

Isto demonstra que a construção do conceito Espaço Vital, (embora com semelhanças conceituais ao território dentro do contexto das necessidades indígenas em processo de Etnogênese), foi desenvolvido no bojo expansionista, imperialista da colonização e partilha da África e Ásia ao final do século XIX e inícios do XX. Tal causou a desterritorialização quando não o genocídio de povos indígenas e nativos desses “Territórios”, povos esses que reivindicaram seus territórios e autonomia política em um processo conhecido como descolonização e que ainda não terminou. Assim, mesmo as coincidências telúricas, reais ou hiperbolizadas, dialogam com a dimensão simbólica, o que é igualmente atual. Há uma conexão real entre o conceito espaço vital e o território na atualidade pela necessidade de espaço onde os grupos étnicos se reproduzam e se realizam, como também na centralidade no Estado.

Uma nuance do conceito de território, a rede se faz atuante sobre o município de Aracruz, diretamente ligado ao mercado internacional do papel, assim como às amplas frentes de movimentos sociais e ONGs, redes residentes no “ciber-espaço”

ou ainda territorializadas descontinuamente no tempo e no espaço²¹. Este fato, conforme Marcelo José Lopes de Souza;

[...] remete à necessidade de se construir uma ponte conceitual entre território em sentido usual (que pressupõe contigüidade espacial) e a rede (onde não há contigüidade espacial): o que há é, em termos abstratos e para efeito de representação gráfica, um conjunto de pontos – nós – conectados entre si por segmentos – arcos que correspondem aos fluxos que interligam, “costuram” os nós – fluxos de bens, pessoas ou informações -, sendo que os arcos podem ainda indicar elementos infra-estruturais presentes no substrato espacial- [...]. A esse território em rede ou território-rede propõe o autor do presente artigo chamar de território descontínuo. (SOUZA, M. J. L. 1995 p.93).

Localmente, as populações Tupiniquins e Guaraní “reterritorializadas”, são no momento, os principais agentes modificadores do “espaço”, antes território usado pela empresa global, agindo para a transformação do território em território indígena pela interação, desse modo, a monocultura do eucalipto ao ser erradicada da terra indígena, perde seu significado territorial para a empresa (produzir matéria prima) que, anteriormente tinha desterritorializado essas populações Tupiniquins²². É um processo político em ação, conforme abaixo refere João Pacheco de Oliveira;

[...] É a partir de fatos de natureza política demandas quanto à terra e assistência formuladas ao órgão indigenista que os atuais povos indígenas do Nordeste são colocados como objeto de atenção para os antropólogos sediados nas universidades da região. (OLIVEIRA, J. P. 2004, p.18):

Essa natureza política, concreta no tempo/espaço atual, no recorte geográfico do objeto de estudo, encaminha-nos para uma seletividade conceitual que conecta o território à jurisdição mediado pelo Estado e a ciência. O que acarreta “[...] em lugar de definir suas práticas por diálogos teóricos, operam mais com objetos políticos ou ainda com a dimensão política dos conceitos da antropologia. (OLIVEIRA, J. P. 2004, p. 18).

O reconhecimento do território Indígena, interligado aos seus “modos de vida”, e a ancestralidade do uso e ocupação, são uma das conseqüências da articulação

²¹ No espaço porque seus recortes territoriais são espalhados pelo mundo inteiro, portanto descontínuo escritórios, propriedades, meios de produção, armazéns, centros de pesquisa e no tempo pois sua ação pode ser realizada de modo intenso e mediático em um espaço e abandonado logo de seguida.

²² Há referências a grupos de Guaranis que atravessavam a região e que se fixavam temporariamente em locais diversos. É recorrente esse fato no passado recente.

política e é correspondente à Etnogênese Tupiniquim e à reterritorialização Guarani em processo.

A Etnogênese, quanto ao seu conceito ele nos remete para a década de 60 do século passado ainda que sobre o nome de emergência étnica, conforme Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque abaixo:

Desse modo, para dar conta do fenômeno dos “nascimentos” indígenas no Nordeste contemporâneo, passa-se a utilizar o conceito geral de emergência étnica ou etnogênese. O conceito de emergência étnica apareceu primeiramente com Lester Singer, em 1962, (apud Banton 1979: 158), referindo-se ao processo de criação de um povo. Assim, “ao substituímos uma orientação provida pela noção da aculturação por outra, ligada à idéia de etnogênese, percebemos, ao invés de perdas numa cultura autóctone, a reinvenção histórica de um grupo em questão” (Grünwald 1993:52). O conceito de emergência étnica, “inversamente ao conceito de aculturação, acabou por fornecer subsídios para que diversos pesquisadores investigassem os processos de construção dessas populações indígenas face ao reconhecimento de suas terras e de sua condição de índios pelo Estado” (ALBUQUERQUE, 2008).

No que se refere ao termo etnogênese e seu surgimento no plano científico o mesmo “nasceu” acompanhando demandas por terra que aconteciam em territórios diversos como é o caso do Nordeste Brasileiro assim como dos índios Tupiniquim e Guarani²³ nas margens do Piraquê-açu. Porém cabe a ressalva de João Pacheco de Oliveira;

Em termos teóricos a aplicação dessa noção – bem como de outras igualmente singularizantes – a um conjunto de povos e culturas pode acabar substantivando um processo que é histórico, dando a falsa impressão de que, nos outros casos em que não se fala de “etnogênese” ou de emergência étnica”, o processo de formação de identidades estaria ausente. (OLIVEIRA, J. P. 2004, p. 30).

Há referências sobre etnogênese em Gerald Sider (1976) e Goldstein (1975) porém sem um rigor conceitual que mais tarde adquiriu. Segundo Jonhatan Fridman (1994) o termo “Etnogênese” é de Melvyn Goldstein (1975) e foi utilizada para dar conta da realidade dos refugiados Tibetanos na Índia. A ausência da necessidade de uma conceituação do termo Etnogênese em seu surgimento é surpreendente. Inicialmente o foco estava no seu “oposto”, Etnocídio dialoga com Etnogênese como

²³ As populações Guarani não sofreram historicamente um processo de perdas culturais tão intenso como os Tupiniquins tendo mantido língua, genótipo, modos de vida em um contínuo histórico. Desse modo, a Etnogênese dentro do significado conceitual de João Pacheco de Oliveira, mais restrito e seguido neste trabalho não se aplica aos Guarani.

territorialização dialoga com desterritorialização. Frederick Barth focaliza a atenção: “A história humana sem dúvida é o relato do desenvolvimento de formas emergentes, tanto de culturas como de sociedades.” (BARTH, 2000, p.66).

Na década de setenta os países hegemônicos ainda viviam o contexto do final da Descolonização do terceiro mundo, notadamente no sul de África, e na “Indochina”. A complexidade cultural na “emergência” de povos que conquistavam a independência crescia. A Viagem da Volta, de João Pacheco de Oliveira detectava uma alteração de sentido, algo considerado antes como residual, ou remanescente, que não parecia ter importância, se apresentava à época, agora, ao entrar na segunda década do milênio, a questão étnica, já consolidada pelas efetivas alterações do espaço, se constitui força crescente que gera ações significativas no espaço, parcialmente embasadas nos conceitos sob reflexão.

A expressão das minorias nas sociedades dos países nascidos do processo descolonizador da segunda metade do século XX, e que, sentem agora as pressões de suas minorias internas é uma realidade cada vez mais difícil de gerir. Na América Latina as minorias se expressam com mais veemência com a conquista da democratização. Em trinta anos, a afirmação étnica aumentou, necessitando de estudos e clarificações de modo a poder-se esclarecer e gerir quanto ao recurso que é o território.

Conceitualmente este trabalho se apresenta mais próxima da postura de João Pacheco de Oliveira do que Miguel Alberto Bartolome. João Pacheco de Oliveira restringe o conceito Etnogênese a povos que viram sua cultura original profundamente mesclada, com baixa distintividade relativamente aos seus vizinhos, e que apresentam demandas frente ao estado de reconhecimento. Em Bartolome a Etnogênese se alarga a um processo construtivo cultural que na sua abrangência, em última instância pode abarcar o todo cultural.

Assim, João Pacheco de Oliveira se torna a principal fonte de informação conceitual sobre Etnogênese, como também a proximidade do objeto; Índios Tupiniquim do Piraquê-açu com Populações indígenas do Nordeste, numa re-territorialização,

semelhante no tempo, no espaço e no campo jurídico, permite por analogia, transpor conhecimento produzido lá, alicerçando inclusive a ação jesuítica em suas consequências.

As populações indígenas que hoje habitam o Nordeste provêm das culturas autóctones que foram envolvidas em dois processos de Territorialização com características bem distintas: um verificado na segunda metade do século XVII e nas primeiras décadas do século XVIII associado às missões religiosas; o outro ocorrido neste século (XX) e articulado com a agência indigenista oficial. (OLIVEIRA, 2004. p. 24.).

Garcia Canclini, referindo-se a mestiçagem, cobre um amplo espectro cultural americano. Constituindo-se a proximidade “física” do conceito de Etnogênese, Mestiçagem e Hibridismo referências a processos de ação territorial, uma buscando autonomia (Etnogênese), enquanto a outra historicamente dominante no continente americano recria permanentemente a mestiçagem como processo fundacional da nacionalidade.

A mistura de colonizadores espanhóis e portugueses depois ingleses e franceses, com indígenas americanos à qual se acrescentaram escravos trasladados da África tornou a mestiçagem um processo fundacional nas sociedades do chamado Novo Mundo. [...] Mas a importante história de fusões entre uns e outros requer utilizar a noção de mestiçagem tanto no sentido biológico – produção de fenótipos a partir de cruzamentos genéticos- como cultural: mistura de hábitos, crenças e formas de pensamento europeus com os originários das sociedades americanas. Não obstante, esse conceito é insuficiente para nomear e explicar as formas mais modernas de interculturalidade. (GARCIA CANCLINI, 2008, p. 271).

Garcia Canclini se refere à hibridização como uma prática que mantém semelhanças com Etnogênese, mas que mantém uma dinâmica conceitual própria fora do âmbito da Etnogênese. Assim mesmo pela complementaridade e como processo parcialmente integrado na Etnogênese torna-se válida a sua transcrição abaixo.

Como a hibridização funde estruturas ou práticas sociais discretas para gerar novas estruturas e novas práticas? Às vezes, isso ocorre de modo não planejado ou é resultado imprevisto de processos migratórios, turísticos e de intercâmbio econômico ou comunicacional, mas frequentemente a hibridação surge da criatividade individual e coletiva. Não só nas artes, mas também na vida cotidiana e no desenvolvimento tecnológico, busca-se reconverter um patrimônio (uma fábrica, uma capacitação profissional, um conjunto de saberes e técnicas) para reinserilo em novas condições de produção e mercado. (GARCIA CANCLINI, 2008, P.XII)

Serge Gruzinski, historiador francês, suas pesquisas rodam à volta de dois conceitos mestiçagem e Globalização. Sua concepção de Globalização consiste na expansão dos valores ocidentais (“ocidentalização”), bem como na sua aceitação, recriação ou rejeição. Esses dois termos seriam estreitamente ligados e fariam da mestiçagem um fenômeno incontornável, inevitável, que teria engendrado o mundo contemporâneo, globalizado, desde os tempos da expansão ibérica na modernidade:

A relevância do conceito de mestiçagem como processo histórico em ação na América, e pensado igualmente como “resultado” biológico e cultural, é construtiva da Margem humana da Etnogênese nos territórios protegidos ecologicamente e culturalmente do Piraquê-açu e das proximidades.

A dimensão tecnológica em sua dialética com a cultura foi e é uma componente da Etnogênese. As práticas de vida das populações tradicionais e indígenas, em sua maioria, fundem e incorporam práticas e comportamentos exteriores ao seu meio cultural, transformando-o em seu, em um processo de difusão de técnicas. A tecnologia não é uma coisa, consiste mais em um “pacote” cultural de difícil controle, hibridização essa que é, ou pode ser, parte da etnogênese como igualmente pode constituir um processo de deculturação.

Sobre a antiguidade destes conceitos? A resposta refletida é sim e não. Sim porque o nacionalismo, patriotismo e outros conceitos que clivam o ser humano culturalmente, e que atravessam este trabalho sempre existiram, mas o surgimento de povos considerados anteriormente integrados, assimilados, que lutam pela sua existência e reconhecimento, criando-se como alternativa, são, e acontecem, pelo mundo afora, atualmente. Paralelamente o arsenal conceitual anterior não é plenamente adequado para tratar de novas realidades e configurações espaciais já anteriormente referidos por Garcia Canclini.

Com o território a questão conceitual é igualmente complexa, pois a separação aparente do homem urbano relativamente ao território e, a abertura do lugar ao global descaracterizou parte do significado do Lugar, da Região, entre outros conceitos aparentados ao de território. O espaço mais funcional desvaloriza-se pela perda da afetividade e da relação íntima do homem com as suas necessidades de

espaço, do solo, onde o território, tenta satisfazer conceitualmente as novas realidades, sejam elas decorrentes de povos com Modos de Vida melhor integrados na natureza, seja dos novos territórios, muitas vezes micro-territórios da nova realidade urbana, muitas vezes o gheto.

Os conceitos podem cair no esquecimento assim como as palavras ligadas a conceitos, podem “renascer” com outros sentidos. Seu esclarecimento e precisão são importantes para a ciência para que se saiba do que se fala. Muito habitualmente, novas palavras são usadas para velhos conceitos onde pouco ou nada mudou relativamente ao conceito anterior. Acompanhemos Pierre Bourdieu;

Com efeito, a confusão dos debates em torno da noção de região e mais geralmente, de <<etnia>> ou de <<etnicidade>> (eufemismos eruditos para substituir a noção de <<raça>>, contudo, sempre presente na prática) resulta, em parte, de que a preocupação de submeter à crítica lógica os categoremas do senso comum, emblemas ou estigmas, e de substituir os princípios práticos do juízo quotidiano pelos critérios logicamente controlados e empiricamente fundamentados da ciência, faz esquecer que as classificações práticas estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais. (BOURDIEU, p. 112. 1992)

Este trabalho usa vários conceitos que a humanidade praticou, mesmo antes da consciência da palavra ou sentido do significado dessa relação. Território, etnogênese, grupo étnico são alguns. Por outro lado, o mesmo conceito, território ou desterritorialização pode assumir diferentes significados consoante a especialidade ou o campo de estudo do autor. Fatos que em si não facilitam o diálogo.

Os distintos usos do conceito de etnogênese remetem a um mesmo tipo de dinâmica social, cuja base se encontra na historicidade de estruturas e formas culturais que tendiam a se conceberem como relativamente estáticas. A etnogênese, ou melhor, as etnogêneses referem-se ao dinamismo inerente aos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam uma plasticidade e uma capacidade adaptativa que nem sempre foram reconhecidas pela análise antropológica. Na verdade, a etnogênese foi e é um processo histórico constante que reflete a dinâmica cultural e política das sociedades anteriores ou exteriores ao desenvolvimento dos Estados nacionais da atualidade. A etnogênese é parte constitutiva do próprio processo histórico da humanidade e não só um dado do presente, como parecia depreender-se das relações de surpresa de alguns pesquisadores sociais em face de sua evidência contemporânea. (BARTOLOMÉ 2006, p.)

Esta perspectiva dinâmica de Etnogênese é bastante abrangente e embora não seja o sentido final adotado neste trabalho de modo dominante, ele representa uma

valiosa ferramenta na análise das “culturas tradicionais” onde o imobilismo cultural imaginado pelo observador exterior ao grupo étnico que se recorta é desfeito. Assim são duas dinâmicas culturais que atravessam este trabalho, uma a Etnogênese Tupiniquim que se reinventa, e o desenvolvimento cultural Guarani que manteve um domínio maior sobre sua cultura, mais associado à continuidade do que a gênese, daí não ser uma etnogênese segundo a conceituação dominante neste trabalho. Cultura e fronteira não são coincidentes embora sejam mediados, muitas vezes pelo território;

A maior parte da matéria cultural que a qualquer momento do tempo está associada a uma população humana não têm seu movimento impedido por essa fronteira; ela pode variar, ser aprendida e mudar, sem que isso tenha qualquer implicação para a manutenção da fronteira do grupo étnico. Assim, quando alguém reconstitui a história de um grupo étnico através do tempo, não está ao mesmo tempo e no mesmo sentido descrevendo a história de “uma cultura”: os elementos da cultura atual do grupo étnico em questão não surgiram do conjunto específico que constituía a cultura do grupo em um momento anterior, ainda que este grupo tenha existência contínua do ponto de vista organizacional, com fronteiras (critérios de pertencimento) que, apesar de modificarem-se, demarcam efetivamente uma unidade que apresenta continuidade no tempo. (BARTH 2000, p. 67)

Pelo seu dinamismo, a compreensão do momento atual no Piraquê-açu passa forçosamente pelas novas alianças dos sujeitos: e pelas estratégias. FUNAI, Brasília, movimentos sociais, ONG(s), Universidades, governos nos níveis municipais, estaduais e federais, forças econômicas e as populações indígenas assim como as populações das margens desses indígenas. A escolha das partes capaz de clarificar os territórios abordados é subjetiva, mas busca ser diversa e capaz de esclarecer.

O recorte é embasado em uma diferenciação étnica, daí, que a permanência histórica e pré-histórica acompanhada em traços largos, no capítulo quarto, das populações do Piraquê-açu, comprova a realidade da ocupação por parte dos indígenas no Piraquê-açu. Tal adquire importância sob o ponto de vista da sociedade moderna principalmente na normatização, fruto da consolidação do Estado Brasileiro²⁴.

²⁴ Essa relevância vem do embate jurídico. A Sociedade Pós-Moderna mantém e até aperta o controle jurídico sobre o espaço. O final será que todo o espaço material e imaterial (frequência de ondas, por exemplo), seja coberta por um dono ou uma entidade proprietária, territorializando-o.

Esta obra epistemologicamente tem uma perspectiva materialista, de caráter ontológico, dominante, A Etnogênese, a dimensão do simbólico, a nacionalidade carregam toda uma subjetividade inerente a uma dimensão cultural que, agindo no “território”, a qualquer momento, pode subverter o status-quo anterior, como é o caso, alterando não só na “propriedade” como na posição normativa a que o território se encontra submetido ou enquadrado.

Não é possível ligar diretamente os atuais indígenas Tupiniquins e Guaranis com aqueles com quem os europeus se depararam nos idos mil quinhentos. Somente a cultura englobando o mito que acompanha o nascimento das nações interliga esses povos e em parte, dependendo da história de cada um, o território por onde esses povos passavam (Geary 2005).

Pouco acima utilizou-se a palavra hibridização aplicada a cultura. Podemos assim interligar a etnogênese à hibridização como processo estratégico de vivência e convivência das comunidades étnicas. Outro fator que é a difusão tecnológica que poucos que homogeneíza comportamentos localistas. Difusão tecnológica que também carrega ideologia. São 475 anos desde as primeiras referências aos europeus no Piraquê-açu, aproximadamente vinte gerações, 287 anos até a independência brasileira e 188 dessa independência até a atualidade, muitos fatores agiram sobre as populações indígenas assim como elas mesmas se recriaram. O referido projeto Jesuítico, longo no tempo, uniformizou em parte as populações indígenas em um geral, e as do Piraquê-açu em particular através de Nova Almeida. O principal edifício da época em Nova Almeida, Igreja de Reis Magos (fig. 04) pela sua imponente é testemunha. Como se pode depreender o sucesso Jesuítico foi relativo senão não estaríamos discutindo as margens do Piraquê-açu dentro de um contexto de etnogênese. O projeto colonial para as populações Indígenas e até mesmo o do Império do Brasil que agiam deculturando essas populações, modificado chegou até poucas décadas atrás. Fatos ainda em ação conforme citação abaixo, ainda que com novas configurações:



Figura 04: Igreja de Reis Magos - Nova Almeida, Serra-ES
 Fonte: Site da Prefeitura do município da Serra

A agenda colocada pela sociedade nacional e internacional nos últimos anos para “os índios” no Brasil funcionou como mecanismo de pressão para a produção de uma representação ou representações da indianidade genérica. Refiro-me ao seguinte conjunto de processos e eventos: a elaboração da Constituição Federal (1987/88), a reunião da ONU sobre ecologia e desenvolvimento no Rio (1992), as comemorações ou anti-comemorações dos 500 anos da chegada de Colombo à América (1992), a tramitação do Estatuto das sociedades Indígenas no congresso Nacional (1992/94), o término do prazo constitucional para a demarcação de todas as terras indígenas (1993), a revisão da Constituição (1993/94) e as eleições presidenciais (1994). (RICARDO apud SILVA A. I, 1992, p. 47/48).

Se em uma fase inicial tecnologia e revolução industrial eram sinônimo de ocidente, hoje tal não se verifica, em absoluto. Para as populações do Piraquê-açu 500 anos de contato é um processo longo, de muitas gerações que teve múltiplas configurações culturais.

Por outro lado a afirmação étnica não representa somente ganhos, ela tem implicações que moldam e atravessam a individualidade do sujeito, mesmo daquele que se sente como “dominando”, através da integração, em várias comunidades étnicas. Há algo mais, acompanhemos Barth;

Aquilo que no nível macro podemos chamar de articulação e separação corresponde, no nível micro a conjuntos sistemáticos de restrições com

relação a papéis. Todos esses sistemas têm em comum o princípio de que a identidade étnica implica uma série de restrições quanto aos tipos de papel que um indivíduo pode assumir, e quanto aos parceiros que ele pode escolher para cada tipo diferente de transação. Em outras palavras, se considerarmos a identidade como um status, este será superior em relação à maioria dos outros status e definirá a constelação permissível de status, ou personalidades sociais, que um indivíduo com uma dada identidade étnica pode assumir. Neste sentido, a identidade étnica é semelhante ao sexo e à posição social, pois ocasiona restrições em todas as áreas de atividade e não apenas em determinadas situações sociais. (BARTH, 2000 p.36)

Aqui Barth nos transporta às consequências práticas da identidade que é ao mesmo tempo uma alavanca, assim como um conjunto de restrições. As afirmações étnicas dependem de estratégias, mas igualmente de limites e impostos de dentro para fora, assim como do contrário, práticas essas inseridas em uma cosmovisão partilhada pelo grupo e diferenciada dos outros grupos étnicos, para que a hibridização ultrapasse o individual e seja inserido no grupo étnico, permanecendo assim os laços da comunidade. Quanto ao colocar limites;

O limite é algo que se insinua entre dois ou mais mundos, buscando a sua divisão, procurando anunciar a diferença e apartar o que não pode permanecer ligado. O limite insinua a presença da diferença e sugere a necessidade da separação. (HISSA, 2002, p.19).

É importante para a análise a compreensão de que os limites culturais são reais, ainda que não materiais, na maior parte das vezes. Que a aparência é um reflexo, e que estratégias se mudam em função de necessidades, mas que etnicidade corresponde a uma construção não descartável com facilidade.

A identificação de uma outra pessoa como membro de um mesmo grupo étnico implica um compartilhamento de critérios de avaliação e de julgamento. Ou seja, é pressuposto que ambos estejam basicamente “jogando o mesmo jogo”, e isso significa que há entre eles um potencial para diversificação e expansão de suas relações sociais, de modo a eventualmente cobrir todos os diferentes domínios de atividade. Por outro lado, a dicotomização que considera os outros como estranhos, ou seja, membros de outro grupo étnico, o reconhecimento de limitações quanto às formas de compreensão compartilhados, de diferenças nos critérios para julgamento de valor e de performance, bem como uma restrição de interação aqueles setores em que se pressupõe haver compreensão comum e interesses mútuos. (BARTH, 2000 p. 34)

Etnogênese pressupõe a ação de um grupo étnico que poderia parecer que não estava lá, que se redefine na atualidade criando novas configurações culturais, acompanhadas muitas vezes por demandas por territórios materiais e “simbólicos”.

A necessidade por terra pode também ser consequência de migração de povos que em um momento se fixam, ou como uma terceira alternativa, povos que dentro de uma democracia conseguem melhor ver satisfeitas algumas das suas reivindicações perante o Estado. É desses povos subjugados que exige ser incluída, que Casanova fala.

Na situação atual, as idéias sobre a verdade e o poder, sobre a verdade negociada, sobre a verdade dialogada, sobre as relações cognitivas intersubjetivas exigem incluir os sujeitos “colonizados”, “escravizados”, “desumanizados”, “coisificados”, que se movem em novos processos de “resistência e de libertação” entre intertextos que só têm sentido quando ao discurso das relações dominantes se acrescenta o das forças dominadas, com as redefinições que estas fazem de si mesmas e das forças opositoras em cursos e discursos que reconstróem e desmantelam “culturas, conhecimentos, informações e desinformações”. O Pós-modernismo toma nota desse fenômeno e até destaca alguns de seus significados no desconcerto da razão ocidental. (CASANOVA, 2006, p. 133).

Na atualidade, vemos em ação a descolonização. Não mais a descolonização, longínqua de amplos territórios em relação a uma metrópole, mas a descolonização dentro da própria metrópole como se viu na U.R.S.S. ou as ainda tímidas descolonizações dentro das antigas colônias, como Chiapas, ou as até quando intactas fronteiras da África Pós-colonial, tais ações na atualidade configuram novos processos autonômicos. Assim, a Etnogênese constitui uma parte de um processo maior de autodeterminação onde o conceito de Etnogênese se aplica especificamente a povos com determinadas condições.

Para Barth a definição fornecida por Narroll (1964) quanto a grupo étnico é suficiente. Vejamos

Em grande medida se autoperpetua do ponto de vista biológico; compartilha valores culturais fundamentais, realizados de modo patentemente unitário em determinadas formas culturais; tem um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria da mesma ordem. (NARROLLI apud BARTH, 2000, p. 27).

Acompanhemos também o comentário de Barth sobre Narroll;

Essa definição típico- ideal não está muito longe, em termos de conteúdo da proposição tradicional de que uma raça, uma cultura = uma língua, e de que sociedade = unidade que rejeita ou discrimina outro. Mesmo assim, na forma modificada apresentada acima, não deixa de ser uma definição que se aproxima suficientemente de muitas situações etnográficas empíricas, ao

menos tal como elas apareceram e foram relatadas, de modo que esse significado continua a ser útil para os objetivos da maioria dos antropólogos. (BARTH, 2000, p. 27).

Estamos assim usando conceitos alicerçados em discussões já há muito consolidadas, sempre longe de um consenso e sempre renovadas. O uso desses conceitos de discussão “inacaba”, são importantes no estudo, das Etnogêneses em curso, pois as mesmas acontecem com povos tradicionais; povos esses, em sua maioria, diretamente dependentes de um território sem o qual, a manutenção de sua cultura, seu modo(s) de vida, se torna impossível. O contexto das relações atuais está na colonização/colonialidade, expressa nas formas da territorialidade.

Atrás se referiu à difusão tecnológica, cada vez mais acelerada nos grupos étnicos com reflexos em uma “convergência cultural” que no momento atual, acontece também nas metrópoles em virtude da migração campo cidade e dos países periféricos para os países centrais (nas cidades mais influentes). Aí, nos centros urbanos, a identidade, pertencimento, continua a manifestar-se, todavia a fronteira é, muitas vezes, a porta da rua.

[...] Santos ressalta que não há substancialidade genética social ou transcendental no conceito de identidade étnica, para ele, a identidade diz respeito a uma situação, a um contexto, e está sempre em relação a alguma coisa, portanto ela é contrastiva. Em determinados momentos exemplifica o autor, pode-se ser índio; em outro, um xavante, um Kamayutá ou um Tupiniquim, o que não exclui a possibilidade de serem também seres humanos pertencentes à comunidade da nação brasileira, portanto, cidadãos, sujeitos de direitos universais, e nem por isso deixam de ser “índio Xavante ou ser humano. (SANTOS, S. C. apud LOUREIRO 1982, p. 23).

Como tem sido colocado ao longo desta análise conceitual, os autores citados parecem oscilar entre a postura estratégica, adaptável, ou uma opção limitadora dos papéis que a pessoa ou o grupo podem desempenhar na(s) sociedade(s). Por outro lado não podemos esquecer, há a definição de grupo étnico de fora para dentro, ou seja, que o exterior é que define o interior referido acima por Sílvia Coelho Santos, como sendo contrastiva, complexificando a análise.

Na relação, que acontece na fronteira com o outro, é que esta uma das partes que identifica-se como grupo étnico. Como conceito, Estratégia parece ser tanto uma

ferramenta, como uma consequência do “diálogo”, o sentido, mas a afirmação étnica é uma das causas que têm movido a, cada vez maior, divisão do espaço em novas configurações territoriais. Dentro dos limites conceituais desta obra, toda a Etnogênese é uma afirmação étnica, mas nem todas as afirmações étnicas são Etnogêneses, mas todas buscam um referencial territorial.

Acompanhemos a palavra de quem vivia diariamente essa realidade²⁵; pouco tempo atrás, com pessoas isoladas em seus referenciais culturais: “Etnias de fronteira”, a base de algumas das etnogêneses atuais;

Você tinha que trabalhar com esse outro índio mais difícil “que é o índio que estava integrado dentro da civilização” que são os Tupiniquins, os Pataxós, os Pankararú. Essa população era uma população difícil e que gerava e gera até hoje, os problemas de ordem econômica que entrava ou destrava os processos de desenvolvimento. Que índios precisavam ser reconhecidos? Os Guarani de Parati, os Guarani do Espírito Santo ... porque quando eu entrei na ajudância Minas/Bahia os índios pataxós de Porto Seguro, da aldeia de Barra Velha, haviam trezentos índios. Hoje você vai lá e a aldeia tem 1750 índios, quer dizer, nego sumia nesse mundo de Deus aí que não queria ser índio. Eu baixava atrás deles como se fosse um delegado de captura e levava quase que preso para reserva. E falava: “Você tem que sair daqui da cidade, sair daqui da vila e voltar para reserva, lá que é seu lugar” (Itatuitim, depoimento em SOUZA, J. R. C. 2000, p. 63).

Efetivamente, o nosso recorte territorial não abrange nenhuma grande cidade, menos ainda um território de um país central que descobre o terceiro mundo na empregada doméstica, no trabalhador desqualificado da construção civil ou o verdureiro da esquina, realidade essa das grandes cidades. A interação com ambientes urbanos, metropolitanos, por populações Tupiniquins, é constatada na Grande Vitória ou em Aracruz, assim como o inverso de populações de raiz urbana que vivem nos Territórios Indígenas, tal, acelera o processo de trocas. Dentro do universo conceitual capaz de melhor fornecer indicações, uma aproximação ao objeto, que o torna percebível. Nossa opção foi Etnogênese e Território.

²⁵ Geraldo Itatuitim em 1976 era Delegado da 11ª Dr levou o grupo Guarani para fora do estado, retornando da Fazenda Guarani onde houve dificuldades com outros grupos étnicos indígenas, retornaram ao Piraquê-açu em 1979.



Figura 05: Hibridização no Piraquê-açu.
Fonte: Biard em Levy Rocha (1980, p. 127)

Hibridização da dança do congo observado e registrada pelo pintor Biard²⁶ em estadia em Santa Cruz no século XIX. Seria interessante ressaltar que as pessoas retratadas correspondem muito provavelmente a familiares dos habitantes atuais, pelo menos das famílias mais antigas do lugar, são 152 anos entre a estadia de Biard em Santa Cruz até à atualidade.

A Desterritorialização de populações tradicionais lançadas em contextos urbanos implica para essas uma “fricção” maior em sua identidade, que gera um acelerar dessa re-interpretação. O meio urbano e a democracia burguesa instalada na maioria dos países desenvolvidos ampliam as possibilidades que a fronteira oferece, a coerção do grupo étnico é menos eficaz, as opções individuais aumentam, colocando o indivíduo em uma sociedade organizada por classes, onde o referencial cultural é outro. Leach (1967) afirma,

Argumenta convincentemente que as classes sociais distinguem-se por diferentes sub culturas e que essa característica é mais fundamental do que o ordenamento hierárquico entre as classes. Em muitos sistemas de estratificação, todavia, não há estratos claramente delimitados: nesses casos a estratificação baseia-se simplesmente em uma noção de escalas e no reconhecimento de um nível centrado em Ego, de “pessoas que são

²⁶ Augusto François Biard, nascido em Lyon em 1798 e falecido em 1882, foi um naturalista e pintor Francês que viajou dois anos (1858-1859) pelo Brasil e que deixou informações e desenhos sobre Santa Cruz e populações locais na obra *Deux années au Brésil* de 1862.

como nós”, em oposição àquelas que são vistas como mais vulgares. (LEACH apud BARTH, 2000, p. 51).

Ao alargarmos o leque da etnogênese em seu diálogo com a difusão tecnológica, nos aproximamos mais à compreensão da dinâmica das modificações culturais dinâmicas que os povos indígenas como os Tupiniquins do Piraquê-açu tiveram e a integramos na análise. A tecnologia, a tecnosfera, difunde-se, é imposta, algumas vezes desejada, mas sempre, essa difusão tecnológica, é trabalhada culturalmente, estrategicamente, sendo inerente essa troca, à sobrevivência, A tecnologia constitui um referencial na análise.

O Ghetto está presente, como uma possibilidade, pelas minorias de um modo geral, essa estratégia de sobrevivência, amplamente usada e estudada se mostra ambígua em seus resultados, pelas populações que optam por essa estratégia de convívio inter-étnico. Não é a solução mais adotada, correspondendo na sua forma mais atenuada à possibilidade de forte isolamento, tal aparece às vezes no debate interno, Já Sandro José da Silva em “Tempo e Espaço entre os Tupiniquim” colocava a questão das gerações; com posturas muito pragmáticas;

Quando entrevisto as diferentes gerações isso fica bastante claro em três: a) os mais velhos falam de sua vivência pessoal, da nostalgia, mas afirmam que hoje é melhor que ontem, e em geral não vêm muito sentido em falar do passado, a não ser com propósitos políticos bem demarcados; b) os de meia idade gastam seu tempo no trabalho nas ações práticas do dia, mas valorizam suas “raízes” por terem nelas o respaldo étnico e político para as reivindicações territoriais; c) os jovens sentem saudade do que não conheceram, acham que o passado era melhor, mas estão envolvidos em projetos pessoais que certamente conflituam com uma visão comunitária e fechada sob um território. Sua visão nostálgica do passado é em grande parte fruto do que aprendem nos cursos de formação indígena (SILVA, S. J. 2000, p.88)

Há ao mesmo tempo uma permanência assim como um dinamismo, a citação acima relembra mais a permanência cultural e o dinamismo econômico, todavia os indícios parecem dirigir-se para outro lado, dinamismo cultural e relativa permanência, econômica. O atual momento pode vir a fazer diferença; conforme Antonio Carlos Vitte diz;

A atual fase da história é marcada pela compressão espaço-temporal em que cada vez mais os sistemas técnicos se impõem à sociedade, exigindo

uma nova reconfiguração territorial e uma nova cognição dos sujeitos e dos atores sociais. (VITTE, 2007, p.7)

Pela metade do século XX uma nova realidade social e humana se sente, inicialmente, nos países centrais, mas rapidamente se expandindo e ganhando autonomia própria, possibilitando maior expressão das minorias, assim como um reorganizar das configurações do espaço em novas territorialidades em todas as escala. As possibilidades decorrentes da realidade ontológica analisada, assim como dos “agentes” modificadores interagindo, estão temporalmente e dentro dos contextos das questões abordadas pela Pós-Modernidade, daí as considerações abaixo focadas na temporalidade.

A Pós-Modernidade como reflexão, mais sentida no solapar de muitas estruturas sociais, parece conseguir dialogar melhor com as diferenças culturais sobreviventes à Modernidade. Essa aceitação da diversidade que se afirma de um modo local e paradoxalmente também global constitui uma realidade que ultrapassa o Piraquê-açu ou os Tupiniquins.

No que segue será abordado a noção de Pós-Modernidade nas suas linhas mais gerais tentando realçar um recorte temporal usado neste trabalho acadêmico, que se pretende inserido dentro das preocupações da Pós Modernidade e dentro da temporalidade Pós-Moderna.

Não há um consenso teórico sobre a significação do fenômeno contemporâneo que se convencionou chamar de pós-modernismo. Um dos fatores, talvez, relaciona-se à questão de o fenômeno abranger diversas áreas da sociedade, tais como arte, ciência, tecnologia, política, filosofia e cultura; sendo assim, debruçam-se sobre o conceito pensadores de diferentes áreas. A Pós Modernidade é imprecisamente identificada como uma época histórica. Ela reúne rede de conceitos e modelos de pensamento em “pós” dentre os quais podemos elencar alguns: sociedade pós-industrial, pós-estruturalismo, pós-fordismo, pós-comunismo, pós-marxismo, pós-hierárquico, pós-liberalismo, pós-imperialismo, pós-urbano, pós-capitalismo. A propensão ao domínio das mídias eletrônicas que exacerbam o consumo e canalizam os mercados é uma de suas características. Para alguns autores os princípios totalizantes da modernidade e do iluminismo, incluindo apelos à

racionalidade, progresso, humanidade e justiça, e mesmo a capacidade de representar a realidade, foram fatalmente solapados na ótica pós-modernista. Segundo o filósofo francês Jean-François Lyotard (1924-1988), a "condição pós-moderna" caracteriza-se pelo fim das metanarrativas. Os grandes esquemas explicativos teriam caído em descrédito e não haveria mais "garantias", posto que mesmo a "ciência" já não poderia ser considerada como a fonte da verdade. Há autores que negam a pós-modernidade e que a consideram um momento da modernidade, entre vários autores consultados não há consenso sobre seu início.

Doreen Massey referindo-se ao pensamento de Fredric Jameson sobre a Pós-Modernidade, com ênfase na visibilidade de povos antes com vozes silenciadas:

[...] e um elemento especialmente fascinante de sua análise é sem dúvida, a ligação que ele faz entre a nova consciência dessa heterogeneidade maciça e o que ele chama de "as demografias do pós-moderno" (p.356). Em algumas maravilhosas passagens ele escreve que "O Ocidente... tem a impressão de que, sem muito aviso e inesperadamente, confronta-se agora com uma série de indivíduos coletivos genuínos que não estavam ali antes" (p.356) e de "uma nova visibilidade dos próprios 'outros', que ocupam seu próprio palco – uma espécie de centro em si mesmo – e forçam a atenção pela virtude de suas próprias vozes e pelo seu próprio ato de falar" (p.357). Aqui se encontram reunidos: a migração internacional (de um ponto de vista especificamente ocidental), o fim da modernidade e a afirmação de coetaneidade. Para Jameson, que reconhece o etnocentrismo e o racismo em tudo isso, são esses enormes movimentos que estabelecem a mudança de perspectiva por parte daqueles que conseguem contar as histórias do "nosso tempo" (MASSEY, 2008, p. 122).

Para Fredric Jameson a Pós-Modernidade enlaça-se com uma fase do Capitalismo tardio, o que em si, inter-relaciona como uma continuidade e menos como uma ruptura relativamente à Modernidade onde, a cultura e a mercadoria se misturam. O *Capitalismo Tardio* expressa duas características básicas: (1) o crescimento assustador de redes de controle burocráticas; e (2) interpenetração do governo e do *big business* ("capitalismo estatal"). Em termos temporais o fenômeno situa seus inícios:

Podemos datar esta nova fase do capitalismo a partir do crescimento econômico do pós-guerra nos Estados Unidos, no final dos anos 40 e começo dos 50, ou então, na França, a partir da instituição da Quinta República, em 1958. A década de 50, sob muitos aspectos, é o período chave de transição, um período em que a nova ordem internacional (neocolonialismo, a Revolução Verde, a informatização e a mídia eletrônica) não só se funda como, simultaneamente, se conturba e é abalada por suas próprias contradições internas e pela oposição externa. (JAMESON, 1991, p. 16-26)

Já David Harvey refere a compressão do espaço/tempo, fruto da tecnologia, como uma das principais marcas do tempo atual, assim como alterações de fundo no capitalismo mundial.

Como os usos e significados do espaço e do tempo mudaram com a transição do fordismo para a acumulação flexível? Desejo sugerir que temos vivido nas duas últimas décadas uma intensa fase de compressão do tempo-espaço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural (HARVEY, 2001, p. 256)

O pensamento acima expresso corresponde a um intervalo temporal que abrange desde metade da década de sessenta até a metade da década de oitenta do século passado. Para o autor, a compressão espaço-tempo se torna maior e, até mesmo instantânea, para as telecomunicações e o mercado financeiro, que movimentam bilhões de dólares virtualmente.

Manuel Castells Oliván, sociólogo espanhol, dos cientistas sociais mais citados neste século, nos fornece uma temporalidade fruto da convergência de processos:

Um novo mundo está tomando forma neste fim de milênio. Originou-se mais ou menos no fim dos anos 60 e meados da década de 70 na coincidência histórica de três processos independentes: revolução da tecnologia da informação; crise econômica do capitalismo e do estatismo e a conseqüente reestruturação de ambos; e apogeu de movimentos sociais culturais, tais como libertarismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo. A interação entre esses processos e as reações por eles desencadeadas fizeram surgir uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede; uma nova economia, a economia informacional/global; e uma nova cultura, a cultura da virtualidade real. A lógica inserida nessa economia, nessa sociedade e nessa cultura está subjacente à ação e às instituições sociais em um mundo interdependente (CASTELLS, 1999, p.412).

Terry Eagleton (Terence Francis Eagleton), filósofo e crítico literário identificado com o Marxismo e estudioso da Pós-modernidade, postula algumas noções simpáticas aos conceitos desta pesquisa acadêmica. Acompanhemos seu comentário:

Novos conceitos como desterritorialização, pós-fordismo, acumulação flexível, a incerteza como marca fundamental de nosso tempo-espaço, a globalização e o enfraquecimento do Estado-Nação surgem como características da pósmodernidade e de uma nova forma de capitalismo - para o mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da Indústria Cultural, na qual as indústrias de serviço, finanças e informação triunfam sobre a produção tradicional, e a política clássica de classes, cede

terreno a uma série difusa de "políticas de identidade" . (EAGLETON, 1998, p.)

A Pós-modernidade apresenta-se como contrastiva em relação à modernidade, podendo-se perceber sua reflexão intelectual em linhas gerais abaixo mencionadas nas palavras de José Eustácio Diniz Alves;

Os filósofos pós-modernos, tais como, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, François Lyotard, Jean Baudrillard desejam revelar sua falsidade e sua responsabilidade nos problemas atuais (racionalidade produtiva e os valores morais e sociais). Para isso, eles lutam em duas frentes: a) Desconstrução dos princípios e concepções do pensamento ocidental - Razão, Sujeito, Ordem, Estado, Sociedade etc; b) Desenvolvimento e valorização de temas antes considerados menores ou marginais em filosofia: desejo, loucura, sexualidade, linguagem, poesia, sociedades primitivas, jogo, cotidiano. (ALVES, 2007, p.2)

A Pós-Modernidade aqui referida em traços e autores de um modo geral se apresenta complexa em sua conceituação, onde, esse princípio da conceituação é desconstruído por algumas correntes. Se a Pós-Modernidade é negada pela hipermodernidade ou Capitalismo tardio tal, não desmente o recorte social e cultural mais ou menos profundo, iniciado um pouco antes ou um pouco depois, no mundo ocidental, tecnologicamente mais desenvolvido, situado algures entre a década de quarenta e a década de oitenta do século passado, é o intervalo que é mencionado como o início de uma nova realidade em que nos encontramos emersos, e que abrange igualmente o recorte temporal na análise à etnogênese e territorialidade que acontece nas margens do Piraquê-açu.

2.2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Esta pesquisa, inicialmente próxima de um estudo de caso, evoluiu, mergulhando em questões conceituais, metodológicas, derivadas da sua própria dinâmica. Assim mesmo, alguns alicerces se encontram na Geografia Descritiva, com um recorte regional centrado na Etnogênese Tupiniquim e no Piraquê-açu, usada na tentativa de mostrar algumas relações que se inserem na região, territorializando o espaço interno ao recorte, assim como às suas imediações.

Através da metodologia tenta-se ver, a sociedade a natureza e a dinâmica histórica nas margens do Piraquê-açu. Os autores que mais influenciaram no passado este autor são: Aziz Ab'Saber, Hermann Lautensach, Milton Santos, Orlando Ribeiro e Friedrich Ratzel.

As Geografias tópicas e parciais encaixadas em capítulos pretendem tornar-se, um arranjo diferenciado que se propõe ser capaz de elucidar questões pertinentes, mas assim mesmo, ao final constituem uma soma de partes que tentam melhor desvelar o objeto de estudo.

Fazer ciência é um objetivo. Ser útil é outro. Um paradigma da ciência sempre válido é quando possível, tornar algo obscuro e complexo mais simples e claro, se isso foi conseguido é outra questão. Ruy Moreira refere como ultrapassada, a metodologia abaixo, assim mesmo, foi usada como uma base metodológica adotada para mostrar, não longe da descrição em Geografia, o espaço territorializado.

Falar do mundo é, pois uma operação metodológica – discursiva simples na Geografia: descreve-se primeiro a natureza, depois a população e por fim a economia. Sempre nesta ordem. E quando esta é alterada, apenas muda-se formalmente a seqüência. Para conferir ao conjunto uma armadura territorial, que em Geografia é necessária, usa-se ordinariamente a arrumação territorial da natureza, arrumando-se dentro dela a distribuição da população e da economia, todavia, ao passar para a explicação da mesma arrumação territorial, usa-se a arrumação dada pela economia, tomando-se ora a arquitetura da divisão territorial do trabalho como referência – a natureza vista como um elenco e áreas de recursos, e a população como uma fonte de mão-de-obra e de consumo, num primado da geografia econômica sobre as partes restantes. A descrição dessa arquitetura do espaço toma por referência a linguagem dos mapas dos quadros, da tabelas e dos blocos diagramas, tudo de molde a usar-se como padrão explicativo “leis” de cunho essencialmente estatístico – matemático. Assim: a natureza é uma pletora de corpos governados pela lei da gravidade; o homem é um ente demográfico regido pela lei da população; e a economia é uma sucessão de trocas comandada pela lei do lucro (MOREIRA, 2006, p.10).

No trecho atrás a descrição da forma como algumas correntes geograficas se estruturam para explicar um objeto sobre o qual foca sua atenção. Parece simples e o autor se refere dentro do contexto da obra (Para onde vai o Pensamento Geográfico, 2006) como uma geografia produto de uma época, “ultrapassada”. Mas, assim mesmo, uma válida reflexão para compreender um espaço, um território, uma região, e daí, partir para novas análises das relações de poder. Concordando em

absoluto com Ruy Moreira; os recortes que as várias “geografias temáticas” exprimem são estáticos, mesmo que abordem circulação material e cultural, com a econômica aí incluída.

E é o efeito da fragmentação e especialização que os saberes experimentam no contexto do positivismo, cada campo setorial da geografia originando-se na fronteira das ciências congêneres, [...] todas trazendo para a geografia as características da teoria e do método das fronteiras de origem da qual extraem seu perfil e alimento ainda hoje, com aquelas vivendo um cotidiano de relação mais intenso que com suas congêneres internas da geografia **humana sistemática**. São geografias **físicas** parcelares tanto quanto são ciências parcelares as ciências de suas relações de fronteira, compartilhando com elas o mesmo conceito, o mesmo enfoque paradigmático e o mesmo projeto de relação utilitária com a natureza dentro do sistema econômico atual, (MOREIRA, 2006, p. 71), **grifo nosso**.

Ruy Moreira, Milton Santos, Dorreen Massey em Geografia, Eugene Odum em Ecologia e João Pacheco de Oliveira na abordagem particular à Etnogênese. Os autores atrás referidos fornecem os subsídios mais poderosos na busca de resultados, na tentativa de observar novos ângulos de abordagem, que aqui de modo bem sintético trata de reflexões sobre a emergência étnica. Como objeto passível de fornecer respostas, há a Etnogênese Tupiniquim e a reterritorialização conjunta Tupiniquim e Guaraní na margem norte do Piraquê-açu, esta sim, no plano prático. Os processos de construção de uma trama interpretativos majoritariamente aplicados, mencionados por Sandro José da Silva conforme é por ele expressado abaixo;

Quando olhamos para os índices das monografias e dissertações tanto sobre os índios do nordeste quanto do leste, sentimos que há “ar de família”, seja nas abordagens, seja nos resultados encontrados onde o “contexto” social e histórico é o carro chefe de tais análises (Barreto Fº, 1998). Invariavelmente os trabalhos apresentam uma reconstituição histórica em que se anuncia uma trama fundiária “totalizadora”, envolvendo os grupos indígenas em determinado espaço geográfico e sua relação com o Estado via agências indigenistas, uma espécie de fronteira arbitrária dos antropólogos. Em alguns casos os índios são agentes de disputas pela terra e em outros aparecem como coadjuvantes ou meros espectadores. A discussão que se segue procura enfrentar a questão da “Luta pela terra” voltada para a transformação dos sujeitos indígenas em sujeitos coletivos diante do Estado na busca de direitos” – esta é uma tônica das lideranças nas reuniões, ofícios e demais artefatos burocráticos que envolvem seus pleitos junto às agências indigenistas. [...] índios e posseiros são sempre colocados entre parênteses, seja porque soa palavras com sentido dado pelos atores, seja porque o cuidado étnico da “Luta” o exige. O “contexto político”, visto como jogo de posições e categorias” (SILVA, 2000).

Houve, nesta pesquisa, a tentativa de fugir a esse posicionar dos agentes sobre o território, tenta-se novos ângulos de abordagem. As sumárias descrições de Ruy Moreira e Sandro José da Silva descrevem métodos amplamente usados, justificados, pela sua eficácia e com ampla adesão no meio acadêmico, no tratamento de problemas territoriais de cariz étnico, territorial e cultural. A tônica usada, de modo quase hegemônico, na forma e no discurso é a atrás referida. O Tempo dos Direitos está chegando a alguns dos esquecidos, porque alguns dos problemas nacionais são recorrentes na trama espacial e jurídica que cobre o Brasil. Um dos paradigmas da ciência refere-se à repetição dos resultados em condições semelhantes, a formulação de leis. Não se discute nessa repetição a teoria, mas simplesmente se aplica um caminho, um método prático, dentro do contexto atual, que produz resultados na ação estatal a qual, tem por consequência minorar ou resolve um problema, produzindo justiça social. Paradigma da ação governamental.

À face da lei a auto-definição étnica é uma das respostas parciais ao que a pesquisa busca, mas não a única (conforme referido na Introdução), considerando que as possíveis classificações de índio, branco, negro, caboclo, são sempre adjetivos impostos, pelo meio humano circundante aos indivíduos, e que sua função, muitas vezes, é limitadora a quem assim é classificado, tal relação transforma a auto-definição no resultado da relação com o outro e com as instituições de tutela onde, se encontram as delimitações dos espaços legais e territoriais de sujeição das populações indígenas Tupiniquins e Guarani. Há uma dimensão psicológica nesta resposta muito importante sobre o ponto de vista individual, mas que ganha formato mais quantificável, visível, quando observada como população inserida em um espaço e num contexto através das instituições de dominação.

Nasce daí a necessidade de um resgate histórico e jurídico. Através deles, como parte do método, tentamos explicar como a coerção se realizou até a atualidade e também como essa coerção não chegou ao seu fim já que a diluição “final” dessas populações no “todo” do Brasil, não se concluiu até hoje (2010) no caso Tupiniquim e Guarani no município de Aracruz. Tal é apresentado em duas partes: 4.1 *A Territorialidade da Etnogênese Tupiniquim* e 4.2 *O papel da normatização do uso do território na dinâmica da Etnogênese Tupiniquim no Piraquê-açu*, que ajudam a compreender o quadro atual.

Se para as populações urbanas há uma dissociação entre o seu espaço vital e a manutenção de seu modo de vida, para as populações rurais e tradicionais o espaço mais amplo necessário ao seu modo de vida tem que ser contíguo na maior parte das vezes, daí toda uma luta por esse território. O inverso é dramaticamente verdadeiro, sem seu espaço vital essas populações definham ou desintegram-se. Ratzel representante de um tempo histórico em que esses laços entre populações e espaços próximos não tinham sido ainda rompidos refletia diretamente essa realidade conforme abaixo:

Ratzel refere-se ao território, seus recursos necessários à reprodução da vida humana (daí o termo vital) e sua função de conferir sentido e unidade de nação a um povo, por intermédio da mediação do Estado entre o território e a sociedade (MOREIRA, 2006, p.130).

A incapacidade do ser humano em compreender e explicar todo o conjunto de relações que se dão na superfície da terra na atualidade, seja no campo social, ecológico, no espaço geográfico, reforça significativamente a componente empírica e de observação a partir da qual se pode produzir conhecimento. Este trabalho acadêmico usa como método a observação direta do(s) território(s). O que é visto, sua interpretação em cada campo. É o espaço(s) observado sucessivamente o meio de onde se espera respostas. A observação direta, sem intermediários, somente é superada como método nesta obra pelo uso das fontes acadêmicas (notadamente Teses e dissertações mencionadas na introdução).

A observação tornou-se fundamental para a compreensão das margens do estuário, acompanhemos Brunhes.

Portanto em Geografia humana é importante proceder como em todas as ciências de observação, classificando os fatos, destacando categorias precisas do conjunto intrincado de que fazem parte e levando a cabo a observação comparativa destes fatos destacados em uma série de casos análogos ou vizinhos ou progressivamente distintos (BRUNHES, 1956 p.54).

A Geografia sempre é múltipla nas ações que acontecem em um ponto, um lugar, uma região ou território; é essa pluralidade que ampliou o leque das escalas necessárias à compreensão do Fato Geográfico sem jamais exaurir o tema abrindo

as portas à transdisciplinaridade, desafiando o geógrafo a não se perder nas geografias temáticas, nas fronteiras com as ciências afins.

Rui Moreira divide os paradigmas que a Geografia apresentou desde que foi aceite como ciência nas universidades em três:

São eles: o paradigma holista da baixa modernidade, o paradigma fragmentário da modernidade industrial e o paradigma holista da hiper modernidade (ou pós-modernidade), como tendência atual.

Esta(s) visão(ões), anterior à chamada Geografia Crítica, atravessaram toda uma época, e Concomitantemente à Geografia Quantitativa explicavam o mundo com um enfoque diverso. São, no mínimo, “ferramentas” que gradualmente ampliaram a capacidade de compreensão, de mensuração da realidade à disposição do Geógrafo ou de outro profissional, e aqui usadas.

A noção do recorte é a primeira idéia de nexos estruturante a aparecer na geografia moderna, extraída da sua tradição corográfica. E que ganhará ainda com Kant a conotação conceitual de região. (MOREIRA, 2006, p. 127).

Em nosso método o recorte é estruturante porque delimita uma margem deste estudo: O Piraquê-açu. O segundo recorte estruturante da nossa pesquisa são os próprios territórios demarcados. Estes espaços cartografáveis são margens exteriores enquanto que o processo da afirmação ou etnogênese indígena é em parte interior, subjetivo, com reflexos territoriais, esses relativamente cartografáveis.

Por último como método trabalha-se as escalas que como auréolas envolvem o alvo de referência que são as Populações indígenas, mas que não constituem o efetivo objeto de estudo que corresponde a algumas das margens dessas populações. Gradualmente a escala se afasta primeiramente do alvo e depois do objeto de estudo perdendo influência sobre os espaços envolventes. Estrategicamente os problemas globais influenciem o espaço local numa rede de significados e estratégias onde a variação da escala colabora na compreensão holística e geopolítica se apresentam com mais visibilidade.

2.3 OBJETO

Este trabalho se inicia com um interesse. Interesse na disputa por terra entre as populações indígena e a Aracruz Celulose. Só que um interesse difere de um objeto de pesquisa. Posteriormente definiu-se que a compreensão desse interesse passava pelo fato político que eu via acontecer, a Etnogênese dos índios Tupiniquim e a territorialização conjunta com os Guaraní. Teve-se assim um primeiro objeto. Com essa definição montou-se uma primeira estratégia de esclarecimento.

Essa estratégia foi implementada e várias coisas planejadas não se realizaram e interesses derivados das fontes, muitos não esperados, gradualmente, forçaram a mudança da estratégia em parte pela constatação de que outros acadêmicos já tinham realizado, de modo muito satisfatório, essa abordagem sobre o objeto.

Resultou dessa fase inicial esboços de partes sobre a histórica regional, a relação entre o território indígena a lei no Piraquê-açu, sobre questões políticas assim como da abordagem ao objeto, onde, por opção, a produção acadêmica sobre o objeto de estudo, começou a predominar, alterando um trabalho que se tinha pensado, inicialmente mais empírico.

Só que o objeto mudou, tornou-se mais cartografável, mas não era mais o mesmo. O foco passou a ser as Margens do Piraquê-açu. Somava-se assim ao anterior o corpo de água do estuário. Havia então um foco duplo: Territorialidade Indígena e o Piraquê-açu. Dois objetos que se fundiam um no outro através de Modos de Vida. Por um lado fechava, mas, nem todos os índios que viviam às margens do Piraquê-açu o faziam de “Modo Tradicional”, nem todos aqueles que viviam às Margens do Piraquê-açu com um Modo de vida tradicional eram indígenas.

Dessa fase, apoiada na Biogeografia e na Geografia Física assim como de Geografias temáticas acompanhadas do diálogo com Ciências de fronteira dessas Geografias temáticas resultaram escopos de partes de Capítulos onde a Biogeografia dialoga com a Geografia humana em modos de vida tradicionais.

Novas estratégias eram solicitadas para ultrapassar metodologicamente o impasse em que a pesquisa se encontrava.

Forças Telúricas, ancoradas em Ratzel, afloravam de partes anteriores da pesquisa, capazes de explicar os fatos observados, segundo enfoques diferentes em sua importância, na abordagem ao objeto de estudo. Este estudo privilegiava o enfoque étnico, mas usando de forma hegemônica a produção baseada na abordagem da Geografia marxista, como fonte de informação. Tal contradição, não invalida o valor das análises realizadas assim como das fontes.

A estratégia teve que ser mudada uma segunda vez em função de conclusões parciais pelo modelo anterior de objeto, pois o foco não estava a dar conta do objetivo. Primeiro, conceitos próximos à Geografia cultural se reforçavam dentro do trabalho, nas Identidades das Margens do Piraquê-açu tais como: Etnia, Modo de Vida, urbanidade, Etnogênese, estratégias lingüísticas, projetos políticos e territoriais, mitos ecológicos e até mesmo utopias da Ciência, como as do Positivismo.

Foram encontradas duas linhas: a etnogênese que une a obra subjetivamente, e o território que se materializa objetivamente no espaço. Como objetivo final contentamo-nos com fornecer algumas considerações sobre as Margens do Piraquê-açu em um enfoque étnico e geográfico, com o uso dominante dos conceitos de Território e Etnogênese.

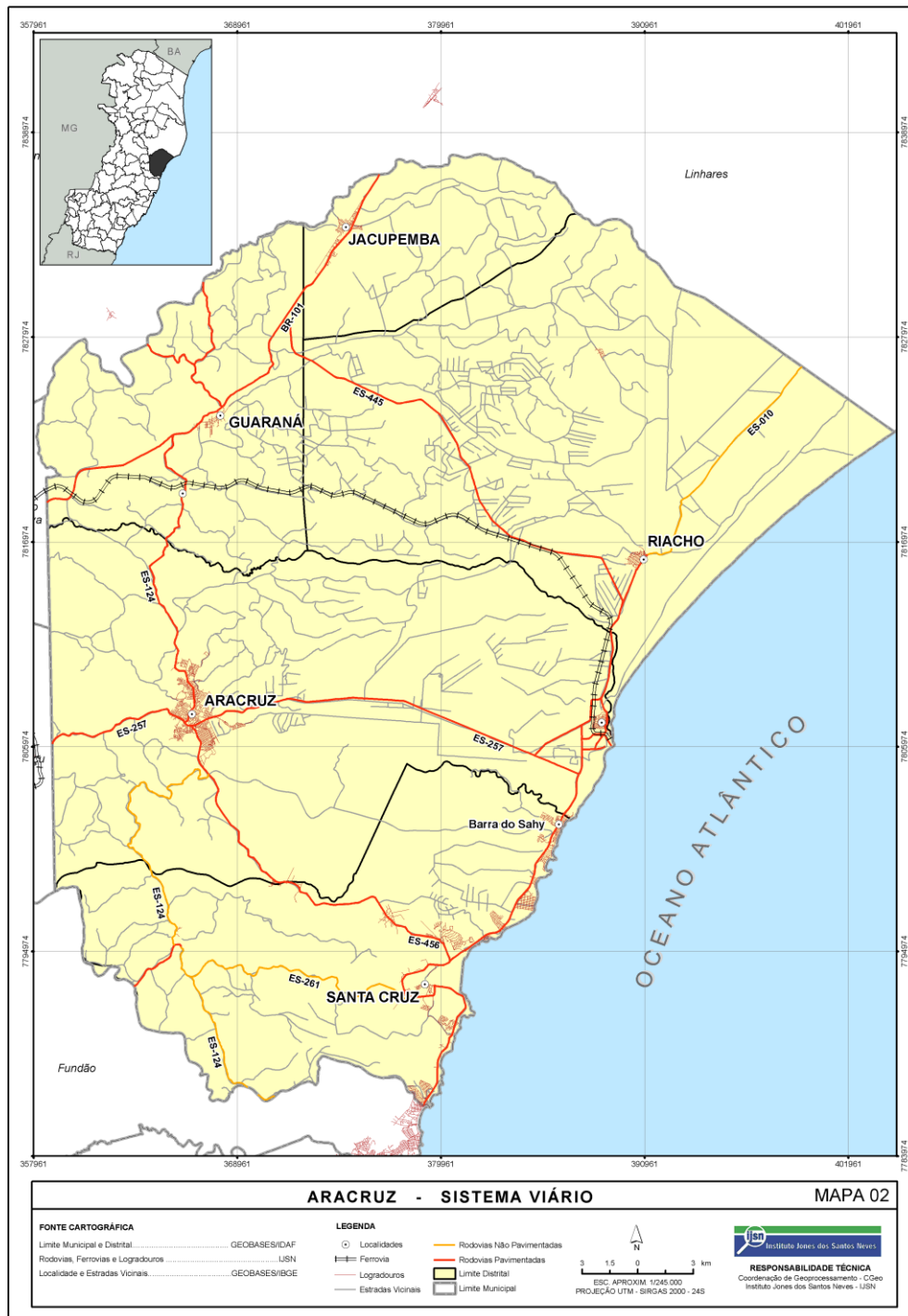
3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA: ARACRUZ E O PIRAQUÊ-AÇÚ - BREVE APRESENTAÇÃO

3.1 ARACRUZ : BREVE APRESENTAÇÃO

Com uma área de 1435 quilômetros quadrados e aproximadamente oitenta mil habitantes (80864 habitantes IBGE 2010) configura-se uma média de 55 habitantes por quilômetro quadrado, com mais da metade da população concentrada na cidade sede de município. Vários pequenos núcleos urbanos se espalham pelo espaço municipal, constituindo pólos de serviços para populações com características rurais a Oeste e mais “industriais” a leste, bem distribuídos ao longo do território municipal. A população assim mesmo se concentra mais em sua metade oriental (próximo ao mar), do que no interior mais afastado, onde as influências marítimas se apresentam atenuadas.

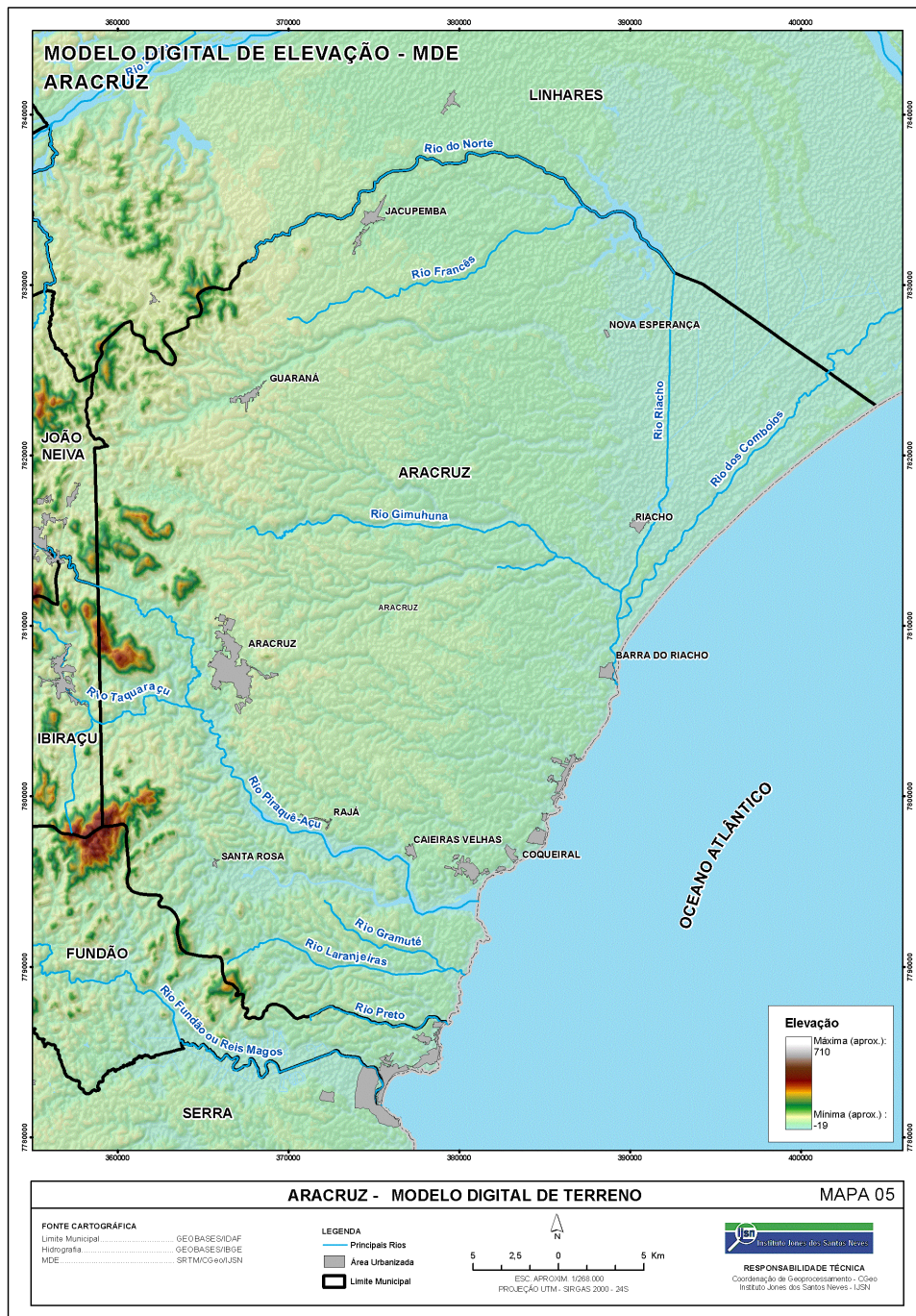
Os cinco distritos em que se divide o território municipal apresentam um equilíbrio entre a costa e o interior numericamente, consequência da decisão política de transferência da sede municipal da atual Santa Cruz para a povoação de Aracruz na metade do século XX, que assim viu beneficiado seu interior como concentrador da população regional em detrimento do litoral, pólo econômico anterior.

Entre o mar e a estrada BR 101 (estrada de rodagem), se situa o município com uma fisionomia natural marítima largamente presente para o “interior” através de manguezais que gradualmente se vão transformando em brejos. Onde o Piraquê-Açu o maior de todos esses braços de mar, se destaca. A maior parte do município é ocupado por um platô baixo de aproximadamente 100 mts de altitude, intensamente erodido, constituído de sedimentos tipo Barreiras, descaindo para o litoral. Na seqüência, dois mapas proporcionam ao leitor informações sobre Território municipal.



Mapa 04: Sistema viário e Ferroviário do município de Aracruz.
Fonte: IJSN

O município de Aracruz apresenta uma acessibilidade por ar aeroporto, mar (portocel), e terra ferroviário através de um ramal da ferrovia Vitória-Minas e diversas estradas com sentido predominante leste-oeste que se conectam à BR-101. Há um gasoduto próximo à costa de sentido norte-sul. Tal logística se enquadra no contexto de um sistema de escoamento de hinterland brasileiro em desenvolvimento.



Mapa 05: O município de Aracruz, Físico.
 Fonte: IJSN

O mapa acima reflete um olhar natural sobre as características do município de Aracruz. A leste o mar, a Nordeste, já dentro dos sedimentos recentes do rio Doce se apresentam características que remetem para terrenos alagadiços e instáveis. O espaço dos sedimentos Barreiras, compartimento central, o mais representativo tem vales curtos, cavados nos sedimentos que drenam com dificuldade bacias de baixa declividade, principalmente nas proximidades da foz aumentando em muito o espaço

diretamente influenciado pela maré que adentra para o interior, bem mais do que este mapa transparece reforçando a maritimidade do território municipal. A Oeste o soco gnaisse- granítico inicia a transição para outras realidades Geo-morfológicas.

Aqui e além afloramentos gnaisse/graníticos surgem sempre visíveis na paisagem, chegando aos setecentos metros de altitude sem influência significativa nos modos de vida humana, mas com rica biodiversidade já que apresenta cobertura de Mata Atlântica pouco alterada. A transição entre a planície litorânea e a “Serra do Mar” apresenta-se aqui na sua versão capixaba, em seus inícios.

A questão da Etnogênese Tupiniquim e da reterritorialização conjunta com os Guarani corresponde a uma disputa por terra e “autodeterminação” que se repete em muitas partes do Brasil, assim como em outros países da América por parte de povos subjugados. É parte de um problema global que deve também ser pensado em uma escala menor, obtendo assim uma visão mais real dos problemas como um todo.

Como é de esperar o município apresenta atividades econômicas que não são próximas da cadeia de prestadores de serviços da FIBRIA (Aracruz Celulose), tais como café, boi, e turismo de veraneio complementam o grosso da economia, somado a todo o comércio e serviços existentes, é disso que o tecido econômico do município vive, assim como a maioria de sua população. A agricultura de subsistência, a caça, a pesca o uso direto de produtos provenientes da coleta, pelas populações indígenas e de manejo tradicional dos recursos naturais é significativa não podendo ser avaliada com facilidade, é importante tanto pelo valor humano como pela qualidade ambiental que tais práticas garantem. Contudo é, sem dúvida, a atividade da produção de celulose que é sobremodo distintiva, em relação à economia do Município. Nesse sentido, no que segue, será feita uma apresentação do papel da Aracruz Celulose na economia do município.

A primeira menção sobre algo que posteriormente seria a Aracruz Celulose de acordo com Celeste Ciccarone nos remete à década de cinquenta.

A Ecotec, que atuava no estado desde a década de 50, direcionou os interesses de empreendimentos privados para o mercado mundial de celulose, então em rápido crescimento, e tinha como tarefa identificar áreas “tecnicamente” apropriadas para o desenvolvimento de plantações de eucalipto. Aproveitando a grande oportunidade de atrair os investimentos para o Estado, o território indígena foi escolhido como se fosse uma extensa região de terras desabitadas e improdutivas. (CICCARONE, 2001, p. 291).

A efetivação dessas plantações acontece na década de sessenta:

Em Novembro de 1967, Aracruz Florestal S.A. planta seus primeiros pés de eucalipto, no denominado Guarita, na estrada para Barra do Riacho (CRUZ, 1997, p. 97).

A possibilidade de produção de celulose a partir de eucalipto deslocou parte da produção de celulose dos países que tinham naturalmente a Taiga como cobertura vegetal para regiões mais quentes de climas temperados ou tropicais através de plantações de eucaliptos produzida tecnicamente em um sistema preferencial de monocultura e latifúndio com fortes impactos nas anteriores condições biogeográficas.

A Aracruz Florestal s/a recebeu do Governo Estadual representado pelo governador Christiano Dias Lopes, os dez mil hectares anteriormente explorados pela COFAVI, onde iniciou o plantio de eucaliptos. A partir dessa concessão, a empresa Aracruz não cessou de estender seus domínios, incorporando de forma ilícita em seu território áreas de índios, de quilombolas, de posseiros, de pequenos lavradores. (LOUREIRO, 2006. p94).

Não há como negar que os empreendimentos industriais de grande porte impactam o espaço, deteriorando as relações que existiam nesse mesmo território, impondo outras, conforme o território e as sociedades estudadas; quer à escala mundial quer brasileira como aconteceu no município de Aracruz.

Diferentemente de outros empreendimentos industriais o impacto da produção de matéria prima para a indústria da celulose é grande e geralmente visível nas proximidades da fábrica. Isso acontece pelo fraco valor, grande peso e volume da matéria prima que, têm seus custos fortemente elevados pelo deslocamento para a unidade de produção. Deste modo há grande interesse da empresa em que a matéria prima esteja o mais próxima possível da unidade de produção para

minimizar custos. A imagem abaixo apresenta uma área de plantação no momento do corte.



Figura 06: Eucalipto em pé e matéria prima
Fonte: Mídia independente.org

A monocultura e a concentração fundiária por ela favorecida, desencadeiam ações quer locais quer globais, conforme a abaixo referida;

Ativistas do Greenpeace, um dos maiores grupos independentes de luta pela defesa dos direitos humanos no mundo inteiro em Maio de 1992, fecha a entrada do porto da Portucel, em Barra do Riacho. O objetivo era chamar a atenção para uma manifestação contra a monocultura de eucalipto praticada pelas empresas do grupo Aracruz, São Mateus e Conceição da Barra (Espírito Santo) e Posto da Mata (Bahia) (CRUZ, 1997, p. 100).

Os 25 anos de separação entre as primeiras plantações de eucaliptos e a ação do Greenpeace separam duas realidades municipais bem distintas acompanhadas de profundas modificações do seu espaço, assim como das características de sua população.

A chegada da Aracruz Celulose alterou os padrões sociais e econômicos do município em todos os níveis. Um empreendimento à escala global se instala em um pacato município rural. Sua paisagem física, ecológica e humana é profundamente alterada e a modernidade, caída por decreto, empurrou aquela pacata população ao

urbano de forma acelerada, conjuntamente com uma maioria de migrantes chegados para as plantações e posteriormente para a montagem da fábrica.



Figura 07: Panorama da Aracruz Celulose.

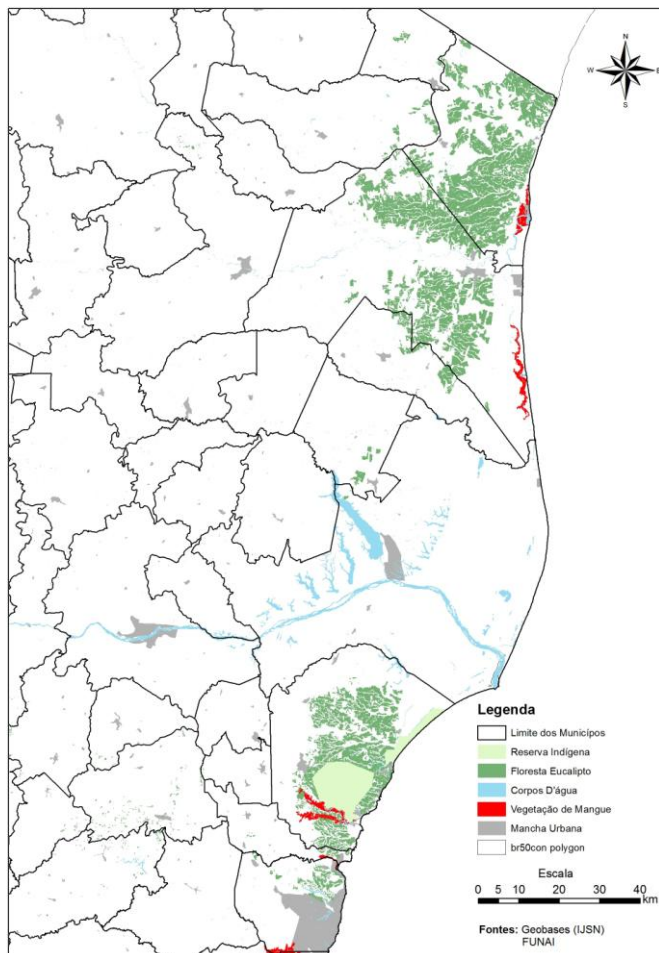
Fonte: www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1019

A opinião geral da população residente no município, manifestada em conversas, entrevistas, e na vivência diária de quase 15 anos no município, de modo geral se apresenta pouco mobilizada contra os impactos da empresa, e tenta aproveitar algumas oportunidades que surgiram decorrentes do capital circulante que é fornecido direta e indiretamente pela Aracruz Celulose (Fibria). A população da cidade de Aracruz e do município, em sua maioria convive com a realidade da ligação entre a cidade e a empresa e tenta se posicionar o mais perto possível da folha de pagamento da Aracruz celulose ou da Prefeitura.

A Aracruz encerrou o ano de 2006 com 11.659 empregados diretos, dos quais 2.361 são funcionários próprios da Empresa (incluindo subsidiárias internacionais e Portocel), e 9.298 terceiros permanentes. Os empregados próprios têm em média 38 anos, estão na Empresa, em média, há 13 anos, 53,4% têm pelo menos o 2º grau completo e 78% são naturais do Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Bahia. Em site oficial da Aracruz Celulose.

Os empregos diretamente e indiretamente criados pelo empreendimento são o sustentáculo da economia local, podendo-se alocar à instalação da empresa um retrocesso das atividades extrativas da mata e da agricultura familiar, assim como dos modos de vida conectados à coleta, caça e pesca dependentes de uma qualidade de meio ambiente perdida com a monocultura dos eucaliptos assim como da poluição marinha reforçada pelas alterações inerentes à construção do porto decorrentes de um modelo de desenvolvimento.

No mapa abaixo vê-se a espacialidade das plantações sobre o norte do Espírito Santo, destacamos o território indígena ao norte do Manguezal cercado pelas plantações.



Mapa 06: Concentração de Plantações de Eucalipto no centro norte Capixaba
Fonte: Geobases (IJSN), FUNAI (2010).

A existência de conflitos entre a empresa e populações rurais e ou tradicionais em sua maioria, existe permanentemente oscilando de forma periódica com maior intensidade sendo latente nos momentos de menor intensidade.

A Aracruz Celulose S.A.(Fibria) é a maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto do mundo, Um empreendimento integrado: plantio do eucalipto, fábrica de celulose e terminal portuário privado. Utiliza somente madeira de eucalipto para produção, preservando áreas de mata nativa de acordo com a legislação. A fábrica incorpora avançados sistemas de tratamento de resíduos, efluentes e emissões, visando ao mínimo impacto ambiental dentro das perspectivas limitadas da produção

de celulose. Tendo a empresa a seu favor o fato da matéria prima ser um recurso renovável.

Com a implantação dos primeiros plantios de eucaliptos (1967) e a fundação da Aracruz florestal em 1972, o Grupo Aracruz não parou de se expandir: em 1978 houve a inauguração da primeira fábrica, ou fábrica A; em 1991, a inauguração da Fábrica B, e, em 2002, a inauguração da Fábrica C, todas localizadas na Unidade Barra do Riacho, no município de Aracruz. Juntas, as três contam com uma capacidade nominal total de 2 milhões de toneladas de celulose. É importante ressaltar que a área onde está instalada as três fábricas do Complexo Paraquímico pertencia ao antigo território habitado pelos índios Tupiniquim, ou mais especificamente, à antiga “aldeia” dos Macacos.(LOUREIRO, 2006, p.100)

A expansão local é acompanhada de alterações no controle acionário. Em 01 setembro de 2009 a Aracruz Celulose fundiu-se com a VCP tornando-se a maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto. O controle acionário está 35,8% na mão do mercado aberto, BANDES detêm 34,9% e a Votorantim industrial detêm 29,3%.

Suas operações florestais alcançam os estados do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais com aproximadamente 279 000 hectares aos quais acrescentam-se 88 000 hectares provenientes de 3000 produtores rurais nos referidos estados através de um programa de fomento florestal de acordo com informação em site da empresa.

Como complemento a este resumo das sucessivas ampliações no tempo devem ser compreendidas por um processo em que aquilo que é citado como fábrica em realidade corresponde a uma linha de produção, ou melhor, uma máquina de pasta²⁷. Ao assim proceder a empresa mantém as infra-estruturas de escritórios, oficinas de manutenção e outros departamentos que sofrem uma ampliação somente se necessário. A economia de custos em relação à produção fica evidente, ainda mais se considerar a construção de uma fábrica de raiz com todos os departamentos necessários.

²⁷ Estes dados são embasados em um longo contato com o mundo da celulose que passam pela minha vida profissional onde se destacam três anos como operário em uma fábrica de papel Inapa situada em Setúbal Portugal, quatro anos como comprador em uma fábrica de Celulose, SOPORCEL, na Figueira da Foz Portugal e no contato Familiar onde meu pai Manuel da Luz Florêncio foi um dos responsáveis pelo arranque de diversas celulosas em Espanha, Portugal e Brasil inclusive no arranque da Aracruz Celulose nos anos setenta tendo eu residido em Coqueiral entre 1977 e 1980.

Ao atingir o patamar de dois milhões de toneladas de celulose/dia, quantidade essa que divididas por 365 dias chegamos a 5479 toneladas de celulose produzidas diariamente. Em termos técnicos pode-se falar que uma tonelada de pasta de papel de eucalipto exige aproximadamente três toneladas de madeira de eucalipto. Atingimos assim uma aproximação de 16438 toneladas de madeira consumidas pela fábrica diariamente. Essas sucessivas ampliações exigiram uma ampliação da área de monocultura que se faz presente em um espaço cada vez mais distante o que impactou outros espaços, atuais campos de luta social no norte do estado e sul da Bahia notadamente pelas populações quilombolas.

Como concretizações principais no espaço destacam-se as extensas plantações de eucaliptos, os objetos técnicos da fábrica e do porto e a localidade de Coqueiral, acompanhados, do grande crescimento de partes do tecido urbano regional, principalmente das localidades mais favorecidas em função dos investimentos realizados pelo município e particulares. A população municipal cresceu com os muitos migrantes chegados, que, diluíram a outrora dominante presença dos descendentes de italianos, que tinham feito Aracruz a expensas das populações litorâneas mais miscigenadas, centradas como poder político em Santa Cruz.

A presença de uma empresa não personalizada em um vizinho, uma pessoa, se torna o “inimigo” sem rosto (a companhia), facilitou a organização das populações na sua luta pela terra, essa impessoalidade que é a empresa na década de setenta, contrasta com a personalização dos bandos de “jagunços” e outros que pressionavam agressivamente os índios e posseiros para desocuparem as terras de modo a que pudessem ser usadas pela Aracruz Celulose com base na compra, via transferência de propriedade, algumas vezes escusa, ou por algum poderoso local que manipulava a “compra” e a venda para a Aracruz de propriedades locais num processo criminoso de abuso de poder e fraude onde a empresa, se omitia socialmente, usando a sua força econômica e jurídica.

O futuro próximo se apresenta sombrio sob o ponto de vista ecológico. Ampliação portuária, estaleiro multifuncional para aproximadamente 3000 empregos diretos e de mais alguns milhares indiretos em empresas associadas ao estaleiro e ao boom do petróleo. Parte significativa da praia entre Barra do Sahy até ao porto privativo da

FIBRIA desaparecerá engolida pela doca seca e partes dos estaleiros navais, acontecimentos anunciados e tratados adiante na parte final do quarto capítulo. O reforçar da agressão ao ambiente ecológico e humano cresce pondo em causa novos territórios escassos como são o território litorâneo.

3.2 A NATUREZA NO PIRAQUÊ-AÇU: ATRIBUTOS DA GEOGRAFIA FÍSICA

Pretende-se, de acordo com a metodologia, descrever suas particularidades geológicas, biogeográficas assim como se fornecem informações sobre o funcionamento dos ecossistemas estuarinos. É sobre esta base que o homem se instala e com ela vive de modo integrado, pelo menos aquelas populações cujo modo se volta para dentro, para as margens do Piraquê-açu, relacionando-se diretamente com os ecossistemas locais.

Quando se escreve sobre o Piraquê-açu e sua natureza temos que não só caracterizá-lo, como desfazer equívocos que a ele estão associados. Nesta obra, chamamos de Piraquê-açu ao conjunto de dois braços de mar que são chamados popularmente de rio Piraquê-açu e rio Piraquê-mirim. A razão disso é que naturalmente eles formam uma unidade nas suas características físicas, na paisagem natural e nos modos de vida a ele associados. Os processos geológicos que atuam e atuaram nos dois braços são os mesmos.

O braço norte é ligeiramente maior e mais largo, provavelmente mais profundo e em decorrência disso, movimenta maior volume de água salgada e doce, conforme se pode observar pela bacia hidrográfica (mapa 04) que alimenta o braço norte a causa de maior variabilidade nas características químicas da água do estuário, notadamente quando chuvas pesadas caem sobre a sua bacia.

Na atualidade, o que se chama de rio Piraquê-açu e rio Piraquê-mirim é um complexo estuarino amplamente varrido pelas marés que abriga extensos manguezais. Não há rios de água salgada, há estuários de água salobra, o que é o caso. A diferença, em todos os níveis, de um rio para um estuário é enorme. A montante dos dois braços de mar há pequenos rios que alimentam e enriquecem a

biodiversidade do Piraquê-açu. Para o nosso estudo o interesse nesses rios é marginal. O leitor que desconhece o “lugar” de que estamos falando, para esse é importante clareza técnica na escrita. Para o habitante local do “lugar” é vivida a relação com a toponímica, consistindo os territórios referidos lugares com nomes próprios, aceites por todos ou por recortes populacionais que são mais complexos do que chamar de rio a um braço de mar.

Um estuário (aestus, maré), de acordo com a definição de Pritchard (1967) modificada, é uma massa de água costeira semi-cercada que tem uma ligação livre com o mar; deste modo é fortemente influenciada pela ação das marés, e no seu interior, a água do mar mistura-se (e geralmente é possível medir o grau de diluição) com água doce proveniente da drenagem terrestre. São exemplos, as fozes de rios, baías costeiras, sapais e massas de água retidas por línguas de areia. Os estuários podem ser considerados como zonas de transição ou ecótonos, entre os habitats de água doce e marinho, embora muitas de suas mais importantes características físicas e biológicas não sejam de transição, mas sim específicas. (ODUM, 1997, p. 563)

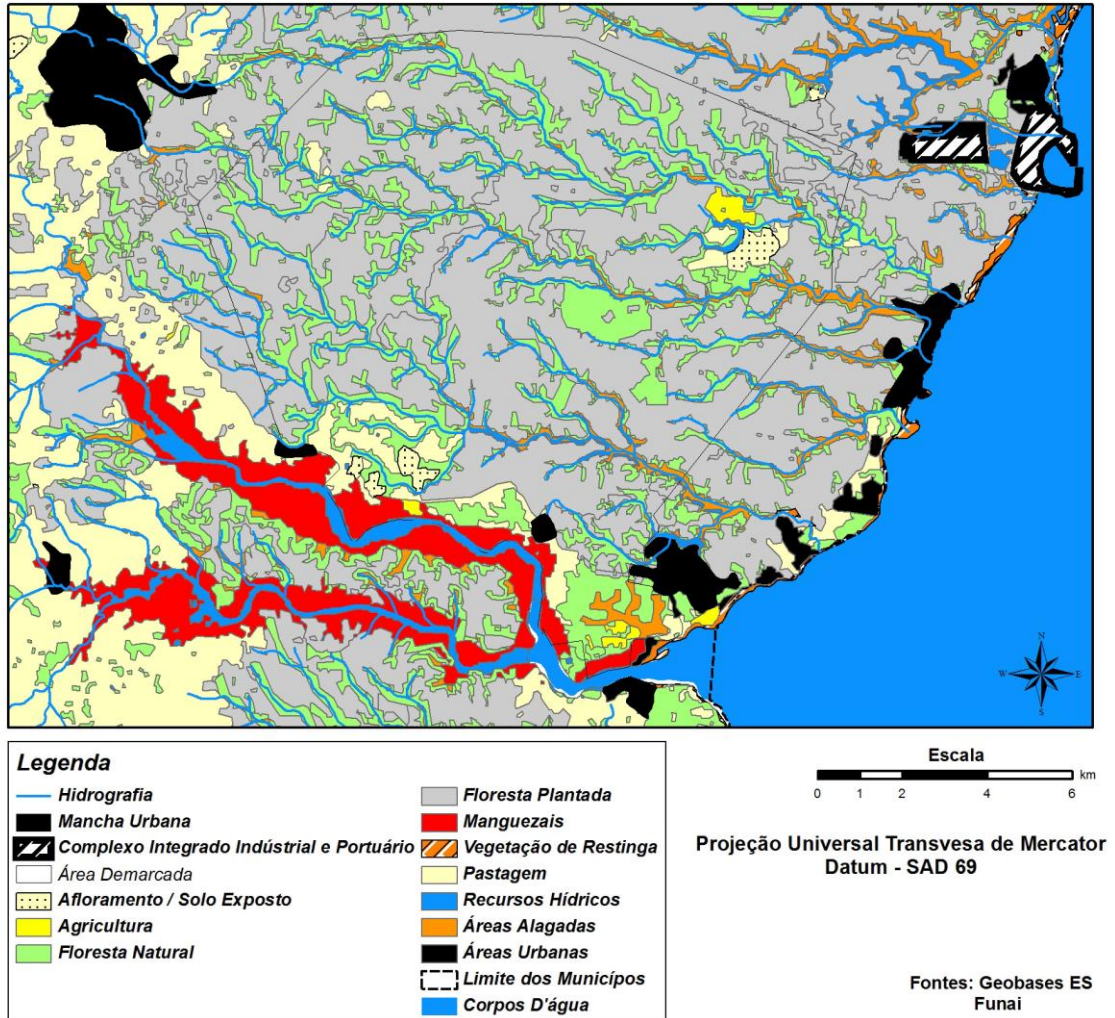
Está-se assim não lidando com o interior, mas sim com a praia, ou melhor, com a dinâmica do estirâncio e sua Geomorfologia peculiar litorânea, não estamos lidando com rio, nem com mar, mas sim com um estuário, que pelas suas características de clima e equilíbrio da mistura de água doce e salgada têm a cobertura vegetal de Manguezal como a mais evidente. Quem acompanhar as margens próximas à boca do estuário verá o gradual desaparecimento do manguezal e a ação cada vez maior das ondas do mar que se somam às marés, ondas essas, não presentes dentro do estuário.



Figura 08: Paisagem “Poluída” Piraquê-açu, Manguezal e Eucaliptal.
Fonte: Acervo do autor, Trabalho de Campo (2010)

A poluição visual da monotonia do Eucaliptal empobrece a Paisagem da reserva do Piraquê-açu. O recuo pontual dessas plantações e o retornar da cobertura vegetal natural valorizará o recurso.

Mapa Fitogeográfico



Mapa 07: Mapa Fitogeográfico
Fonte: Geobases (IJSN), Funai (2010)

Sobre o mapa acima como se pode ver o domínio é de plantações com eucalipto. Nos vales cavados nos sedimentos Barreiras, com linhas de água no fundo há cobertura vegetal espontânea garantida pela legislação assim como a vegetação próxima ao mar e nos manguezais. A densificação urbana é evidente principalmente ao longo do litoral. Tentando antever o futuro, compreende-se que o aumento do espaço ocupado pela atividade industrial e urbana constituirá forte agressão ao ambiente e que é o cenário atual e previsto para os próximos anos. Sigamos Odum que explica o valor biológico dos complexos estuarinos;

O estuário é um bom exemplo de um sistema duplo que consegue um bom equilíbrio entre as componentes físicas e biótico e, a partir daí, uma elevada taxa de produtividade biológica, é formado por vários subsistemas básicos ligados entre si pelo fluxo e refluxo da água, regulados pelo ciclo hidrológico (o caudal do rio) e o ciclo de marés, ambos fornecendo << subsídios de energia>> para o sistema tomado como um todo. Os principais subsistemas são: (1) as zonas de produção das águas baixas, nas quais a taxa de produção primária excede a taxa de respiração da comunidade; estas incluem recifes, bancos, leitos de sargaços ou de ervas marinhas, tapetes de algas e sapais; este subsistema exporta energia e nutrientes para as águas mais profundas do estuário e a plataforma costeira adjacente, ; (2) o subsistema sedimentos, nos canais mais fundos, estreitos e lagoas, nos quais a respiração excede a produção e é utilizada a matéria orgânica em partículas e dissolvida proveniente da zona de produção; aqui os nutrientes são regenerados, reciclados e armazenados e produzidas as vitaminas e os reguladores de crescimento; (3) o plâncton e o nécton, que se movem livremente entre os dois subsistemas fixos, produzindo, convertendo e transportando nutrientes e energia, à medida que respondem às periodicidades diurna, das marés e sazonal; este subsistema é capaz de reagir rapidamente à abundância ou à escassez dos recursos disponíveis . (ODUM, 1997, p. 578)

Em uma curta interrupção, vale a pena avançar sobre alguns esclarecimentos sobre o conceito de estirâncio o qual, segundo dicionários consultados, não fica tão bem definido. Ele corresponde à interface entre os três elementos a terra, substrato físico o sólido, o mar e o ar. Nesse território extremamente difícil, há de um modo geral, grande produtividade biológica, embora a diversidade seja reduzida, fruto das condições de ação mecânica, de salinidade, temperatura e química. Pode-se dizer que o estirâncio coincide com o espaço entre marés o que não procede completamente, pois o estirâncio prolonga-se acima e abaixo. Acima, até onde os borrifos das marés mais altas atingem e abaixo, dentro do meio líquido onde a ação mecânica das ondas ainda é sentida. As poças de marés na parte superior do estirâncio correspondem a alguns dos ecossistemas mais açoitados pela inclemência dos agentes naturais.



Figura 09: Raiz de mangue com ostra. Ostra de pau
Fonte; acervo do autor (2010)

A informação acima não esgota o tema dos limites, já que, consoante a maré essas condicionantes podem deslocar, a fronteira que o limita. O estirâncio é um ecótono onde essas características se perdem gradualmente como seria de esperar, mas em um curto espaço (metros) dependente da declividade, quer para a terra propriamente dita ou para o estuário, em sua parte sempre coberta pela água. A relevância, no contexto deste trabalho, é pela sua riqueza biológica, que está na base de seu uso pelas franjas de populações que dele tiram seu sustento.

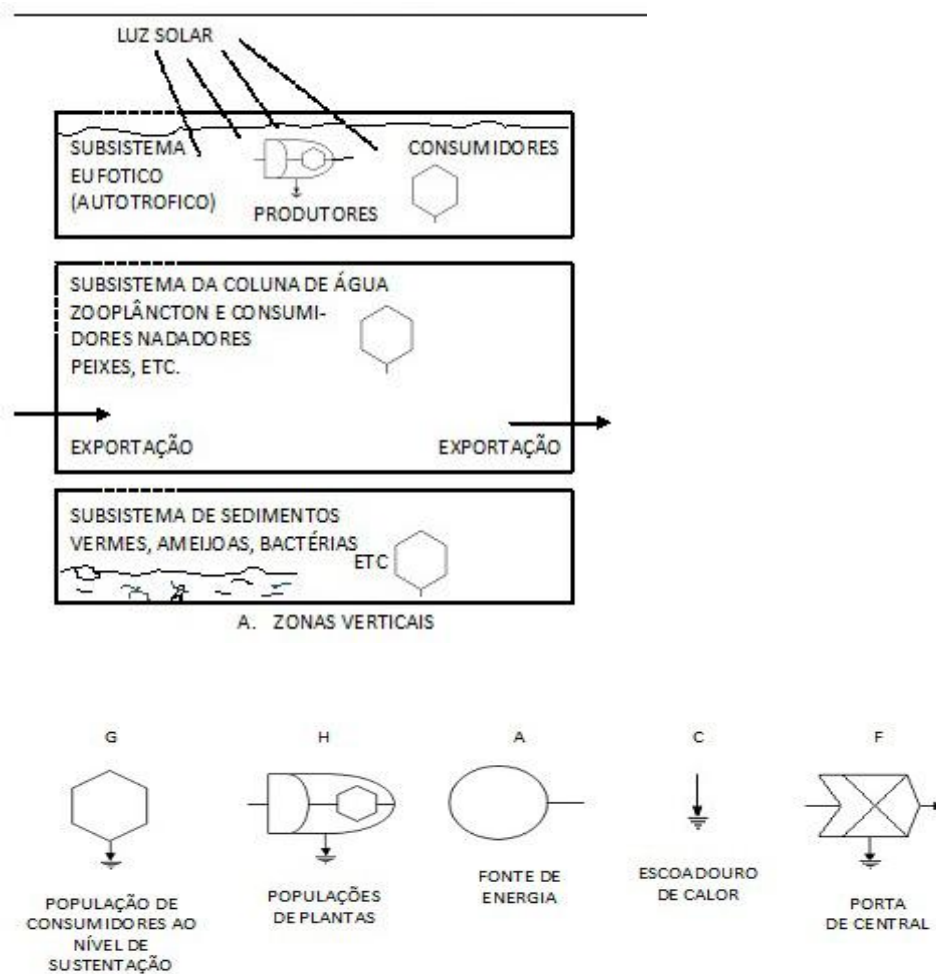


Figura 10: Fluxos de matéria e energia na coluna de água num estuário.
Fonte com base em Odum Fundamentos de Ecologia. Modificado pelo autor.

Em um estuário encontramos em poucos metros da coluna de água três “sub” ecossistemas (conforme se pode observar na figura anterior), profundamente interligados entre si que no esquema estão separados em três partes. A produção de matéria orgânica é incrementada pelo aporte de nutrientes e pela floculação e precipitação dos mesmos em direção ao fundo criando uma lama orgânica

extremamente rica. A disponibilidade de matéria viva e detritos são abundantes o que permite maiores capturas pelos predadores como os homens razão das altas densidades humanas encontradas nos tempos históricos e das evidências Pré-históricas da fixação dos homens em suas margens.

Este tema do estirâncio é recorrente como objeto de estudo já que a Monografia referente ao Bacharelado versou sobre os catadores de sururu das ilhas das Galhetas²⁸ (Florêncio, 2005), constituindo-se assim uma continuidade relativa no desenvolvimento científico pessoal quer pelo espaço (ambos pertencem ao estirâncio assim como a relação entre populações de manejo tradicional desse espaço).

Sobre a Interface Estirâncio específico do Piraquê-açu, é nele de que saem os guaiamus, caranguejos, siris, ostras, sururus, ameijoas, peixe que alimentam literalmente e sustentam economicamente centenas de pessoas, direta e indiretamente. São os mangues, os bancos de areia fixados, que pela sua diversidade servem as referidas explorações do complexo estuarino. Há alguma pesca dentro do estuário, mas fora do estirâncio que envolve pescadores tradicionais pelas artes utilizadas, assim como pelo uso de pequenos botes a remos, mas a maioria trabalham nele mesmo, no manguezal que é parte do estirâncio local.

Em Trabalho de campo realizado em Julho de 2010 no Piraquê-açu subindo parte dos dois braços do estuário pôde-se observar: apanha de caranguejo, pesca com tarrafa, recolha de ostras de pau por população local, assim como aquicultura no caso no Piraquê mirim e instrumentos de pesca por armadilha. Durante esse trabalho de campo foi constante a presença de aves chamadas pelos locais de Socó assim como de Garças. Foram avistadas centenas que alçavam vôo com a aproximação do barco a motor. Essas aves avistadas dezenas de vezes em pequenos grupos sobre o manguezal são um valor acrescido. Essas aves observadas, multiplicada pelo espaço do manguezal correspondem por extrapolação a dezenas de milhares de aves, constituindo a modalidade de observação de

²⁸ As ilhas das galhetas são uma A.P.A. à entrada do canal do porto de Vitória em sua margem norte. A dificuldade de acesso mantém uma razoável qualidade ambiental onde os costões rochosos. Poças de maré e outros ecossistemas de ecótono são presentes.

pássaros uma oportunidade ecologicamente pouco danosa não explorada pelo turismo local.



Figura 11: Placa propaganda
Fonte acervo do autor.

A maricultura foi uma atividade tentada e que, como muitos projetos, desabou quando o apoio exterior afrouxou. Conforme entrevistas principalmente com Ivan Carlos, pescador e morador do lugar a mais de quarenta anos, predadores inesperados e oportunistas dizimaram as ostras e os sururus. Problemas técnicos de adaptação das “sementes”²⁹ ao estuário causavam mortandades nessa transferência e por último o teor de água doce em épocas de cheias no Piraquê-açu devastou esse “cultivo”. No Piraquê-mirim, onde a Bacia a montante do estuário é menor, a atividade resistiu ainda que a um nível pouco mais do que simbólico.

²⁹ O termo semente corresponde ao uso de mexilhões retirados de uma fixação realizada naturalmente que são posteriormente implantados no local de destino. Não se conseguiu até ao momento cultivo integral do mexilhão em todo o seu ciclo de vida.



Figura 12: Parte do Instrumental de Maricultura e captura por armadilhas em uso no Piraquê-açu
Fonte: Acervo do Autor (2009).

Com um olhar no tempo geológico recente (Quaternário tardio), poucas dezenas de milhares de anos atrás, podemos facilmente compreender que o nível médio do mar estaria largas dezenas de metros abaixo do nível do presente e assim o atual estuário do Piraquê-açu seriam as margens e terrenos próximos de um rio, ainda a quilômetros de sua foz. O Piraquê-mirim seria um significativo afluente do Piraquê-açu e a praia estariam a quilômetros da atual linha da costa em um ponto atualmente submerso da plataforma continental. Com o fim da última era glacial e o conseqüente degelo, o nível do mar subiu gradualmente empurrando a linha da costa, encosta acima e invadindo os vales fluviais construídos, processo ainda decorrendo.

Desse modo o Piraquê-açu é uma ria³⁰. Gradualmente, a atual dinâmica foi criando um novo nível de base, a partir do qual novos sedimentos têm aportado e começado a cobrir o vale inundado. Esses sedimentos formam o substrato para os extensos manguezais, brejos e depósitos sedimentares a montante da linha da atual maré alta. Estes manguezais são considerados os maiores do estado com 15,8 km²,

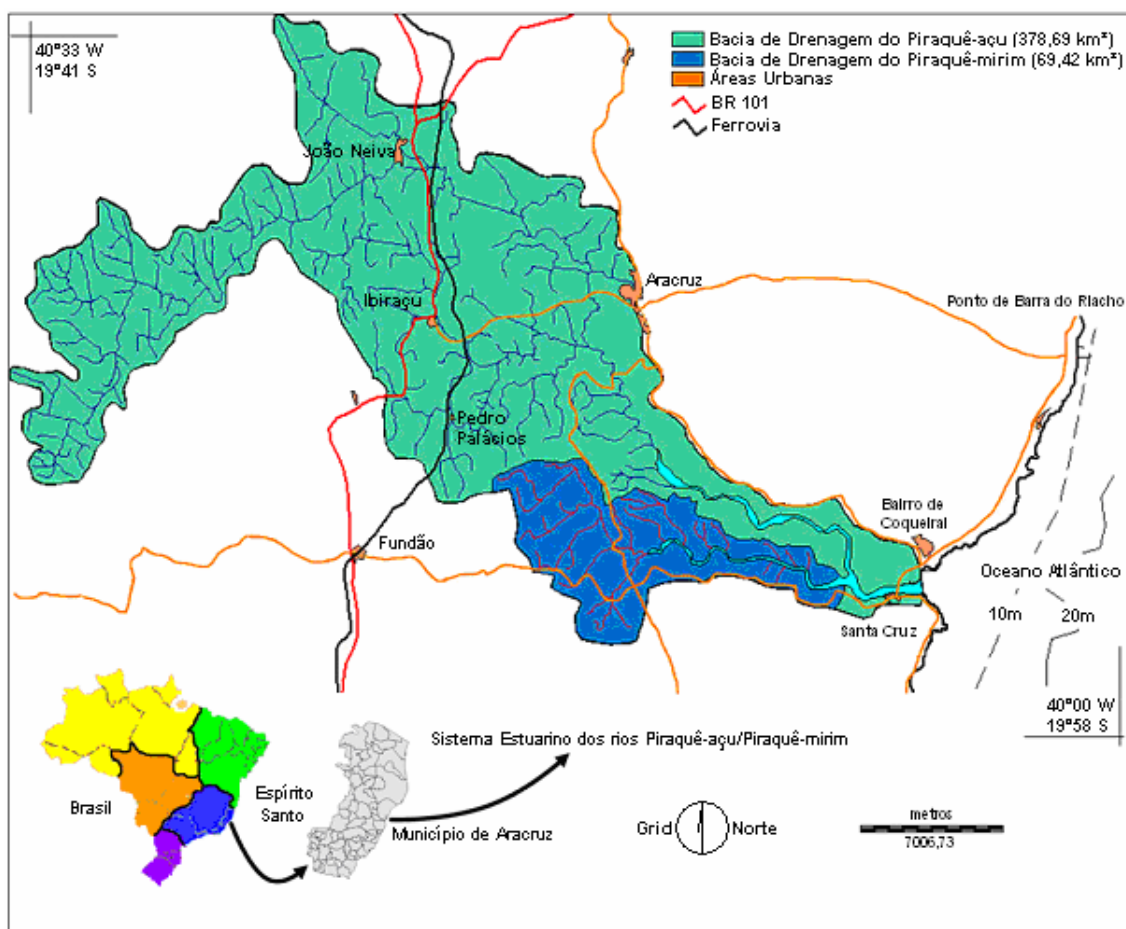
³⁰Ria- Entrada de mar, continente adentro, muitas vezes formada pelo afogamento de desembocaduras fluviais. Em comparação aos (fjords), as rias são mais rasas, penetram menos no continente e possuem formas mais afuniladas. Kenitiro Suguio em Dicionário de geologia sedimentar e áreas afins.

Quando os manguezais terminam, a cobertura vegetal é de pasto cortado por canais de água salobra dentro de uma planície de aluvião em formação em seus primeiros estágios composta de Brejos que gradualmente se transformam em Lameiros³¹, terrenos de arrozais sem arroz, terra plana e boa muito salinizada, pasto mal drenado, alagado nas chuvas, inundado nas cheias, terra ainda nascente sem forma, antropicamente mal defendida.

Seus dois braços do estuário atual penetram muito para o interior na direção Oeste, o Piraquê-mirim 9 km e o do Piraquê Açu 13 km constituindo a maior penetração de maré do estado caracterizando mais do que somente uma pequena bacia hidrográfica com uma área de 733 km² tendo sua nascente em área de reserva do IBAMA³². No seu percurso de 65 km, desde a nascente, passa pelos municípios de Santa Teresa, São Roque, João Neiva, Ibiraçu e Aracruz, conforme se observa no próximo mapa.

³¹ Lameiro – Nos dicionários especializados (dicionário cartográfico Cêurio de Oliveira, 4ed 1993, Dicionário Geológico – Geomorfológico Antônio Teixeira Guerra 4ed 1972 e Kenitiro Suguio, Dicionário de geologia sedimentar e áreas afins, 1998. não foi encontrado o significado de lameiro. Os significados encontrados em palavras afins remetiam para lamaçal o que não corresponde ao que se pretende transmitir. Os lameiros correspondem aos depósitos aluvionais das beiras dos rios do interior, geralmente encaixados intensamente aproveitados pelos agricultores, Esses terrenos geralmente pequenos têm intensa produtividade pelos aluviões que o rio carrega renovando a fertilidade, e pelo trabalho incessante de segurar as terras contra as cheias que podem levar todo o solo arruinando o trabalho de décadas.

³² Reserva Biológica Augusto Ruschi ou Reserva Biológica da Alta Lombardia se localiza no município de Santa Teresa, Espírito Santo com 35,7 km² de área. Seu objetivo é a preservação da diversidade biológica do ecossistema de floresta Ombrófila densa Montana e Sub-Montana e proteger as nascentes dos rios Piraquê-açu, Timbuí e Reis Magos.



Mapa 08: Bacias hidrográficas do Piraquê-açu e Piraquê-Mirim

Fonte: Relatório final de Projeto de Pesquisa, avaliação da Poluição ambiental dos rios Piraquê-açu e Piraquê-Mirim sob coordenação de Dr Honório Coutinho de Jesus 2009.

Estuários sempre foram habitats privilegiados pelas comunidades humanas devido às inúmeras oportunidades que oferecem. Aqui não foi diferente, fato atestado pelos diversos concheiros (sambaquis)³³ existentes nas margens que inclusive deram origem ao nome da localidade de Caieiras.

³³Sambaqui – Monte artificial de conchas de moluscos construído pelos antigos habitantes das planícies costeiras (coastal plains). Pode apresentar até algumas dezenas de metros de altura e algumas centenas de metros de diâmetro. Pode conter instrumentos líticos, ossadas humanas adornos e fragmentos de cerâmica, além de ossos de outros animais mamíferos, peixes, etc). Kenitiro Suguio em Dicionário de geologia sedimentar e áreas afins. Não foi encontrado significado para concheiro mas em alguns países de língua portuguesa o termo sambaqui é desconhecido, sendo sinônimo de concheiro. Os sambaquis encontrados em todas as regiões costeiras do mundo fornecem preciosas informações não só sobre as variações do nível do mar já que esses sambaquis acompanhavam a subida e descida do mar que forçavam as populações desses espaços, assim como dá preciosas informações como sítio arqueológico. Há a realçar que os sambaquis que o homem fez nos últimos milhares de anos no término da ultima glaciação estão em sua maioria abaixo da atual linha da costa e daí quase inacessíveis a pesquisa.

Os pequenos vales e os vales principais inundados, que constituem o complexo estuarino e lacustre³⁴ do Piraquê-açu são escavados em um baixo planalto bastante erodido, composto de sedimentos do Grupo Barreiras. Historicamente, uma floresta tropical de Mata Atlântica cobriria estes tabuleiros de altitudes entre 80 a 40 metros que decaem em seus topos suavemente até à linha da costa onde terminam de modo abrupto em falésia. A planície litorânea é estreita ou quase inexistente ao longo do Piraquê-açu.

Com o intenso desmatamento iniciado no final do século XIX este recanto, à época quase intocado do Sudeste, viu a Mata Atlântica sumir nas mãos de madeireiros, carvoeiros, para plantação de café, gado extensivo e por fim com a monocultura do eucalipto, descaracterizando a fitogeografia e conseqüentemente a Biogeografia do lugar. Estes platôs com extensas áreas planas são os espaços mais antropizados e “naturalmente” descaracterizados pelas facilidades que sua topografia (serem planos) oferece à mecanização. Os afloramentos de Granito e Gnaiss e o planalto do rebordo da Serra do Mar em sua versão capixaba, de onde nascem os rios que desembocam no Piraquê-açu e o próprio Piraquê-acu. Com todos os Paul (s)³⁵, brejos, lagoas do referido complexo lacustre apresentam-se com uma Biogeografia mais próxima do “original” e assim não muito distante de seu clímax ecológico³⁶ fruto da declividade e proteção fornecida também pela reserva da Nova Lombardia nas partes mais elevadas e pela insalubridade e inconsolidação dos brejos mal drenados, que nos fundos de vale são encontrados a jusante dos manguezais, próximos das desembocaduras dos riachos permanentes ou intermitentes.

Os Manguezais e os estuários constituem espaços de grande riqueza biológica fornecendo proteção, comportando-se esses espaços (manguezais e estuários)

³⁴ Refere-se ao ambiente de sedimentação (sedimentary environment) próprio dos lagos e ao depósito formado neste ambiente. Diferencia-se do ambiente marinho pela pouca importância das correntes e marés, enquanto que os processos orgânicos podem ter maior influência, principalmente quando a oxigenação do fundo é limitada.

³⁵ No dicionário de Kenitiro Suguio de Geologia sedimentar não havia menção a Paul, no Michaelis de língua Portuguesa havia pântano, água estagnada, charco sem menção à forma plural. No minidicionário da língua Portuguesa da Edipro para uso em escolas de ensino fundamental, aparece a forma de plural como paúis. Optou-se por esclarecer em rodapé mantendo-se o erro acima, para maior clareza já que o uso no singular é amplamente usado na toponímia capixaba, enquanto que a forma plural é relativamente desconhecida.

³⁶ Clímax ecológico consiste na maturidade dos ecossistemas quando atingem seu máximo de produtividade biológica natural. Nesse ponto, os ecossistemas não fixam mais carbono, havendo somente reposição da matéria morta.

como berçários de muitas espécies marinhas. Desse modo, um estuário com boa qualidade em seus ecossistemas garante riqueza e produtividade biológica nos ecossistemas marinhos próximos e farta disponibilidade de alimento a espécies terrestres que vivam nas proximidades.

Temos assim um estuário rico em biodiversidade e bem preservado (BARROSO 2004) que gera pouca riqueza para uma população bastante pobre, as alternativas que existem não se apresentam capazes de alavancar o desenvolvimento local havendo subemprego, graves problemas de alcoolismo, condições de habitação pouco dignas, fatos visíveis. Enquanto isso, o núcleo central de Santa Cruz enche-se de casas de segunda ou terceira moradia, quase sempre fechadas, que preenchem o espaço urbano oferecendo serviço para empregadas domésticas, jardineiro e pouco mais, enquanto que uma periferia escondida, Itaparica³⁷ acumula alguns dos maiores bolsões de pobreza do município.

As populações tradicionais e indígenas vivem em um tempo governado pelos tempos Circadianos³⁸ onde a natureza e suas ocorrências fazem o tempo naturalizando-o, acompanhemos Sandro José da Silva;

Quando perguntava sobre a retomada da pesca ou da coleta de mariscos, obtinha, como resposta, além da afirmação ligada à fase da Lua ou ao fluxo da maré, uma forma de contagem de tempo baseada no fim do vento sul. Quando ele parasse, voltariam ao mangue ou sairiam à noite para caçar. Ao associar o regime de ventos passei a pensar que ele seria uma função na qual se contaria o tempo e não apenas uma ocorrência natural. O vento sul, como um dos fenômenos associados ao tempo, cobre os diferentes ecossistemas em Caieiras Velhas: mangue, roça e matas. Do ponto do tempo, o espaço fica homogeneizado pelas continências das alterações climáticas. Tudo fica ruim no inverno e a alternativa é dedicar-se ao espaço doméstico e às conversas de terreiro. (SILVA, S. J. 2000, p. 92).

Para a latitude de 20° já há uma nítida diferenciação entre o Verão e o Inverno. Os dias, significativamente mais curtos e o sol mais baixo influem nos ciclos da natureza

³⁷ Itaparica corresponde a um bairro próximo ao sul de Santa Cruz onde uma população com parcelas de grande pobreza vive de modo disperso ainda que com características urbanas. É uma periferia de Santa Cruz para onde vão aqueles que não conseguem pagar o preço da centralidade de Santa Cruz ou Coqueiral.

³⁸ Ritmo Circadiano designa o período de aproximadamente um dia sobre o qual se baseia o ciclo biológico do ser humano. Pesquisas recentes expandiram o sentido relacionando-o às marés, ao ciclo lunar assim ultrapassando uma questão fisiológica para abranger conjunturas astronômicas, geológicas e ecológicas.

pela diminuição de energia entrada no sistema regional como um todo que se reflete pela pobreza de crescimento reforçada pela secura, o inverno é a época das chuvas escassas. O mercado do turista é menor, Também a balneabilidade das proximidades esvazia no inverno (parte do mercado arrefece e o acalmar, esperando o vento sul passar, metáfora do Inverno). Retornando a Odum:

As comunidades dos estuários são tipicamente constituídas por um conjunto de espécies endêmicas (isto é, espécies exclusivas da zona de estuário) e espécies que neles penetram vindas do mar, mais um pequeno numero de espécies com a capacidade osmorreguladora que lhes permite entrar ou sair do meio de água doce. [...] As populações de peixe e mariscos são bons exemplos de espécies endêmicas e marinhas à mistura. [...] Paralelamente, a maioria das espécies comerciais de ostras e caranguejos são essencialmente de estuário, ao passo que vários tipos comercialmente importantes de camarões vivem e desovam no mar enquanto adultos e entram nos estuários como larvas [...]. É muito vulgar, de fato, que o nécton costeiro use os estuários como locais de viveiro, onde os jovens nas fases de crescimento beneficiam de proteção e alimento abundante. Como o homem geralmente captura tais espécies no mar as relações vitais do ciclo biológico e das trocas energéticas com o estuário nem sempre foram bem apreciadas. [...] A existências de tantos e tão importantes pesqueiros comerciais e desportivos dependentes dos estuários, é uma das principais razões econômicas para a preservação destes habitats. As partes mais produtivas e por isso mais importantes da zona de viveiros são as zonas intermarés e de águas baixas adjacentes, as quais são evidentemente as primeiras a sofrer com os aproveitamentos artificiais mal planeados. (ODUM, 1997. p. 570).

Na atualidade, se detectou uma afluência de barcos de pesca, intermédios entre a pesca artesanal e a industrial, que afluem em grande numero à boca do estuário, pescando no mar próximo, na figura 13 próxima pode-se ver o tipo de barcos. Esses pescadores são em sua maioria provenientes do norte do estado do Rio de Janeiro e tem sobrecarregado Santa Cruz que vê algumas mazelas sociais crescerem pela afluência dessa população que pouco deixa no local.



Figura 13: Barcos varados na areia, centro de Santa Cruz.

Fonte: Acervo e realização do autor (2010).

A falta de infra-estruturas de apoio, manutenção a esses barcos de pesca, de cais, assim como a fraca fiscalização, está comprometendo a balneabilidade de Santa Cruz por descargas sem controlo de pescado, limpeza de porões, descarga de óleos de motores, lixo diverso, manutenção das embarcações e outros focos de poluição que são de difícil incompatíveis com o turismo. Em entrevistas realizadas em 2010, com os ambientalistas residentes em Santa Cruz Guido Martins Magalhães fundador da ONG Associação dos Amigos do Piraquê-açu (AMIP) e sua esposa também ambientalista, muito ativa e engajada Maria José Zeni, foram focados problemas sociais e ambientais, como consequência do descaso da prefeitura. Em entrevista com Miguel Boos, Biólogo e empresário do ramo turístico (proprietário de uma escuna de passeio no Piraquê-açu) em Santa Cruz, também realizada em 2010, foi referido que a algum tempo atrás mais de trezentos barcos de pesca se abrigavam na boca do estuário em um tempo que a pesca do peroá³⁹ foi muito boa. E que esses barcos de pesca só deixavam prostituição, droga, e forte consumo de álcool por parte dessa população flutuante.

Como morador de Santa Cruz, tenho presenciado quase todas essas mazelas que vão da prostituição à poluição ainda que sem grande significado visível. Na atualidade estão presentes aproximadamente quarenta barcos de pesca e sem

³⁹ Peroá – nome científico *Balistes capricus*. Peixe de grande importância comercial também conhecido como Peixe porco.

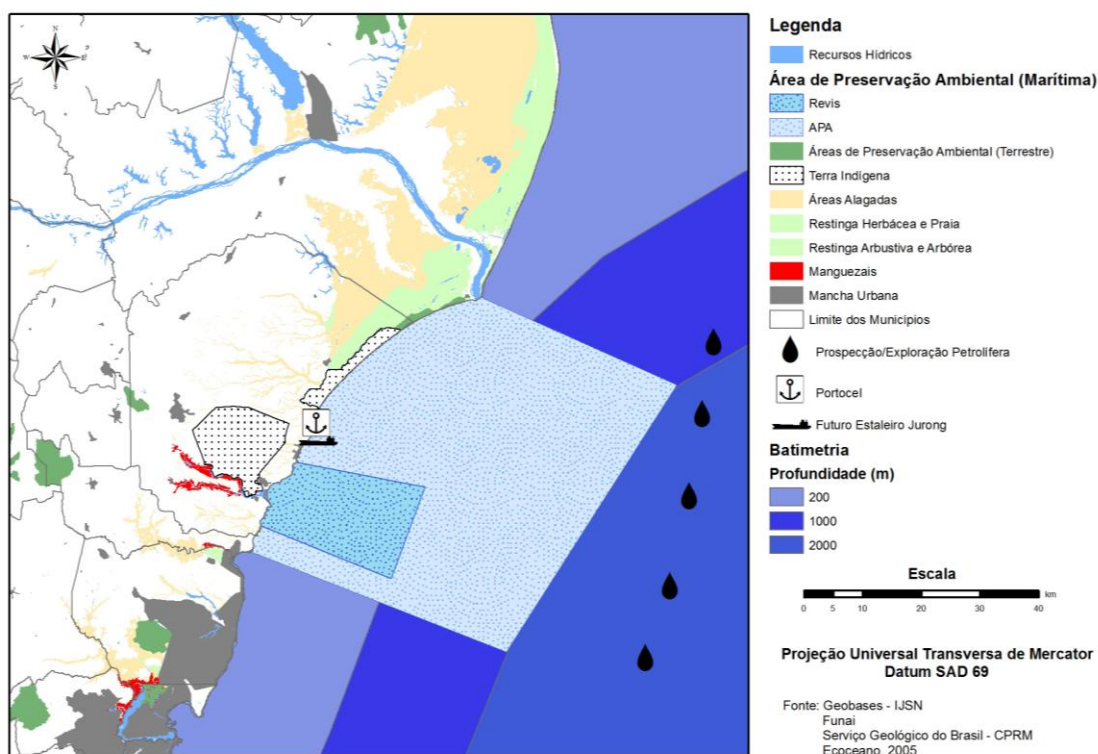
fundamento em qualquer estudo, por analogia, e por os bivalves⁴⁰ se apresentarem com grande desenvolvimento parece que essa poluição é “digerível” pelo Piraquê-açu, embora visualmente, em determinados momentos, restos de peixe, óleo flutuante e cheiro a gasóleo, apareçam, poluindo o ambiente, sendo danosos ao turismo. Há um real conflito de usos entre a atividade de pesca e o Turismo. De fato, observa-se que pouco trabalho esta afluência de barcos de pesca de outras localidades, acrescenta à população local. Todavia o turismo está estagnado em seu crescimento, pois os restaurantes são os mesmos de há alguns anos, assim como as pousadas se mantêm em numero limitado, e o comercio virado para o turista é mínimo. Pode-se assim afirmar que poucos postos de trabalho o turismo tem criado. Através de entrevistas e pela vivência diária, não foi detectada animosidade da população local em relação aos pescadores de fora havendo inclusive relações de parentesco já estabelecidas entre as populações locais mais antigas e os pescadores forasteiros. Tal conclusão é embasada em perguntas diretas a habitantes de Santa Cruz que sempre lá viveram assim como suas famílias.

Gilberto Fonseca Barroso em sua tese de Doutorado estuda o Piraquê-açu nos principais indicadores físicos químicos capazes de influir na produção de ostras através da aquicultura, bivalves esses que necessitam, para se desenvolver de um ambiente favorável, o que inclui baixo índice de poluição. Somente um ponto dos considerados pelo autor em sua tese, apresentou níveis de coliformes fecais acima do aceitável para a produção de ostras, ponto esse localizado em frente à localidade de Irajá.

Há um consórcio intermunicipal para recuperação e conservação ambiental da bacia hidrográfica do rio Piraquê-acu registrado em ata a 18 de Abril de 1997 que referente a Aracruz foi sancionado como lei municipal em 12 05 de 1997 que integra o município de Aracruz, Ibraçu, João Neiva e Santa Teresa que conforme documentação da época *nasceu, então, da necessidade de reverter o processo da degradação ambiental a que o Rio Piraquê-açu estava submetido.*

⁴⁰ Os Bivalves são indicadores naturais da qualidade de um ecossistema estuarino. São dos primeiros seres vivos a terem suas populações dizimadas quando o ambiente estuarino se degrada.

De momento existe um processo de implementação de uma área de preservação do Piraquê-açu que se iniciou em uma unidade de conservação criada pelo antigo Prefeito Primo Bitti. Há outro processo de implementação de outra unidade de conservação, no caso marinha que preserva uma área frontal ao estuário já dentro do mar próximo tendo como referência a cota batimétrica de 50 mt. Área essa que colidiu com os interesses de uma empresa a Thotham Mineração LTDA, que pretendia explorar resíduos calcários dos recifes próximos o que a ser implementada geraria perdas irreversíveis nos ecossistemas interligados estuarino e marinhos. Depois de uma longa “batalha” que envolveu populações locais divididas, ambientalistas, populações indígenas, a empresa recuou em seu processo de instalação em um local que atualmente está dentro de territórios indígenas, ainda procurando reconhecimento jurídico, no caso Guarani mais especificamente a aldeia de Piraquê-açu fundada durante o fracassado processo de instalação da referida empresa.



Mapa 09: Área de Preservação Ambiental Terrestre e Marítima

Fonte: Geobases (IJSN), FUNAI, Serviço Geológico do Brasil (CPRN), Ecoceano 2005 (2010).

Em 17 Junho de 2010 foi criado o refúgio de vida Silvestre de Santa Cruz onde a área protegida difere parcialmente da considerada no mapa, a área é

aproximadamente a mesma embora ela seja deslocada para sul englobando parte do espaço marítimo em frente ao município de Serra. Igualmente o formato aproximado de um quadrado se transformou, retirando o mar frontal ao porto e ao futuro estaleiro Jurong de dentro da área protegida. Sob o ponto de vista da degradação ambiental, certamente haverá uma piora, pois o aumento da atividade industrial e da população terá conseqüências. A atividade petrolífera de prospecção, retirada de óleo, transporte e armazenamento aumentará o risco de um incidente em larga escala cujas conseqüências podem alcançar milhares de Km² de oceano e centenas de quilômetros de linha da costa sem possibilidade de retorno da qualidade ambiental e da biodiversidade senão em um tempo longo, como aconteceu no recente desastre ambiental no Golfo do México, na costa da Galiza com o navio Prestige, ou no Exxon Vadez no Alasca em uma loteria de possibilidade de desastre ambiental de custos incalculáveis a nível local.

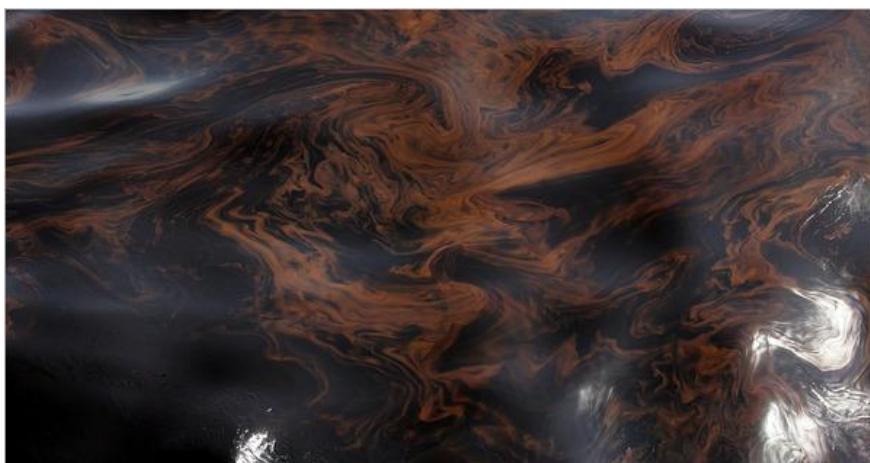


Figura 14: Desastre ambiental no golfo do México.
Fonte: *Patrick Semansky/Associated Press (2010)*

Seja qual for o futuro do Piraquê-açu ele estará ligado à localidade de Santa Cruz e às populações dos bairros periféricos a Santa Cruz. Populações essas que necessitam urgentemente de serem inseridos (Itaparica) em um processo de inclusão econômica e social que até hoje não se fez. De um modo geral as populações indígenas já se encontram melhor preparadas e defendidas contra as mazelas da sobre-exploração humana.

Todos os relatos de viajantes que deixaram escritos sobre Santa Cruz, sempre referem à presença indígena, assim como a sua fixação às margens do Piraquê-açu. O estuário era sempre o principal itinerário referido, dividindo esse privilégio com a

deslocação pelas praias e proximidades em sentido norte, o Piraquê-açu apresenta-se nos relatos como o eixo social e comercial por excelência da região, sentida como de fronteira tampão até ao século XX. Na atualidade, mesmo com algum grau de proteção o “olhar” sobre o estuário deve alargar-se conforme Odum:

Do ponto de vista humano, os estuários devem ser sempre considerados como um meio ambiente de múltiplo uso, o que significa que se devem estabelecer compromissos entre os usos em conflito, em termos de bem-estar do conjunto. Uma vez que num estuário <<todos>> (homem e organismos) vivem a jusante dos demais, qualquer modificação ou poluição num ponto afeta pontos distantes em ambas as direções da maré e mesmo no mar adjacente. Consequentemente, o ecossistema inteiro do estuário deve ser estudado, controlado, ordenado e zonado, e regulados os usos humanos, em termo de conjunto. (ODUM, 1997 p. 578)

Santa Cruz tem vindo a acentuar a sua atual vocação turística conjugando pequeno porto de pesca e local de paragem de barcos de recreio, principalmente a motor, onde na margem norte, em frente a Santa Cruz se encontra um clube náutico com infra-estrutura de armazenamento e apoio. Há alguma poluição que afeta o estuário como um todo em função do vai e vem das águas movidas pelas marés e por despejos de esgotos parcialmente tratados.

A pressão geral, que todos os terrenos à beira mar têm tido, por parte da população têm tido um incremento e continuará a fazer-se sentir mais diretamente pelo adensamento da população nas margens e proximidades do Piraquê-açu. O acréscimo dos poluentes é esperado, caso providências adequadas não sejam “realizadas”. O Turismo, já significativo, aumentará, gerando novos desafios, à conservação dos ecossistemas e modos de vida tradicionais, associados principalmente ao manguezal decorrentes da urbanização e industrialização crescentes do entorno.

Problemas decorrentes do desaparecimento da cobertura vegetal a montante do Piraquê-açu assim com do uso de defensivos agrícolas e mesmo de adubos que seriam carregados para o estuário são relatados hoje assim como no passado. Sigamos a conclusão de Sandro de há dez anos:

Dentre os problemas apontados pelos Tupiniquim, encontram-se a Lixiviação, o desmatamento e a drenagem dos córregos, por exemplo. A lixiviação têm sido apontada pelos habitantes de Caieiras Velhas como

causa do decréscimo do volume piscoso do rio Piraquê-açu, bem como da quantidade e qualidade dos moluscos que podem ser retirados da “batinga” do manguezal, como as ostras “do fundo”, as ostras “do pau”, sururu e as ameijoas. (SILVA, S. J. 2000, p. 71)

Este tipo de depoimento é recorrente quando se questiona as populações tradicionais. Quase invariavelmente o passado é sempre uma época de fartura onde os recursos eram vastos e ilimitados quando comparados com a atualidade. Tal nos carrega para o Mito, O mito dentro do tempo pessoal da juventude do informante se mistura com a realidade. Não se pretende dizer que no caso específico do Piraquê-açu isso não aconteceu. Independentemente se a área atualmente coberta por eucaliptos era de mata Nativa ou secundária causada por um desmatamento anterior conforme informe da Aracruz Celulose atual Fibria, é pouco importante já que ambas a Mata Atlântica ou a Mata secundária contêm uma biodiversidade maior que as Plantações de eucalipto apropriadamente chamadas de deserto verde.

A Grande Vitória de aproximadamente 1,7 milhões de habitantes e com a mancha urbana a menos de trinta quilômetros de distância, far-se-á sentir cada vez mais, associada ao atrás referido turismo e à construção de segundas habitações para quem pode, além é claro, de outros efeitos desconhecidos de um boom anunciado desejado e temido, ao mesmo tempo, pelas populações locais de modo que o Piraquê-açu será integrado como parte da Grande Vitória em um futuro bem próximo, fato visível no mapa Litoralidade e Mancha urbana (p. 122).

Em um lugar onde tantas influências naturais e antrópicas se cruzam qualquer reducionismo está sempre fadado a ser incompleto. Todavia a energia e sua transferência ajudam a explicar o porquê do valor acrescentado dos estuários, não passando, todavia de uma simplificação.

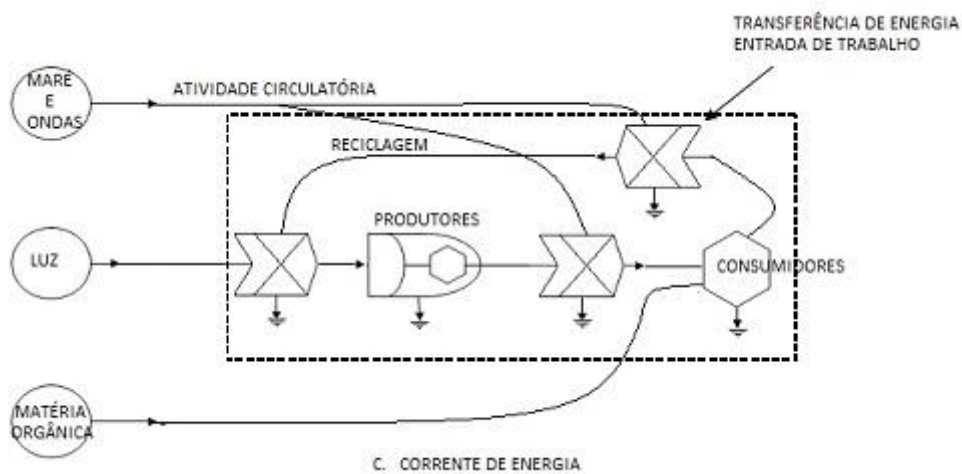
A essência da vida consiste na sucessão de mudanças tais como o crescimento, a autoduplicação e a síntese de relações complexas de matéria. Sem transferência de energia, que acompanham todas estas mudanças, não haveria vida nem sistemas ecológicos. Enquanto seres humanos, não nos deveríamos esquecer que a civilização é justamente uma das proliferações naturais notáveis que estão dependentes da entrada de corrente contínua da energia concentrada da radiação luz. (ODUM, 1997, p. 56).

Os estuários constituem um conjunto de ecossistemas da maior produtividade conforme atrás foi referido em função do input de energia acrescida que nesses espaços acontece. Essa energia flui em um só sentido tendo origem no sol e atravessando todos os ecossistemas ao contrário dos materiais necessários à vida que apresentam um comportamento cíclico.



Figura 15: Ostras de Pau. Praia de Caeiras
Fonte: Acervo e realização do autor (2010).

Ocorrem altos níveis de produção, tanto nos ecossistemas naturais como nos cultivados, quando os fatores físicos são favoráveis e, especialmente quando ocorrem subsídios de energia com origem exterior ao sistema que reduzem o custo da manutenção. Estes subsídios de energia poderão tomar a forma de trabalho do vento e da chuva numa floresta húmida, da energia da maré num estuário, ou da energia do combustível fóssil e do trabalho animal ou humano utilizados no cultivo de uma cultura agrícola, (ODUM, 1997, p.65).



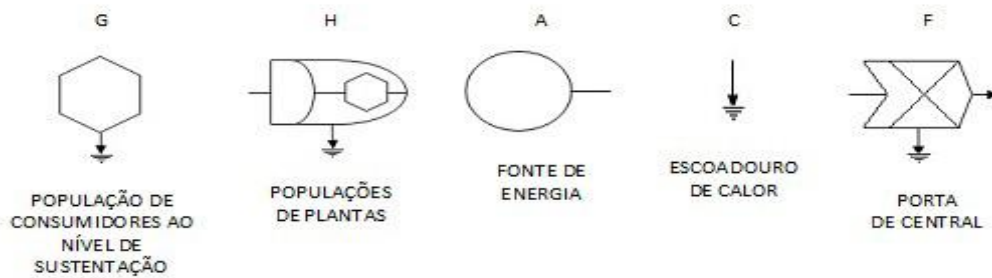


Figura 16: Input e captura energética num estuário.
Fonte: Odum (adaptado) (1997).

Consoante se pode interpretar na figura acima há uma entrada no sistema estuarino de energia essa de duas fontes, solar e mecânica das ondas e marés acrescida pela matéria orgânica transportada. A presença de animais que se alimentam de detritos e decompositores é muito grande nos estuários, fixando energia e compostos orgânicos em seus corpos, que retornam a entrada do sistema alimentando os animais que vivem quer no “ecossistema” do fundo quer os que vivem na coluna de água.

A base sobre qual assenta a aplicação dos princípios da energia aos ecossistemas é a Física, mais especificamente a termodinâmica que em si explica matematicamente, e de modo satisfatório dentro do contexto da física o caminho da energia através dos ecossistemas que constituem a vida. Para nós, em Geografia, temos de ter o cuidado de não cairmos em um reducionismo finalista. Para tal retornamos a Odum que nos lembra:

As cadeias alimentares são de dois tipos básicos: a cadeia alimentar de pastoreio, que partindo de uma planta verde base, passa pelos herbívoros de pastoreio (isto é, organismos que comem plantas vivas) e continua pelos carnívoros (isto é, comedores de animais); e a cadeia alimentar de detritos, que vai da matéria orgânica morta, passa para os microorganismos e depois para os organismos que se alimentam de detritos (detritívoros) e seus predadores. As cadeias não são seqüências isoladas, mas encontram-se interligadas entre si. Este padrão entrelaçado é com frequência designado por teia alimentar. (ODUM, 1997, p. 96)

Temos, deste modo, conforme figura anterior, o acréscimo de energia (que se soma à do sol), no estuário proveniente da matéria orgânica e mineral carregada pelos rios e o subsídio energético das marés, os quais ao moverem as massas de água carregam conjuntamente grandes quantidades de materiais que facilitam aos seres

vivos fixados ou não em um substrato essa biomassa ou minerais essenciais, assim como, em muitos casos, poupam a energia necessária e gasta na respiração.

A mistura deste sistema líquido – água doce/água salgada – provoca a floculação de partículas de argila e de matérias orgânicas em suspensão nas águas dos rios, cujas margens, cada vez que a maré sobe, são por eles transbordadas, determinando rapidamente a sua sedimentação com conseqüente formação de um solo limo-pantanoso, ao longo do curso (FERNANDES, A. 1998, p. 251).

No caso concreto dos estuários tropicais como o Piraquê-açu que se beneficiam dos sedimentos carregados há a vegetação de Mangue que conecta diretamente grande massa biológica aos consumidores de detritos. Vejamos novamente Odum:

Na zona salobra do sul da Florida, as folhas das árvores da espécie mangue vermelho (*Rhizophore mangle*) caem nas águas cálidas e pouco profundas a um ritmo anual de 9 toneladas métricas por hectare (cerca de 2,5 g ou 11 Kcal por m² e por dia) nas áreas ocupadas por povoamento de árvores de mangal. Dado que se verificou que apenas 5 por cento do material foliar tinha sido removido pelos insetos de pastoreio antes da abscisão da folha, a maior parte da produção líquida anual foi largamente dispersada pelas correntes de maré e sazonais ao longo de vários quilômetros quadrados de baías e estuários. Um grupo chave de pequenos animais, compreendendo um pequeno número de espécies, embora números muito grandes de indivíduos ingerem grandes quantidades de detritos das plantas vasculares juntamente com microorganismos associados. [...] As partículas ingeridas pelos consumidores de detritos (detritívoros e saprótrofos) vão desde fragmentos de folhas com tamanho considerável até finas partículas de argila em que ficou incluída matéria orgânica. (ODUM, 1997, p. 111).

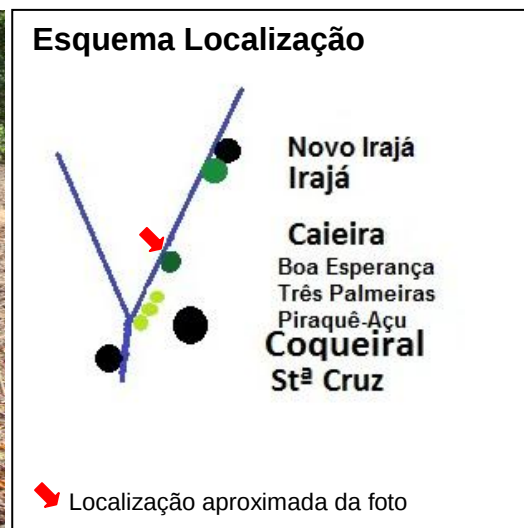


Figura 16: Praia de Caieiras. Folhas dispersas pelas marés no Piraquê-açu.
Fonte: Acervo e realização do autor (2010).

Temos assim o acréscimo de energia sobre diversas formas a que se soma a captura em primeira mão de minerais essenciais às formas de vida que resulta numa altíssima produtividade em que os animais filtrantes e decompositores de um modo geral, vem acrescida a sua importância pela sua massa biológica. Essa produtividade é a principal razão da fixação de populações humanas às margens destes ecossistemas desde a pré-história. O abrigo que os estuários fornecem às embarcações reforçou essa tendência natural do homem a aí se fixar o que transformou completamente grande numero desses ecossistemas extremamente sensíveis à poluição pelas atividades portuárias, cidades e vilas às suas margens construídas. O gigantismo dos portos requeridos pela atual “tecnocracia” leva a que sejam construídos de raiz em baías amplamente abertas no oceano de modo a comportar os grandes navios atuais em uma busca de rentabilidade. Assim uma pequena folga foi conseguida pelas remanescentes baías e estuários geralmente pequenos demais para o tamanho dos atuais cargueiros.

4 ELEMENTOS DA TERRITORIALIDADE DA ETNOGÊNESE DO ÍNDIO NAS MARGENS DO PIRAQUÊ-AÇU: UM ESFORÇO DE ANÁLISE

O presente capítulo desenvolve a análise em torno da problemática da territorialidade da etnogênese dos indígenas nas margens do Piraquê-Açu. São, sobretudo três os elementos que orientam a análise proposta, quais sejam: (i) a historicidade do fenômeno, através da qual buscar-se-á fornecer um panorama de cunho histórico; (ii) o papel da normatização sobre a relação entre territorialidade e etnogênese dos indígenas no Piraquê-Açu e; (iii) o enfoque sincrônico do problema.

4.1 A TERRITORIALIDADE DA ETNOGÊNESE TUPINIQUIM: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

Este item apresenta uma reconstituição, em traços muito gerais, de como se deu a ocupação do espaço ao longo de quinhentos anos no Piraquê-açu, focalizando, assim, a evolução que resultou na atualidade na relação entre Etnogênese e territorialidade. A figura é o edifício histórico onde ocorreram alguns dos fatos históricos mencionados e atualmente se apresenta no lastimoso estado abaixo retratado em um descaso ao patrimônio cultural .



Figura 18: Antiga Câmara Municipal de Santa Cruz.
Fonte: Acervo e realização do autor (2010)

O resgate histórico dos outrora chamados remanescentes das tribos Tupiniquins e que atualmente se auto denominam Tupiniquim, é uma tarefa significativa para compreender a atual situação - e ela nos leva para os primórdios da colonização. A este respeito, Darcy Ribeiro sugere que,

Naquela conjuntura populações extra-europêias se viram envolvidas em um processo civilizatório desencadeado pela expansão européia no curso do qual foram deculturados do seu patrimônio original para serem depois aculturados em novas proto-células étnicas que se configuravam como proletariados externos de metrópoles colonialistas (RIBEIRO, 1970, p. 19).

Concomitantemente deve-se ver esta inclusão nas relações internacionais da época com a nova realidade biológica que “sumia” com grandes contingentes populacionais. Populações essas que se viam em “vários apocalipses” ao mesmo tempo e se reestruturando como grupo nação, tribo em situação limite. A maioria não o conseguiu:

As doenças representam sempre o primeiro fator de diminuição das populações indígenas. A história das relações com os Índios é, em grande parte, uma crônica de chacinas e, sobretudo de epidemias. Cada grupo indígena que se aproximou de núcleos europeus e de seus descendentes, nestes quatro séculos teve de pagar alto tributo em vidas às doenças que a civilização lhe trouxe (RIBEIRO, 1970, p. 187).

Espacialmente, as relações sociais dos indígenas Tupiniquins do atual município de Aracruz, em sua fase inicial, estão bastante interligadas à localidade de Nova Almeida onde a ação de aldeamento e conversão foi mais constante, localidade atualmente pertencente ao município da Serra. Por outro lado, o espaço do Piraquê-Açu e suas margens constitui outro polo de população que é sempre presente, constituindo-se como alternativa aos aldeamentos de índios de Nova Almeida os quais, como populações indígenas, não chegaram aos nossos dias.

Por outro lado os índios aguerridos do centro Norte do Espírito Santo genericamente rotulados de Aimorés ou Botocudos evitaram a penetração das populações luso-brasileiras como se pode depreender abaixo.

Para as autoridades mineiras, os Botocudo e os Puri constituíam nações bravias porque seus índios comiam outros homens e viviam em constantes guerras com os demais e com a sociedade branca. Logo, precisavam ser controlados através do aldeamento ou exterminados em nome do

desenvolvimento da sociedade. Os quilombolas eram bárbaros porque não aceitavam sua condição de cativos e, ainda por cima atacavam a sociedade senhorial branca. Para controlar os dois grupos, aldear os índios ou exterminá-los, foram preparadas inúmeras expedições e enviadas aos sertões. (AMANTINO, 2002. p.)

A leitura das escassas fontes, principalmente anteriores ao século XIX, sobre esta questão, transmite a idéia de que a população Tupiniquim constituía uma população que ocupava um território tampão entre os núcleos de colonização próximos a Vitória e os indígenas indomados a norte.

Botocudo era uma denominação depreciativa e genérica, cunhada por portugueses e brasileiros, para identificar grupos indígenas diversos. Aplicou-se neste caso, aos índios da língua chamada Borum, da família lingüística Macro-Jê, que habitavam nos territórios compreendidos na Bahia Minas Gerais e Espírito Santo. Da mesma forma, fora-lhes aplicado o nome de Aimoré no período colonial. Atualmente são conhecidos por Krenak e moram no município de Resplendor (MG). (MOREL, 2002, p. 113).

Os enfraquecidos habitantes da região, que nos primórdios se estendia até ao rio Doce, tiveram dificuldade em exercer o papel de colonizadores nesta região do centro norte, as incursões dos indígenas mais arredios, comprometeram a efetiva ocupação do *hinterland* próximo durante praticamente 300 anos ao ponto de Darcy Ribeiro referir:

O Governo do Espírito Santo chegou mesmo a solicitar à Corte o recolhimento de “porções destes bárbaros para serem distribuídos no serviço de casas particulares e dos arsenaes e obras públicas, com o que mais depressa se civilizarão, sem tanta despesa” (Correspondência da Presidência da Província do Espírito Santo., (12/04/1822), Percebe-se assim que tipo de integração era oferecido aos índios: a escravidão mal disfarçada. Quando pediam autorização, os governantes locais estavam apenas querendo legitimar uma situação que já se instalara. Tanto que o governo imperial respondeu ao pedido, ordenando que os índios capturados e repartidos entre as fazendas fossem imediatamente devolvidos aos aldeamentos. (Costa, org.pg 99. por Costa, J.S.M. da Ofícios sobre a existência de Índios Botucudos às margens do Rio Doce (1824). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, T. 6, n. 24, p 480 – 483, 1845. Independência, vida e morte: os contatos com os Botocudo durante o primeiro reinado.

A situação era igualmente grave nas matas do rio Doce, situado tanto no estado de Minas Gerais como no Espírito Santo. Ali os Botocudos se opunham de armas na mão, ao devassamento do seu território tribal. A colônia italiana de São Mateus ia-se na iminência de ser abandonada. Em os Índios e a civilização (RIBEIRO, 1970, p. 117).

Ao final do século XVIII a fronteira ou margem da civilização tentava incluir a margem sul do rio Doce com extrema dificuldade. Processo esse somente concluído já no início do século XX.

Os ataques constantes e a destruição da defesa do rio Doce deram origem à total militarização da capitania. Uma carta Régia de 1808 determinava medidas severas contra os indígenas. Coube a execução dessa ordem ao governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, que precariamente manteve os destacamentos militares ao longo do Rio Doce, pois as finanças não permitiam uma fiscalização mais constante (DEMONER, 1985, p.36).

Estas poucas citações transparecem insegurança, luta étnica, alargamento do território nacional ou a concomitante diminuição dos espaços indígenas tal ocorreu ao longo de cem anos o que equivale a quatro gerações. Esse tempo nos liga da independência a colonização italiana. Para o Piraquê-açu nos aparece uma continuidade no seu próprio tempo, certamente em um tempo já diferente daquele próximo a 1500, onde a igreja teve profunda influência. O Piraquê-acu deixa de ser fronteira para se inserir numa periferia de uma centralidade da região sudeste que se alargava para norte, para lá do Rio Doce nos territórios ainda há pouco indevassados.

Logo no início dos oitocentos. Nas regiões de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, ocorreram grandes massacres de Botucudos, promovidos por soldados e civis. A justificativa para essa ação, com óbvios objetivos políticos e mesmo econômicos, foi a imagem desse grupo como “antropófago” rebeldes costumazes, agressivos, incivilizáveis e refratários aos meios brandos de relação” (PARAÍSO, 1992, p. 83).

A solução do problema indígena com a incorporação do norte Capixaba à economia colonial e do império foi a destruição desses índios que haviam resistido por séculos, mantendo estes sertões naturais, selvagens, estas matas em pé. Acabou-se nessa época a fronteira do Piraquê-açu que se abria mais à colonização. Um ótimo vislumbre dos riscos a que as populações indígenas estavam sujeitas mesmo quando “integradas” no Piraquê-açu é nos legado por Augusto de Saint-Hilaire aproximadamente em 1818:

No dia seguinte, chegavam à Aldeia Velha e lá o cientista ficou um dia, para visitar a aldeia de Piriquiassu (Destacamento), sita pouco acima da confluência dos dois mananciais que formam o rio Santa Cruz, e composta de sessenta e três casas. O capitão Guimarães forneceu-lhe canoa e dois remadores índios. Cruzavam com uma canoa repleta de índios, tocando uma flauta e um tambor. Rebocavam outra canoa nova, que estava sendo

batizada e em cujo meio mantinham erguida, uma cruz. A três léguas acima da Aldeia Velha, encontravam as ostreiras, formadas, com o correr dos tempos, pelos índios que ali vinham colher os moluscos e secavam grandes quantidades para carregar. As conchas, amontoadas, formavam colinas nas margens. O calcário era, a princípio, queimado no local, mas os traíçoeiros Botocudos começaram a aparecer e a fabricação da cal se transferiu para a Aldeia Velha. Com a força da maré das onze horas, às quatro da tarde chegavam a Piriquiaçu. No dia seguinte, era a festa de Todos os Santos, para a qual haviam preparado o Cauim ou Cauaba, bebida que o naturalista não recebeu provar, a despeito de conhecer o processo que os índios usavam para a fermentação. Aproveitando a maré da tardinha, o botânico regressou à Aldeia Velha sendo surpreendido, em viagem por uma bela noite de luar. Dispôs-se a assistir às comemorações de Todos os Santos na Vila de Nova Almeida. Ao chegarem, Firmiano tornou-se motivo da maior curiosidade, entre os índios civilizados. O dia porém, foi infausto para os índios: os soldados pedestres vieram recrutar vinte homens que deviam substituir outros, em igual número nos trabalhos, nos quais se empenhava o Governador Rubim, na vila de Viana (ROCHA 1971, p.77).

Os sobreviventes dessa guerra de genocídio se dispersaram e se diluíram com dificuldade nas populações circundantes embora seja mencionada também a existência de elementos dessas etnias vivendo ao norte do rio Doce. Os Tupiniquins ao sul desse território como índios “integrados” tiveram menos problemas. Começava então as invasões de seus territórios por posseiros e pouco depois a colonização Italiana que avançou pelo sul e oeste.

Até meados do século XX, os Tupiniquim estavam dispersos pelas matas do município de Aracruz, viviam em pequenas e auto-sustentáveis comunidades (aldeias), tais como Caieiras Velhas e Pau Brasil. Eram grupos familiares, voltados para a produção direta, que formavam uma unidade social. O conhecimento e o domínio de um território funcionavam como fatores de identificação e troca entre as famílias indígenas. Assim a base física comum inalienável, fortalecia os laços comunitários entre os grupos domésticos. Era essa, portanto a vida tradicional desses índios, a base de reprodução de seus usos e costumes (Relatoria final de reestudo da identificação das terras indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios. Grupo técnico, portaria nº 0783/94, apud LOUREIRO).

Vemos assim duas realidades distintas: onde, índios ao norte do rio Doce bloqueavam o avanço da colonização e se mantinham pouco influenciados pela sociedade nacional e os contingentes Tupiniquins já com longo contacto que viviam nas proximidades do Piraquê-açu com relações amplas com os núcleos urbanos de Santa Cruz e Nova Almeida.

O processo de aculturação em que os sobreviventes das epidemias, massacres e escravidão passava pela adaptação a novas realidades onde o diminuir do desnível tecnológico, é buscado pelas populações indígenas mesmo naquelas que tentavam manter a todo custo, seu(s) modo(s) de vida. Essas populações procuravam

patamares intermédios onde, seriam capazes de se reconstruir. As Missões e os aldeamentos debaixo de uma disciplina religiosa foram, de certo modo, esses patamares tecnológicos que permitiram um respirar no genocídio secular.

A presença dos índios nas áreas delimitadas pela Coroa Portuguesa pode ser ratificada pelo registro de viajantes, como por exemplo, o Príncipe Maximiliano Wied Neuwied (1815) e Augusto de Saint-Hilaire (1818), que já no século XIX, notaram a presença dos Tupiniquim entre a região de Nova Almeida (Vila dos Reis Magos), passando por Santa Cruz (antiga Aldeia Nova) até Comboios, nos limites do município de Regência. Há ainda registros estatísticos que mencionam a presença dos Tupiniquim no território demarcado em 1760, entre eles, a Memória Estatística da Província do Espírito Santo, escrita no ano de 1828 por Ignácio Accioli de Vasconcellos, que contou uma população de 3007 índios em Nova Almeida⁴¹, e os mapas estatísticos da população do Espírito Santo, de 1856, organizados pelo Desembargador Tristão de Alencar Araripe, que indicam 3548 índios na região situada entre as Vilas de Serra e Linhares, incluindo aí Nova Almeida e Santa Cruz⁴² (LOUREIRO, 2006, p. 104).

Os Tupiniquim do Piraquê-açu se apresentam como populações que ao chegar ao século XX já tinham se apropriado significativamente da tecnologia ocidental nas relação com seus vizinhos, mantendo, todavia uma coesão entre si baseada em relações sociais emergentes não muito rígidas o que lhes tinha tornado possível viver entre os “selvagens” Botocudos e Aimorés e os “civilizados” de Vitória e Serra.

Cizenando afirmava que seus antepassados sempre foram índios de paz e suas lutas eram apenas com animais, pela subsistência ou para sobrevivência. Viviam basicamente de caça e pesca no rio Piraquê-Açu, que passa não muito longe de Caiara Velha. Nos últimos tempos, já se dedicavam também à agricultura de subsistência, plantando milho, mandioca, verduras, etc. (CRUZ, 1997, p. 162).

Este depoimento nos indica que Cizenando (liderança indígena falecida), assistiu a uma transformação das atividades provedoras da subsistência do(s) grupos de Tupiniquins que passam de atividades de caça e coleta para uma agricultura de subsistência, ou que havia duas formas principais de subsistência, uma mais conectada ao manguezal e outra mais próxima à agricultura de subsistência.

⁴¹ Vasconcellos, Ignácio Accioli de. Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

⁴² Pacheco, Renato. Três pequenos estudos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Vitória, n 40, p.15-16, 1990.

Conhecendo o valor que os estuários têm pela sua capacidade de fornecer alimentos, e pela idade de Cizenando à época do depoimento isso nos leva para as primeiras décadas do século XX onde o interior estaria a ser ocupado depois da diminuição do perigo dos Índios não “amansados” denominados por Cizenando como Bugres.

O modo de vida das populações em estudo estava então a ser diversificado com a atividade agrícola mais intensa, não deixando as anteriores atividades de coleta, caça e pesca, atividades sempre presentes nos depoimentos de locais e visitantes. Atividades essas que somente se viram muito diminuídas com o desmatamento posterior inicialmente causado pela COFAVI e de um modo mais intenso pela Aracruz Florestal (FIBRIA).

Essas questões levam à reflexão de quem é o outro culturalmente, e de quem somos nós, tal, nos transporta para o mundo da identidade pessoal, tribal, de clã e nacional, questão viva de quase quinhentos anos no estuário do Piraquê-açu e que independentemente de ser ou não a gênese do Brasil em suas características humanas, continua-se colocando a todos os agentes integradores regionais e sujeitos coletivos na construção e gestão do território municipal, em sua maioria eleitos democraticamente.

Desde sempre o outro, no caso o indígena americano se mostrou um enigma para os seus descobridores e conquistadores; assim como para os projetos de civilização que se instauraram gradualmente na América. A questão indígena sempre esteve presente desde antes que o Brasil entrou para os circuitos mundiais econômicos e culturais iniciando a sua globalização pelo choque infeccioso dos germes que destruíram a maior parte das populações indígenas, geração após geração ao longo dos séculos. Pode-se afirmar que a América latina já nasceu integrando-se para o mercado capitalista pré-industrial. Sobre a organização interna dos Tupiniquim

Florestan Fernandes chega à mesma conclusão que expomos no texto: “Os Tupinambá se colocam entre os povos que não chegaram a possuir uma organização governamental. As atividades administrativas e os preceitos com aplicação jurídica não se concentravam em nenhuma esfera especial, estando antes difusos nas tradições e nas personalidades capacitadas para o exercício da dominação xamanística” (FERNANDES, F. 1952 p. 367).

A “inserção” do estado na sociedade nascente no Brasil é algo imposto – noção de estado, realidade urbana, “lei”, lei escrita, contratos, propriedade, são conceitos que essas comunidades incorporam entre muitos outros. “Essas forças” e noção se reforçam moldando grupos étnicos e territórios. O estado se fortalece num tempo de séculos, inclusive no Piraquê-açu.

4.2 O PAPEL DA NORMATIZAÇÃO DO USO DO TERRITÓRIO NA DINÂMICA DA ETNOGÊNESE TUPINIQUIM NO PIRAQUÊ-AÇU⁴³.

Aliás, o fato já referido de tantos autores da época explicarem que no alfabeto tupi faltavam as letras F, L e R porque inexistiam fé, lei e rei demonstra que essa era uma verdade assentada, de comum observação⁴⁴.

Esta citação com que se abre este capítulo está aqui pela surpresa, não tanto pelo desconhecimento dela por este autor, mas, pelo conjunto de autores que ao longo de séculos, repito séculos a usaram para a sua compreensão equivocada da realidade que as múltiplas etnias indígenas causavam. Como pesquisador, nunca encontrei uma citação de tão longa história repetidamente levada em consideração por quem tinha o poder decisório e com tão negativas consequências. Fé lei e rei foram as bases da normatização a que esses povos foram sujeitos. Daí, que embora a análise dessa citação e suas consequências nefastas de mais de trezentos anos merecesse mais do que uma dissertação, ela reflete o pensamento de quem efetivamente governava, pelo menos em sua maioria, e desse modo importante para o sentido deste capítulo assim como deste trabalho.

Nesse tópico será contemplado o papel da normatização jurídica do uso do território ao longo do tempo, como aspecto de fundamental importância para a problemática.

⁴³ A respeito de uma reflexão teórica profunda sobre o tema da normatização do uso do território ver a contribuição de Milton SANTOS (2002 [1996]), *A Natureza do Espaço*, mais especificamente o item “*As Normas e o Território*”, no qual o autor aborda a relação entre a dimensão jurídica e territorial, seguindo, em linhas gerais a seguinte idéia “Mediação jurídica e mediação técnica se completam. O espaço, por seu conteúdo técnico, é regulador e regulado, já que as normas administrativas (...) é que, em última análise, determinam os comportamentos (SANTOS, 2002 [1996]:230).

⁴⁴ *Jaboatam*, obra cit., vol., II, pág 7; *Salvador*, pág. 53; Gandavo “tratado”, 49; “história”, pág 125; *Gabriel Soares*, vol. II, pág. 244; *Ambrósio Fernandes Brandão*, “diálogos das Grandezas do Brasil”, pág. 194; *Simão de Vasconcelos*, “Das Notícias Antecedentes, Curiosas”, etc., nº 116; João de Souza Ferreira, “América Abreviada”, pág 99; anônimo, in “Revista Trimestral do Inst. Hist., Geogr. e Etnogr. do Brasil”, tomo XXXVI, parte I, pág. 10.

Trata-se de um assunto de ampla envergadura histórica que será, entretanto, sumariamente exposta pelo quanto é relevante ao entendimento do quadro atual.

A “inserção” do Estado na sociedade nascente no Brasil é algo imposto noção de estado. Realidade urbana, “lei”, lei escrita, contratos, propriedade, são conceitos que essas comunidades indígenas incorporam entre muitos outros. Essa força que se impõe, por diversos modos, em um tempo de séculos, inclusive no Piraquê-açu.

A regulamentação dos direitos dos índios e das terras por eles ocupadas, produzida no período colonial, trouxe consigo as incoerências inerentes ao ato de legislar sobre o que não se regia e ao de reger o que já tinha “governo” próprio.[...] as contradições são claras em toda a história da imposição do Direito aos índios, quando observa-se, em todos em todos os períodos, que as leis, assim como todos os atos do governo delas decorrentes, têm como sujeito as ações da sociedade nacional em relação a pessoas e os bens dos índios que ficam restritos ao papel de objeto. (LADEIRA, 2001, p. 97).

O indígena, motivou a criação de legislação própria. Sempre pouco respeitada, tornando o índio sobrevivente outro, despossuído de direitos, atribuídos coletivamente, o que levou múltiplos interesses privados e governamentais geralmente de foro local, a não reconhecer mais, essas populações como indígenas de modo a que a voracidade por terras e tributos, impostos, pudesse ser satisfeita em um processo de povoamento. Ou territorialização de colonos e um processo gradual de desterritorialização de diversas populações locais.

Para o europeu ibérico dos séculos XV e XVI e XVII a América ou os distantes territórios da Ásia das especiarias, eram uma quase sentença de morte donde poucos retornavam vivos e com saúde para usufruir dos proventos do império⁴⁵. Daí a Lei ser uma e a realidade ser outra, já desde os primórdios da colonização. Quanto ao espaço do atual município de Aracruz, conforme assinala Maurilen de Paula Cruz eram territórios indígenas à face da lei.

Em 1760, segundo apontamento no livro do tombo de Nova Almeida, foi demarcada para eles uma área na província do Espírito Santo, que ia de Nova Almeida (Serra) a regência (Linhares). Abrangia, portanto, praticamente todo o hoje município de Aracruz: eram 40 quilômetros no

⁴⁵ O aproximar aos tempos do colonizador, sua psique, seus medos e vivências podem ser entrevistados em algumas obras da época. Destacamos Peregrinação de Fernão Mendes Pinto com a 1ª ed de 1614, cotejada por Neves Águas em 1997.

sentido Leste-Oeste e 61 quilômetros no sentido norte-sul. A expansão da colonização européia foi gradativamente ocupando a área e hoje a maior parte desta terra está nas mãos da Aracruz Celulose, que a encheu de eucaliptos (CRUZ, 1997, p. 160).

Por toda a época colonial se sente um conflito entre a legislação do rei e a ação dos súbditos sobre o índio que seria e era mão de obra escrava como seria e era uma matriz da formação do povo Brasileiro e um potencial colono interno.

Em ofício de 1847, a câmara de vereadores de Nova Almeida, interessada em aforar os terrenos doados aos índios em 1610, se referia à situação de seguinte maneira:

[...] não tem a câmara papéis alguns relativos ao título de posse do terreno, além do livro de registro de leis, em o qual se acha-se registrada a carta de sesmaria dos índios; o alvará com força de lei de 2 de janeiro de 1559, que determina a medição do terreno, e que este fosse dado aos índios para possuírem comum por ora; o diretório de 3 de maio de 1757 e outras leis quer relativas aos índios, quer objetos tendentes ao município.... a câmara acha-se a setenta e nove anos na posse de aforar o terreno não aproveitados pelos índios, e aplicar as despesas do município o produto dos foros, porque pela carta régia de 29 de outubro foi determinado a ela competir dar licença para qualquer pessoa cultivar nos terrenos das aldeias; [...] devem ser então os terrenos, pelos índios não aproveitados, repartidos grátis pelas pessoas que tem vindo estabelecer-se neste termo [...] (ofício de 22/02/1847 da Câmara Municipal de Nova Almeida ao presidente da província [APE-ES]) (apud SILVA, S. J. 2000, p. 7-8).

Como se pode acompanhar na transcrição acima, temos várias datas chave: uma primeira 1559 poucos decênios posterior às primeiras referências ao Piraquê-açu que nos remete à década de 1530. Em seguida faz-se menção a 03 de Maio de 1757. Entre estas duas datas 1559 e 1757, 198 anos as separam. De um pensamento medieval, pelo menos para o povo europeu⁴⁶ (maioria dos colonos e marinheiros), passa-se para o início da revolução industrial. De uma mortalidade maior do que 50% nas caravelas quinhentistas passa-se para uma travessia relativamente tranqüila com poucas baixas. Se para os europeus o homem é diferente nestas quase dez gerações para o nativo o índio, a diferença será ainda maior, para mais considerando a ação jesuítica que já teria sedimentado uma deculturação “controlada” que regionalmente estaria próxima da população de Nova Almeida, dita brasileira ou em vias de o ser e a população Tupiniquim, mais livre,

⁴⁶ Optou-se pela colocação de Europeus, pois além dos Portugueses, devemos considerar que de 1580 a 1640 houve a União Ibérica tendo a Espanha controlado o império assim sendo o Brasil estava franqueado aos Espanhóis e essa época foi para a América atualmente latina a época da ação de corsários europeus das mais diversas nacionalidades.

que habitaria a região do Piraquê-açu onde, os modos de vida seriam por escolhas dos próprios Tupiniquins, mais seletivas aos seus interesses e escolhas, mas igualmente profundamente transformada pelos quase duzentos anos transcorridos desde a chegada dos europeus.

É nítida a data de 1847 quando a pressão por terras e rendas da câmara leva às manipulações da lei em proveito dos povoadores e dos órgãos municipais na espoliação das terras indígenas que necessitavam de permanecerem próximas ao clímax biogeográfico para manter os modos de vida dos Tupiniquins.

Por outro lado o nascimento do Estado Moderno com o fortalecimento do poder central onde a aliança entre a o Rei e a Burguesia se juntavam na voracidade da riqueza da igreja (deve-se ler terras), isenta de pagamento de impostos, tão necessários ao aparelho de estado. Temos assim a ação dos déspotas iluminados (marquês de Pombal no caso Luso-brasileiro) que ao engolirem os bens da igreja acabaram com o paternalismo das ordens religiosas, sistema básico de controle e relativa proteção aos indígenas. É muitas vezes a voracidade dos governos em busca de tributos que até hoje leva à alienação dos bens e da proteção daqueles a quem por leis anteriores deveria proteger esse é o contexto da expulsão das ordens religiosas e das guerras guaraníticas, ação essa, com reflexos diretos em Nova Almeida e Santa Cruz.

Historicamente percebe-se que o índio gradualmente passou de um ser que necessitava ser transformado na sua essência cultural para ser inserido na nova sociedade como um súbdito ou um colono, para um simples estorvo que impedia a ocupação do espaço pelos cada vez mais disponíveis emigrantes que durante o século XIX, (principalmente na sua segunda metade), se tornaram os proletários, tornando os índios mais “dispensáveis” à vida econômica que se impunha, acontecimentos esses que refletiram no Piraquê-açu pela emigração, principalmente italiana que se fez sentir fortemente na margem sul do Piraquê-açu.

No novo regime territorial, em vigor a partir da Lei de Terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), os direitos patrimoniais indígenas não receberam tratamento diferenciado. Não existia nenhuma regra particular, por exemplo sobre o que fazer com sesmarias e posses indígenas anteriores à nova lei. Inexistiam também, qualquer referência ao direito originário dos índios sobre

os territórios que tradicionalmente ocupavam, isto é, sobre o “indigenato” (MOREIRA, p. 156, apud COSTA, R. 2002).

No caso concreto do Piraquê-açu que está inserido no espaço entre a capital da província ou Estado, e o Rio Doce como marcos físicos. Houve algum espaço temporal e físico que possibilitou a sobrevivência das populações Tupiniquins das proximidades ainda que profundamente modificadas através de sucessivas reinterpretações de seus modos de vida no diálogo com a sociedade luso-brasileira e com os jesuítas de Nova Almeida.

Como se percebe abaixo o convívio na primeira metade do século XIX era violento entre algumas etnias indígenas e o Estado, menos de duzentos anos atrás:

Entre os primeiros papéis que recebeu após assumir o ministério, em 1822, José Bonifácio de Andrade e Silva deparou-se com uma correspondência em termos inquietantes, assinado pelos seis integrantes da junta Provisória do Governo do Espírito Santo: Os quotidianos insultos do Gentio bárbaro, que incessantemente destrói a agricultura e tem morto muitos lavradores, causa lastimosa do atraso desta miserável Província, [...] e desta forma todos temem estabelecer-se no interior, onde os lavradores se vem obrigados a guardarem suas forças para vigiarem em sua defesa (correspondência da Presidência da Província do Espírito Santo..., 12/04/1822) (MOREL, p. 97-98, apud COSTA, 2002).[...] Pelo decreto de 28 de Janeiro de 1824, o ministro Maciel da Costa lançou o regulamento interino para o aldeamento e civilização dos índios Botocudo do Rio Doce, da província do Espírito Santo, que seria impresso vinte anos depois. Tratava-se de mais uma investida de grande porte contra a secular resistência dessas tribos, desta vez com efeitos consideráveis (MOREL, p. 97-98, apud COSTA, R. 2002).

No início do século XX novas formas de pensar o indígena e a sua relação com a nação brasileira começam a nascer de cima para baixo. Os relativos fracassos do passado realizados nas áreas onde se consolidou a nação brasileira (Sudeste) em sua relação com os indígenas se alargam com a expansão para norte e oeste onde frentes pioneiras (estradas e telégrafos) e humanas interagem com índios pouco ou nada contactados, mas de há muito “açoitados” pelas epidemias. O telégrafo passa a oeste do Piraquê-açu fundando localidades ocupadas principalmente por colonos italianos. Se efetivamente em teoria a filosofia baseada no respeito à diferença na abordagem ao problema indígena conforme (Ribeiro, 1970) refere tal, somente chega à prática cotidiana na segunda metade do século em seu final depois da ditadura militar, (a política prática ainda era de anular sua indianidade restringindo práticas e línguas indígenas, para fortalecer seu pertencimento à nação brasileira).

Como expoente do início dessa transição tem o Marechal Rondon. Figura já mítica cuja práxis (que ele não determinava) pode ser comparada, salve as diferentes épocas, ao Padre Antônio Vieira pelas diferenças entre as concepções ideológicas que norteavam suas ações e a realidade prática como consequência.

O regulamento baixado com a lei de criação do serviço confirmado, com pequenas modificações pelo Decreto nº 9214, de 15 de Dezembro de 1911, fixou as linhas mestras da política indigenista brasileiras. Pela primeira vez era estatuído, como princípio da lei, o respeito às tribos indígenas como povos que tinham o direito de ser eles próprios, de professar suas crenças, de viver segundo o único modo que sabiam fazê-lo: aquele que aprenderam de seus antepassados e que só lentamente podia mudar (RIBEIRO, 1970, p.127).

Na segunda metade do século vinte a questão indígena sofre um processo de demarcação em plena ditadura militar de mais territórios indígenas, enquanto que as populações indígenas de Aracruz viam suas terras e existência serem, como nunca, atacadas, a integração ao modelo econômico da expansão capitalista nacional que localmente se materializava através da Aracruz Celulose, pelas monótonas plantações de eucaliptos excludentes da biodiversidade necessária a um modo de vida em dialogo com a floresta natural ou com o sistema de queimada, seguida de longo pousio. Ao mesmo tempo essas terras eram, cada vez mais, invadidas por estranhos; posseiros migrantes da COFAVI, ex-empregados dos madeireiros, assim como peões usados nas plantações de eucaliptos, posteriormente “descartados” ou na construção da fábrica, desempregados. A situação explosiva socialmente na década de setenta causou a primeira demarcação.

Em 10 de Julho de 1979, o então presidente da FUNAI, Adhemar Ribeiro da Silva, determina pela portaria 565/E novas diligências a Aracruz para “proceder a eleição de área para a reserva indígena Tupiniquim”, que deveriam ser realizadas em dez dias! Obviamente não era um fato novo o levantamento fundiário junto aos Tupiniquins, o que justifica o tempo exíguo dedicado ao GT. Já haviam ocorrido duas ocupações contínuas à área de Caieiras Velhas, que mobilizaram a FUNAI e a Aracruz Celulose (SILVA, 2000, p. 34).[...] Em encaminhamento nº 653/DGPI de 07 de Novembro de 1979, o Engenheiro José Ribmar, diretor do DGPI FUNAI, pede garantia da posse e domínio das terras Tupiniquim. “Tal portaria, ensejará as providências legais que são requeridas no momento, para salvaguardar o patrimônio indígena que vem sendo dilapidado por pessoas estranhas à comunidade (SILVA, S. J. 2000, p. 39).

Conforme Klítia Loureiro (p. 31), em o Processo de Modernização Autoritário da Agricultura no Espírito Santo

O fato é que no momento de definição pela portaria 609N de 1979, a situação jurídica do grupo se altera e uma nova ordem passa a vigorar na região. O “tempo de direitos” passa a vigorar entre os Tupiniquim, pois agora basta aplicar o estatuto do índio – em seus artigos relativos à identificação de populações indígenas. Isso leva a FUNAI a indenizar os posseiros, promovendo a desintrusão da área. (LOUREIRO, 2006, p.31)

Nasce neste momento a dicotomia entre Irajá dos Tupiniquim e Irajá dos Brancos nascida da fixação de alguns dos indenizados nas proximidades de território demarcado.

Pode-se assim pensar que a democracia representativa efetiva favorece a participação popular nos atos decisórios tornando possível a constituição de territórios com diversas tutelas que escapam ao domínio privado. A difusão da consciência ecológica pelo mundo e inter-relação entre os problemas sociais e ecológicos causados pelo padrão de desenvolvimento urbano e industrial levam a sociedade cada vez mais interconectada a um nível que exige soluções globais e fora dos padrões tecnológicos desenvolvimentistas adotados. A consciência de que novos paradigmas para o desenvolvimento têm que ser adotados já que a sociedade urbana e industrial chegou a um impasse pelos processos até agora usados. No entanto, a despeito de múltiplas tentativas, ainda não aparecem alternativas realizadas de um modo efetivo. Até ao momento há uma facilitação da sociedade, cada vez maior, em projetos que limitem a ação espacial das grandes companhias e de seus projetos baseados em filosofias que nos levaram ao impasse ecológico atrás referido.

A constituição de territórios possíveis constituem espaços capazes de mitigar as agressões da sociedade urbano industrial, procurando retornar ao nível de sustentabilidade, é uma necessidade que empurra a realidade;

Para resolver conflitos de uso, e manter um espaço vital ótimo, não poluído, a paisagem precisa ser compartimentada (isto é, << zonada >> para proporcionar um equilíbrio seguro entre os ecossistemas produtores e protetores. As restrições no uso da terra e da água são os únicos meios práticos à disposição do homem para evitar a sobrepopulação, ou a excessiva exploração dos recursos, ou ambas as coisas. (ODUM, 1997, p.811).

A demarcação cada vez maior de territórios são estratégias, válidas para a sobrevivência não só de populações tradicionais como colaboram na solução dos problemas sociais, ecológicos e econômicos globais onde, no mínimo, são políticas capazes de minimizar os atuais impactos globais, permitindo a sobrevivência de todos, Tupiniquins, Guaranis e de outras etnias.

4.3 TERRITORIALIDADE E ETNOGÊNESE DO ÍNDIO NO PIRAQUÊ-AÇU: UMA ANÁLISE SINCRÔNICA

4.3.1 Os homens do Piraquê-açu

A pluralidade usada é uma adequação à realidade humana vivida no recorte física e seu entorno.. Duas línguas o Guaraní e o português são usadas como língua materna por populações mais extensas organizadas ao nível étnico, limites territoriais associados a identidades étnicas têm sido criados, e existe, como sempre existiu, uma fricção étnica local. Por outro lado, bolsões de pobreza convivem Com uma sociedade urbano-industrial, que envolve o Piraquê-açu .

Segundo Rodrigues, identidade é uma palavra que traz no seu próprio sentido a marca do caráter complexo dos temas que discute, uma vez que pode significar tanto a qualidade do idêntico e do comum, como o conjunto de caracteres próprios e exclusivos. Daí entendermos tal como a autora, que essa construção simbólica, que supõe a adesão de sentimentos, constrói-se, invariavelmente, em relação a um “outro”, visto que a identificação pode surgir tanto de fora para dentro, ou seja, a partir do outro, como de dentro para fora, ou seja, em relação ao outro. (RODRIGUES, apud LOUREIRO 2006 P. 132).

Uma particularidade é de as margens terem uma diversidade de população tanto do ponto de vista étnico econômico e tecnológico. A heterogeneidade da população que margeia o Piraquê-açu tem em si os atributos do lugar com qualidade ecológica diferenciada. As diversas culturas locais conectam-se pelo território, pelo Estado entre outros meios;

A noção de cultura considera não indivíduos isolados ou quaisquer características pessoais que possam possuir, mas comunidades de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente contínuo, além das

numerosas características de crença e comportamento comuns aos membros de tais comunidades. Em outras palavras, o conceito de cultura oferece um meio para classificar os seres humanos em grupos bem definidos, de acordo com características comuns verificáveis, e também um meio para classificar áreas de acordo com as características dos grupos humanos que as ocupam. (WAGNER E MIKISSELI, 2004, p. 28.)

Ao se observar a população local e através da interação dirigida para questões pertinentes a esta pesquisa concluiu-se que, em relação às populações locais fixadas há mais de uma geração no tecido urbano, as relações familiares ligam diretamente partes numericamente importantes da população urbanas próximos às populações Tupiniquim, caracterizando êxodo rural Tupiniquim com todos os dramas sociais, comuns às populações “expulsas” concomitantemente aos processos de industrialização. Caieiras é sem dúvida a localidade mais citada nos laços de parentesco de ascendência indígena escutados fora dos territórios indígenas.

A presença de populações urbanas indígenas ou hibridizadas genética e culturalmente no meio circundante. Populações essas em estudo pela Dr^a Celeste Ciccarrone, essa vivência de fronteira se apresenta aparentemente mais equilibrada no diálogo inter-cultural ao invés do passado quando o sentido da ação do Estado era para, “assimilado/integrado”⁴⁷ mesmo que isso fosse uma inclusão no mais baixo escalão social (Darcy Ribeiro), caracterizando a atualidade como duplo sentido no trânsito cultural entre diferentes territórios culturais.

A Fluidez da cultura, a sua capacidade adaptativa, suas metamorfoses, suas nuances, suas opacidades são sempre “terreno difícil” já que uma base sólida estática em terreno fluido fica difícil de acontecer, “fixar”. Cultura é como um feixe expandindo-se, se contraindo se inventando permanentemente e por isso não estática. Geralmente ela se expande ou contrai tanto territorialmente como nos comportamentos associados à Psicologia de Grupo.

Uma cultura passa a se difundir quando os que a compartilham se deslocam, ou quando sua correspondente esfera de comunicação, e os símbolos aí incluídos, prevalecem sobre os de outras culturas em novos territórios. A língua, como meio essencial da comunicação humana, é obviamente um componente crucial de qualquer cultura. A influência exata

⁴⁷ Esta discussão, o sentido, a conceituação, o direito exigiria bem mais do que uma dissertação. A liberdade de usar adjetivações de um discurso de evolução linear precede pela clareza que algo, dentro do campo identitário está mudando.

da língua sobre a cultura tem sido estimada, mas nunca estabelecida claramente. Seja como for, a língua, por sua vez, é fortemente afetada por outros aspectos de uma cultura. Quaisquer que possam ser estas inter-relações, a linguagem de uma comunidade é uma de suas características distintivas. Uma cultura pode, certamente, abranger ou sobrepor diversos grupos lingüísticos diferentes, desde que seja mantido algum tipo de equivalência entre os sistemas simbólicos coexistentes; da mesma forma, um grupo lingüístico pode ser dividido entre diversas culturas diferentes. ((WAGNER E MIKISSELL, 2004, p. 29.)

Temos assim o fator cultural onde a língua é considerado de modo muito significativo, mas não de todo, por si só, determinante,. Estrategicamente, qualquer etnogênese que apresente diferenciação lingüística⁴⁸ tem mais chances de obter sucesso o que está implícito na tentativa de revitalização da língua Tupi pelos Tupiniquim locais.

Em muitos casos, há um retorno a terra natal ou da família, periódico, por essas franjas de populações urbanas, inseridas nesse contexto o que permite e amplia a capacidade de alcance dos laços familiares dos que ficaram, e dos que partiram na atualidade, e que continua agindo.

É recorrente em minhas salas de aula em Aracruz e no município da Serra alunos se identificarem filhos de indígenas que se mudaram para a cidade; tal acontece quando o assunto dos índios é abordado como o parceiro, nosso vizinho, o da região do Piraquê-açu, que afinal, está a nossa frente quebrando, a carga pejorativa e a desconfiança, estabelecendo-se o diálogo.

Essa raiz indígena foi uma das fornecedoras da “matéria prima humana”, para a urbanidade próxima, representada por Aracruz, Coqueiral e Santa Cruz, localidades diferenciadas em suas funções e com “personalidades” adictas à função. Uma cidade de interior com pretensões a cidade média, um bairro industrial que evolui buscando uma centralidade própria, função essa para a qual não foi concebido (o bairro) e uma “vila” histórica com vocação turística estagnada, sem centralidade econômica. Culturalmente interpretar a formação por leva sucessivas de emigrantes e épocas de sedimentação cultural que o tempo ajuda a se desenvolver colabora na interpretação do social atual.

⁴⁸ Israel é o exemplo recente de construção da nação pelo uso unificador da difusão interna de uma língua. Timor Leste se afirma favorecendo a língua portuguesa como projeto de coesão estratégico.

O desenvolvimento da geografia cultural procede necessariamente da reconstrução das sucessivas culturas de uma área, começando pela cultura original e continuando até o presente. O trabalho mais rigoroso realizado até à presente data se refere menos às áreas culturais atuais do que às anteriores, já que estas constituem o fundamento do presente e sua combinação fornece a única base de uma dinâmica da área cultural (SAUER, 2004, p. 86)

Outra corrente que pelo seu numero, alterou significativamente a população municipal, foi a imigração italiana. Em uma primeira fase o colono italiano e seus descendentes buscaram o interior, o espaço agrícola, sua fome era de terra. Alguns desses emigrantes fixaram-se no Piraquê-açu mais pelo sul e oeste. A interação entre as populações é intensa e a diversidade surpreende porém, apresentando, ao mesmo tempo uma unidade, o que é surpreendente:

Não há dúvida de que todas as culturas dos povos que no Brasil se encontraram foram beneficiados por um processo de empréstimo e de transculturação desde os primórdios da colonização e do regime escravocrata. Mas a realidade empírica crua, observada por todos, é a de que o Brasil constitui o país mais colorido do mundo racialmente, isto é o mais mestiçado do mundo (MUNANGA, 2004. p. 124.)

Na atualidade, em uma nova fase, esses descendentes de italianos em sua maioria igualmente sofreram as conseqüências do êxodo rural e se inseriram nas atividades terciárias e industriais. Constituem uma classe média local que se tenta manter dominante politicamente, depois de sucumbir numericamente frente aos migrantes de Bahia e Minas Gerais, que aqui chegaram em busca de qualquer trabalho ou dos migrantes de alto padrão de consumo, que se fixaram inicialmente com predomínio de Gaúchos e Paulistas devido Aracruz Celulose (Fibria).

Na impossibilidade de abarcar o todo que está na origem das populações do Piraquê-açu, não se encontra o Negro, quase nada abordado nesta dissertação, mas igualmente presente. Suas influências Telúricas pouco aparecem, mas têm raízes aqui lembrada, a escravidão também passou por aqui, O açúcar vêm desde o início da colonização marcando territorializando este espaço do Espírito Santo, Os problemas decorrentes do reconhecimento do acesso/posse da terra por populações de origem africana constituem uma questão similar à questão indígena. “A migração de populações baianas, principalmente do sul, que no município de Aracruz encontram o seu Sudeste”, é real contribuindo para o “caldeirão” cultural regional. A

invisibilidade dos Africanos neste trabalho não corresponde ao fato social do município onde seu contributo é maior.

A Grande Vitória⁴⁹ é a fronteira distante que já chegou. Sua mancha urbana é separada do Piraquê-açu por um extenso eucaliptal que ao norte do município da Serra vai quase até às portas de Santa Rosa, constatado em trabalho de campo. É a grande cidade com suas oportunidades, mas também tragadora de homens no seu melting pot urbano. Para muitos habitantes, Santa Cruz já é a periferia distante onde com um movimento pendular⁵⁰ se trabalha na região metropolitana de Vitória. Para todos, Vitória é o médico especialista, o supermercado mais econômico, a busca da centralidade não satisfeita pelos serviços locais.

A margem sul do Piraquê-açu se apresenta em sua Territorialidade sujeita à pressão modificadora das condições locais da mancha urbana que se aproxima pelo sul na atualidade. No século XIX e XX os emigrantes italianos⁵¹ em busca de terras agricultáveis se fez pelo sul do Piraquê-açu, assim como a pressão de colonização que irradiava desde os primórdios da Serra e de Nova Almeida. Tais movimentos populacionais tornaram menos visível as populações indígenas que viviam ao longo do braço sul do Piraquê-Mirim, havendo relações de parentesco diretas com os Tupiniquim, conforme relatado em trabalho de campo.

Desde o ponto que a memória alcança e as evidências históricas com testemunhos escritos e materiais, permitem afirmar que sempre houve populações indígenas com manejos dos recursos do Piraquê-açu de modo “tradicional”, a presença de concheiros (sambaquis) o atesta. No caso, sucessivos grupos étnicos evoluíram com o meio natural e as necessidades locais, inseridos num contexto ocidental de dominação do estado a partir do século XVI. A relação entre cultura e diversidade ecológica é um valor a desenvolver;

⁴⁹ Metropolização da mancha urbana de quase dois milhões de habitantes com formato retangular paralelo ao litoral. A mancha urbana contínua já praticamente chega a Santa Cruz pelo litoral.

⁵⁰ Movimento diário realizado pela população dos subúrbios em direção à região central para efeito de trabalho e conseqüente retorno aos subúrbios ao final da jornada de trabalho. É significativo essa deslocação por franjas da população do município de Aracruz.

⁵¹ O início da colonização oficial pela emigração italiana para o Brasil se iniciou por Santa Cruz segundo muitos autores, A foto da antiga câmara municipal a caminho de se tornar ruínas constitui um objeto cultural de grande valor.

Alguns avaliam que os conhecimentos e as culturas tradicionais podem contribuir para a conservação, a longo prazo, da biodiversidade dos ecossistemas. De fato, dentro das numerosas situações, esses conhecimentos são o resultado de uma evolução conjunta, a longo prazo, das sociedades e de seu meio natural, o que permitiu conservar um equilíbrio entre os dois. Isso conduz a interessar-se pela diversidade cultural, ela também fortemente ameaçada pela mundialização dos modelos culturais dominantes. (LÉVEQUE, 1999, p. 23).

Um desses modos de vida que chegou até hoje é o mariscador. Centenas de pessoas vivem direta ou indiretamente de uma exploração do Manguezal onde o caranguejo é o mais significativo. Faina essa que também fornece “ameixas”⁵² ostras, sururu do mangue peixe portanto não se restringe a essa espécie somente. O abaixo referido relatório final do Projeto Caranguejo fornece um panorama das conexões entre o mercado e estas populações da beira-mangue e que dele dependem.

Os catadores vão para o mangue, normalmente duas ou três vezes na semana, de terça às sextas-feiras; sábado e Domingo são os dias dedicados à comercialização, conforme observado, segunda-feira é o dia de descanso. Os meses de fartura se iniciam em meados de Dezembro até Abril: é o período da “safra”, Os meses de escassez são de maio até meados de Dezembro. É comum no inverno e nos períodos de defeso o catador buscar outras alternativas de renda. Alguns buscam alternativas no próprio mangue, com a Cata do siri-açu, ostra sururu e etc. (Ministério do meio ambiente Projeto Caranguejo p. 123).

Este serviço, trabalho, exploração, é praticada por indivíduos residentes nas proximidades do manguezal. Os ciclos da natureza dominam e imprimem um tempo onde a maré domina e a Lua confirma. O tempo longo do domínio solar se sente fortemente. Estas populações são populações tradicionais com um modo de vida interligado ao estuário do Piraquê-açu. Acompanhemos a citação de Sandro José da Silva, pela sua capacidade explicativa e rara beleza:

O tempo pode ser contado pelo mangue. Dia após dia os pescadores entram na maré para tirar caranguejo e vão deixando suas marcas entre as árvores do manguezal. O facão afiado, crava e risca diferentes marcas nos galhos, para cima e para baixo. “Entrar na maré não é para quem quer”, todos ali sabem e os desavisados aprendem rápido. A maré é um pêndulo, está em movimento, se deslocando, voltando sobre si, ilhando os que se esqueceram a hora de sair do manguezal. Às seis horas da manhã ela se esvazia novamente. É primavera e logo mais, às onze horas, ela voltará a encher. É assim na parte da tarde e na “boca da noite”. O nível de suas águas chega a três metros em alguns lugares. Os galhos do mangue se lançam pelo espaço e procuram se desprender e alcançar a lama e a

⁵² Para a população local as AMEJOAS são conhecidas como AMEIXAS.

batinga, reproduzindo o ecossistema do manguezal. Nele agarram as sementes de “ostras de pau” (*Crossostrea rhizophorae*) que aderidas, crescem igual a cachos de uvas. Um alimento rico em proteínas e de fácil acesso. O facão corre seccionando o galho e temos um espeto um espeto de marisco que são lançados ao fogo ou comidos crus, uma iguaria. Logo no início da “vazante”, a água corre forte em direção ao mar. Uma hora, ela pára. É a maré morta, que os pescadores rejeitam para pescar, mas não para apanhar caranguejo, siri ou para “mariscar”. A pesca se distingue da coleta de frutos pela classificação dos tempos que a natureza impõe à percepção do homem. As águas ficam caudalosas e paradas, em silêncio. O silêncio é perigoso. É maré morta que invade a cabeça do pescador. É a hora em que as “visagens” aparecem, um companheiro falecido que ainda pesca no mangue, fazendo as “obrigações” dele. Um credo ou pai-nosso, e pode passar. Logo as águas vão começar a correr para dentro e é hora de sair. Ela vai parar novamente e os galhos do mangue ficarão cobertos. Os sinais somem, o mangue fica sem identidade. Ninguém passou por ali. (SILVA, S. J. 2000 p. 122).

O mito, o rito, o tempo fora do tempo, mas verdadeiro, um momento fugaz e feliz nos abre uma janela à psique das populações do mangue. A maré dá o tempo, não o relógio. Os ciclos da natureza se impõem. A vida é dura, o rendimento sempre escasso, e a pobreza estão sempre não muito distantes, a cachaça está junto. O relatório final Projeto Caranguejo do Ministério do Meio ambiente de 2007 fornece farta informação sobre o(s) modo(s) de vida aqui chamados de mariscadores regendo-se muitas vezes por condutas culturais características; Paul Claval assim se refere:

Na maioria das sociedades arcaicas, não existe uma moeda objetiva para medir assim a adequação do que é oferecido e do que é procurado. Os termos da troca são geralmente costumeiros. A relação de doação e contradoação que constitui a forma mais freqüente de troca no mundo primitivo constitui equivalências entre bens e serviços muito variados, mas sem buscar realizar ajustes imediatos; bem ao contrário. Ela tem por objetivo criar, entre os membros da sociedade, uma rede de obrigações recíprocas. Estabelece, portanto, uma ponte entre os diversos momentos da vida do grupo e dá uma certa segurança aos que são credores. É sancionada, além das compensações materiais que chegam cedo ou tarde, pela acumulação de prestígio em proveito dos que praticam o jogo social com maior habilidade, generosidade e altruísmo.[...] A relação de doação e contradoação é capaz de unir de maneira muito sólida os membros de toda uma comunidade; os laços que cria são à prova de tempo, como os criados pela confiança – que, aliás, ela subentende, e que contribui para instituir. Infelizmente, ela só se pode desenvolver entre pessoas que têm a mesma escala de valores, a mesma maneira de comparar as coisas e os atos. Ela é interna às áreas culturais compreendidas no sentido de conjuntos que compartilham das mesmas ideologias e dos mesmos códigos sociais. Dentro dessas áreas a relação só é eficaz na medida em que podemos desfrutar a moeda invisível do prestígio: esta viaja mal, pois só adquire significação quando lemos, na deferência de todos, a nossa realização na ordem dos valores recebidos- em geral ela não ultrapassa os limites locais. (CLAVAL, 1979, p. 48).

O presente trabalho centrou-se no espaço envolvente em relação à margem norte do estuário e na Etnogênese Tupiniquim. Esses territórios, fora das Terras indígenas podem-se considerar de amortecimento cultural constituído por populações etnicamente e culturalmente cada vez menos indígenas conforme nos afastamos das aldeias. Atrás foi referido que o Piraquê-açu tem sido uma região fornecedora de pessoas ao seu exterior. Podendo-se dizer que desde sempre, e até hoje, índios saem do Piraquê-açu para as populações envolventes.

Se os Tupiniquins em sua Etnogênese gradualmente ampliaram seus territórios, e os Guarani também se reteritorializam em um processo conjunto longo de anos, (Maracci 2008), encontramos, no estuário, também populações que vivem, em suas margens com modos de vida tradicionais dependentes da biodiversidade proporcionada pelo Piraquê-açu. Essas populações consideradas não indígenas, mas com laços de parentesco com eles, são dependentes de uma qualidade do ambiente ecológico, que pelas relações envolve: o mar próximo, a bacia hidrográfica e as imediações ao estuário, espaços esses sujeitos a um processo de urbanização, industrialização que pode comprometer a qualidade ambiental e indiretamente “asfixiar” essas populações Tupiniquim, Guarani e de manejo tradicional do Piraquê-açu. Afinal quem é o responsável pela degradação. Para alguns é o capitalismo, para outros o mercado. A sociedade de consumo? Um modelo de desenvolvimento? Na ótica deste trabalho são; principalmente, os habitantes/residentes conforme Ruy Moreira descreve.

Indiviso, impreciso e vago no seu rosto, há assim um homem que remete sempre à idéia de ação, que a geografia entretanto não consegue definir em sua condição de ser ou de sujeito. Embora curiosamente possa acompanhá-lo e mesmo determiná-lo em sua movimentação. Por isso aparece ele sob um mimetismo estranho e multifacético: é o **homem fator antrópico**, que degrada a natureza com suas atitudes irracionais de destruição; o homem estatístico e consumidor incontinente de recursos escassos e esgotáveis; e o homo economicus, que transforma a natureza em produtos por meio das suas atividades. Um homem que está, porém não é no mundo. É atópico, pois não está na natureza e não está na sociedade, estando ao mesmo tempo onipresente do ponto de vista físico em todos os ramos da geografia, (grifo nosso) (MOREIRA, 2006. p. 119).

É esse homem antrópico que está por detrás do eucalipto, do esgoto, do descaso. É o homem sem rosto num mundo sem espelhos onde o outro é que faz e acontece. Esse homem fator antrópico aparece quando se lhe tira a máscara, e se descobre

que ele é o que envolve o Piraquê-açu, é também o das localidades próximas. De modo contínuo e contíguo são as bacias hidrográficas que nele desembocam e as populações dessas bacias. Há também o homem antrópico⁵³ com e sem rosto da Grande Vitória, o turista e o outro.

Novas perspectivas se procuram para o Homem, para os Homens, para as Mulheres, para os seres humanos, para a cultura, para as culturas, para o futuro. A rede, a teia, padrões entrelaçados, os caminhos de saída do “labirinto” se buscam, uma delas parece ser o Multiculturalismo.

O multiculturalismo compreende uma relativização mútua e recíproca das perspectivas em confronto, defende a idéia de que as diversas culturas devem perceber as suas limitações no cotejo com as respectivas alteridades, e devem saber reconhecer-se no estranhamento. Enfim, devemos estar preparadas para novas formas de interação abertas para transformações que devem ocorrer em termos menos assimétricos do que os até hoje vividos. Propondo e agindo em nome de relações com bases mais igualitárias, o multiculturalismo é inseparável da crítica de supremacias e, portanto, traz intrínseca a crítica do eurocentrismo. (XAVIER apud SHOHAT, 1994 p. 13).

Esse multiculturalismo é consequência de 480 anos de resistência e de cinquenta anos de luta pela posse da terra. Nada foi dado, tudo foi tirado e parte reconquistado. O confronto, o atrito o estranhamento é mais a regra que a exceção. O Multiculturalismo não coube nas mentalidades reducionistas ao uniforme, imposto desde o Jesuíta e muito em voga conscientemente e inconscientemente até hoje. Não é uma outorga, mas sim um espaço arrancado a ferros, a liberdade nunca é dada, sempre conquistada.

4. 4 A (RE)TERRITORIALIZAÇÃO RECENTE DAS COMUNIDADES INDÍGENAS NO PIRAQUÊ-AÇÚ – ARACRUZ (ES)

As populações indígenas são Tupiniquim e Guaraní tendo os últimos chegado à região do Piraquê-açu depois de uma longa migração de décadas (1967). Os

⁵³ Resultante basicamente da ação do homem (diz-se de solo, erosão, paisagem, vegetação etc).

Tupiniquins que moram atualmente nas aldeias são pessoas que sempre moraram na região, apenas algumas famílias vieram de aldeias que já não existem mais⁵⁴.

As diversas aldeias mantêm uma personalidade diversa entre si, onde valores hibridizadas em tempos e escalas diferentes operam. As diferenças parecem ser bem digeridas internamente como já referia Maria Inês Ladeira ainda que especificamente sobre os Guarani.

A origem (geográfica e familiar) e a orientação religiosa também apontam diferenças inclusive de expressões lingüísticas, dentro de uma mesma aldeia ou dentro de um mesmo grupo local, o que pode acarretar discriminação ou valorização, favorecendo ou inviabilizando casamentos e reciprocidade. A identificação de famílias pertencentes a uma mesma parcialidade não é, portanto, homogênea. Também o contexto regional (político, econômico e ambiental) onde se insere a aldeia e a relação de contato com a sociedade envolvente, estabelecida pela chefia política e religiosa, contribuem para definir, em cada comunidade, um modo peculiar de comportamento. (LADEIRA, 2001 p. 66).

As principais localidades indígenas são Caieiras Velhas, Boa Esperança, Comboios, Irajá Pau Brasil e Três Palmeiras selecionadas pelo número de seus habitantes. Há um processo de desmembramento de aldeias como consequência de estratégias de ocupação do espaço para sua legitimação frente à sociedade envolvente assim como um natural desmembrar de “famílias” necessário ao seu tradicional modo de vida. Algumas das dificuldades são abaixo referidas:

Muitas foram as vicissitudes por que passaram as comunidades indígenas do Espírito Santo ao longo de séculos de dominação, escravidão e compulsões de variada natureza. Desapareceram nomes tribais, alguns desses remanescentes diante dos nacionais negavam-se mesmo a identificar-se como indígenas: assumiam o nome de caboclos, para mais facilmente ficarem à margem da discriminação, do preconceito e do estigma trazido pelo nome índio. Mesmo assim, entretanto, sabiam-se “diferentes” da sociedade nacional e por ela eram vistos como um segmento distinto. Ora, mantinha-se diluída a consciência de indianidade. Mantinha-os unidos, no entanto, a sociedade grupal, alguma persistência de traços culturais indígenas. Quando se tratava de serem menosprezados pela sociedade envolvente eram chamados de índios e, como tais, vistos sob a luz do estereótipo costumeiro: bêbados, indolentes, arruaceiros (MARCATO apud Loureiro, 2006, p. 139)

⁵⁴ Existiam mais de vinte aldeias indígenas. Citamos algumas Amarelos, Ambu, Areial, Baiacu, Barra d'ão Sahy, Braço Morto, Canta Galo, Cavalinho, Concheira, Garopas, Guaxindiba, Laginha, Morcego, Morobá, Olho D'Água, Peixe verde- ficava do outro lado do rio Piraquê-açu, Piranema, Putiri, Rio da Minhoca, Rio da Prata, Rio Quartel, Rio Sol, São Bento, Sapê do Macaco, Sauaçu, Araribá, Batinga, Lancha, Destacamento, Jurumim- onde hoje é o Novo Irajá e Virajá- atual Irajá. (resgatando a memória e a tradição Tupiniquim, Educadores [Tupiniquim]).

A Tabela abaixo nos fornece um quantitativo instantâneo das populações Tupiniquim e Guarani. Fora da Tabela se fornece a população estimada da aldeia de Comboios, Como populações aldeadas atinge-se o numero de aproximadamente três mil. A esses três mil correspondem outros, geralmente familiares moradores em cidades próximas, Assim a etnogênese Tupiniquim e a reterritorialização Guarani têm uma expressão numérica maior do que somente as populações residentes nas aldeias indígenas.

Aldeia	nº de Famílias	Sexo		Total Geral
		M	F	
C Velhas T	313	599	562	1161
Irajá T	124	257	215	470
Pau Brasil T	111	221	237	458
Boa Esperança G	23	39	52	91
Três Palmeiras G	32	91	57	148
Piraquê-açu G	9	10	11	21
Olho D'agua M	3	13	8	21
Areal T	12	21	16	37
Total	627	1251	1158	2407

Tabela 01: População indígena T (tupiniquim) G (Guarani) M (misto)
Fonte: FUNAI (2009)

Comboios, aldeia Tupiniquim, não estão mencionados os números da população na tabela acima porque os mesmos não foram fornecidos. Por estimativa baseada no crescimento da população com base em dados de censos anteriores, situam-se entre 450 e 500 indivíduos.

Os Tupiniquins do Piraquê-açu, circulando nos estreitos limites de Vitória ao rio Doce apresentavam-se à década de sessenta menos conscientes de sua indianidade, compartilhando muitas técnicas produtos, crenças, próximas das populações envolvidas com quem dialogavam, estando todos integrados historicamente nos fracos circuitos comerciais do Piraquê-açu alimentados, principalmente pelo pequeno comércio de Santa Cruz e, no caso dos índios sujeitos a trabalho compulsório, fatos referidos em Biard. Essa divisão ou espacialização abaixo referida centrada no mangue outra na agricultura, corresponde a estratégias

na interação com o meio e as técnicas para explorá-lo, o que correspondem de um modo embrionário a modos de vida diferentes produzidos pelo meio cultural Tupiniquim em sua interação.

Há diferenças significativas entre as comunidades Tupiniquins do Município de Aracruz. Elas podem ser observadas, tanto nos dias de hoje quanto nas entrevistas que procuram discorrer sobre o cotidiano da produção e do consumo no passado (ver especialmente FUNAI, 1944). Essas diferenças se expressam social e ecologicamente em a) uma sociedade caçadora e coletora: os habitantes das aldeias que ficavam perto do manguezal e do leito do estuário do rio Piraquê-açu afirmam que sua atividade consistia essencialmente na pesca, coleta de mariscos e na caça de animais de rios e de estepe, como quatis e tatus, e b) Uma sociedade agricultora caçadora: No interior do município, uma parcela dos entrevistados afirmou que plantavam para tirar seu sustento e trocavam o excedente com outras comunidades ou vendiam nas vilas como Santa-Cruz, Vila do Riacho ou mesmo Aracruz. Tal era o caso da farinha de mandioca, principal produto beneficiado. (SILVA, S. J. 2000 p. 79)

Situada na restinga,⁵⁵ Comboios, com aproximadamente 500 elementos de etnia Tupiniquim, a sua história segundo algumas fontes consultadas se conecta ao caboclo Bernardo, que é um herói local agraciado pelo imperador em 1887⁵⁶. Conforme Antonio Estigarríbia, inspetor do SPI do Espírito Santo nos relatórios de 1912 e 1916 havia grande numero de índios de língua Tupi mais ou menos civilizados nas lagoas do Baixo rio Doce e no litoral próximo.

A criação da reserva Biológica de Comboios em 1953 abrangia toda a extensão das atuais terras indígenas. O projeto TAMAR assim como os obstáculos físicos constituídos pelo rio Comboios facilitava o isolamento. Já relativamente longe do Piraquê-açu são populações Tupiniquins integrados nas dinâmicas da(s) comunidades indígenas do Piraquê-açu. A conexão das relações entre os índios e o Estado, localmente passa historicamente, por Comboios desde o Império até ao recorte do início das plantações de Eucaliptos (1967).

⁵⁵ O termo restinga têm como início uma formação geológica litorânea que corresponde a uma língua de areia geralmente paralela à costa que geralmente evolui fechando lagoas interiores. Devido ao substrato arenoso, à salinidade consequência de ser praia e ainda poder ser incluída no estirâncio, as condições violentas mecânicas e climáticas esse termo evoluiu para denominar um tipo de cobertura vegetal encontrada nessas difíceis condições.

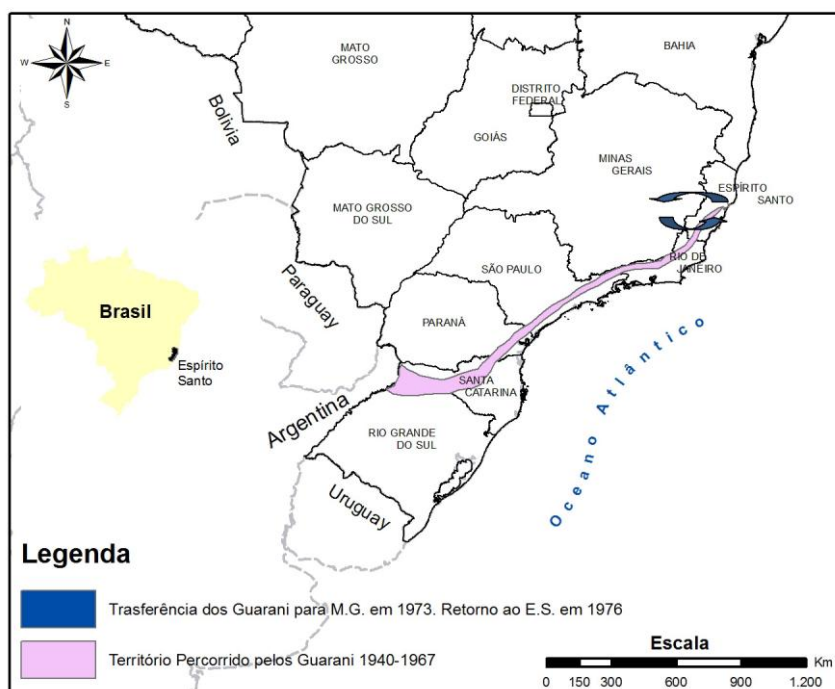
⁵⁶ Em 1887 Bernardo José dos Santos o Caboclo Bernardo vivendo como pescador em Comboios arriscou a vida para salvar a tripulação de um navio escola da marinha imperial em um naufrágio. Recebido na corte pediu como recompensa a doação das terras de comboios para os Caboclos.

A noção capitalista de propriedade privada lida mal com a relativização da posse. O conceito cultural de posse é diferente nas sociedades indígenas do construído historicamente na sociedade ocidental até à atualidade e se a função social da terra não é tão sentida pelas populações urbanas, constitui questão de vida ou morte para as populações Tradicionais que apresentam outras formas de posse daquelas do capitalismo, formas essas relativas, e geralmente destruídas com o avançar do sistema capitalista sobre os territórios.

Como se disse atrás propriedade privada relativa! Se há coisa que o capitalismo não gosta é que se relativise os bens, o capital. Todavia a propriedade tribal, comunal, os coutos, as reservas, os baldios e outras formas que socializem melhor o acesso à terra são, sem dúvida estratégias capazes de contribuir para a qualidade de vida, e eram mais comuns num passado pouco distante numa fase menos “avançado” do Capitalismo. Alocar espaços, territorializando-os, em tipos de propriedade não inserida nos moldes capitalistas é vantajoso, não só para as populações tradicionais como para a população em geral, na maioria das vezes constituindo tal uma opção estratégica válida.

Em referência aos Guarani, a mais importante minoria do cone sul conforme informação verbal de Celeste Ciccarone, deve-se compreender a realidade territorial atual como uma reorganização do caos provocado pela conquista/colonização. Acompanhemos Celeste Ciccarone no esclarecimento abaixo;

Da mesma forma, delimitar, ao fim deste estudo, os movimentos migratórios da metade do século XIX significa contextualizá-los segundo a historicidade da memória indígena, como narrativas de lugares. A memória da migração é uma memória mítico-histórica de multilocalidade que remete à experiência do sujeito e é permeada pela dramaticidade da desordem identificada com a invasão das terras, exploração, perseguição e epidemias desencadeadas pelas frentes colonizadoras que tornam sempre mais precária e inviável a perpetuação do modo de vida buscado vê representado nos cenários narrativos da vida na “ilha”, símbolo da existência da sociedade isolada do mundo dos brancos. A migração configura-se como um processo de desterritorialização. Multilocalidade equivale não somente a pluralizar as experiências, mas também a construir a rede de comunicação permitida pela mobilidade (bens, palavras e cônjuges) entre os lugares percorridos, o que torna difícil isolar um único movimento migratório como se fosse um fenômeno separado de um fluxo de movimentações desencadeadas pela desordem e que apresentam entre si uma articulação interna estruturada pelos laços de parentesco. (CICCARONE, 2001, p. 241).



Mapa 10: Percurso dos Guarani de 1940 a 1967

Fonte: Campanha Internacional pela demarcação de terras indígenas Tupiniquim.

O mapa abaixo assinala o percurso de um grupo de indígenas Guarani que corresponde aqueles que se fixaram junto aos Tupiniquins.

Celeste Cicarrone nos apresenta essa visão de espaço dinâmico que o povo Guarani têm, As populações Guarani Mbya apresentam relações com múltiplas aldeias Guarani localizadas em outros estados, onde a noção de pertencimento a um espaço é fluida assim transformando essas populações em permanentes coletivamente mas fluidas individualmente. O artesanato constitui uma fonte de renda importante nas comunidades índias, com mais relevância entre os indígenas Guarani. Há indícios de dificuldades econômicas maiores nos Guarani se comparados aos Tupiniquim, assim como no domínio da língua Portuguesa por alguns indígenas Guarani, conforme se pode constatar no trato com eles.



Figura 18: Artesanato Guarani

Fonte: Site de turismo de Aracruz.

Os Tupiniquins em número bem maior e culturalmente mais influenciados pelas populações e culturas exteriores têm, pelo menos os jovens, os Guarani como referencial na preservação de sua cultura, fatos observados em entrevistas, a Etnogênese, onde os adolescentes atuais serão as populações adultas de amanhã, na sua interação, escolhem referências culturais que assumem o papel de sinais identificadores.

Os territórios indígenas já demarcados têm as maiores densidades populacionais nas aldeias de Caieiras e Irajá (mapa 01) ao longo da rodovia Primo Bitti. O limite sul considerado neste trabalho corresponde ao atrás referido manguezal de grande extensão o Piraquê-mirim e sua margem a sul, ainda que não sejam populações indígenas, apresentam parcelas significativas de sua população com modos de vida tradicionais interligados ao manguezal com relações de parentesco, em muitos casos com as populações Tupiniquins. De um modo geral as populações indígenas têm recuperado demograficamente assim como existe o retorno de Tupiniquins que se encontravam dispersos, como migrantes em localidades fora dos territórios indígenas. Questões de direitos, como a da opacidade, remetem a reflexões sobre limites:

Concordar não apenas com o direito à diferença mas, além disso, concordar também com o direito à opacidade, que não é o fechamento em uma autarquia impenetrável mas a subsistência em uma singularidade irreduzível. As opacidades podem coexistir e convergir, urdindo tecidos.

Para entendê-las realmente, deve-se focalizar a textura da urdidura e não a natureza de seu componente. (GLISSANT apud MIGNOLO 1997, p.190).

Para as populações indígenas o mega empreendimento Aracruz Celulose teve um impacto esmagador, seu modo de vida baseado em parte numa relação estreita com as matas “naturais” viu não só esse modo de vida recuar com a alteração do seu espaço tomado pelos eucaliptos, mas também pelo desaparecimento de algumas “aldeias” indígenas ilhadas pelos eucaliptos “abandonadas” de um modo pouco claro em razão de decisões judiciais sobre posse da terra até a atualidade.

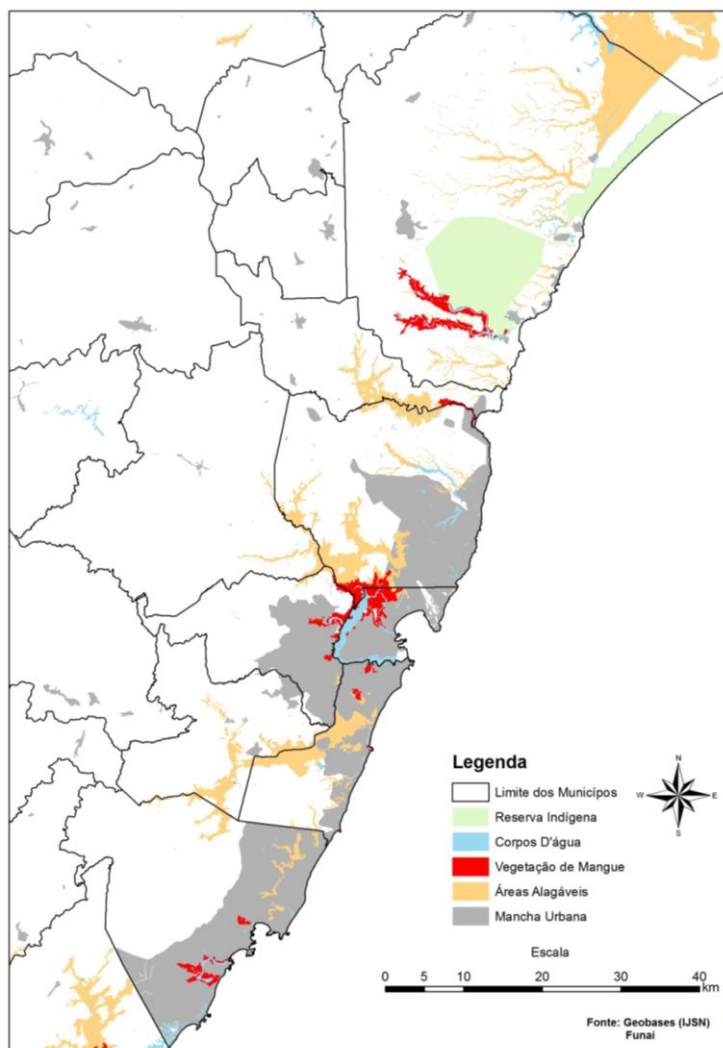
Sem a intervenção de órgãos de proteção ao índio, suas lutas apoiadas pelas redes e movimentos sociais, suas terras desapareciam à voracidade de pecuaristas e agricultores locais. Aqui, os Resistentes superaram os rótulos de remanescentes ou emergentes e numa conjuntura tornada possível, vivem o hoje com propostas próprias, tendo a fixação da companhia Aracruz Celulose (Fibria) tornado possível que o opositor dos índios fosse uma empresa com assalariados e não dezenas, centenas de posseiros e colonos que por hipótese, seriam mais difíceis de “com” “vencer” pelas populações indígenas.

A fundação da aldeia de Piraquê-açu Guarani, constituiu um desdobramento do enfrentamento entre as populações indígenas e a maioria da população de Santa Cruz contra o estabelecimento nas proximidades de uma empresa (Totham Mineração) para a exploração de algas calcáreas no mar próximo. Aldeia essa que se mantém na atualidade.

4. 5 AS COMUNIDADES INDÍGENAS E A APROXIMAÇÃO DO URBANO AO PIRAQUÊ-AÇÚ

No mundo atual há um continuado esvaziamento dos espaços rurais de suas populações que continuam demandando as cidades. No Brasil esse esvaziamento está quase completo e começa-se a ver o avançar das características da urbanidade sobre o campo como já é fato na maioria dos países desenvolvidos. Assim, mesmo quando esse esvaziamento não é físico, muitas das características dos modos de vida não urbanos tendem a recuar, é o fim do camponês ou pelo menos de uma

forma de campesinato. A tecnosfera e a urbanidade cercam o Piraquê-açu a norte e a sul, daí que a relação com o outro se realiza e realizará cada vez mais dentro de um contexto urbano. Essa tendência forte no entorno, justifica a análise da urbanidade do Piraquê-açu conforme se pode observar no mapa apresentado de seguida.



Mapa 11: Litoralidade e Mancha Urbana
Fonte: Geobases (IJSN), FUNAI (2010).

A mancha urbana da Grande Vitória prolonga-se paralelamente ao litoral com um incremento de mais de 2% ao ano, estando o percurso na atualidade, junto ao mar já com feições urbanas constituídas, dominando na paisagem entre Vitória até Coqueiral de Aracruz. As regiões alagáveis constituem barreiras dificilmente ultrapassáveis pela mancha urbana operando-se a densificação da população do litoral para o interior assim como algumas plantações de eucaliptos barram o desenvolvimento de bairros. Por outro lado Aracruz, Coqueiral e mesmo Santa Cruz

constituem degraus na urbanidade, Centros e sub-centros, que servem as populações do Piraquê-açu.

Grande Vitória	População	Fundação	Área Km ²
	17750000		2331
Fundão	16000	1933	287
Serra	408000	1875	552
Vitória	326000	1551	95
Viana	65000	1862	311
Vila Vilha	425000	1535	218
Cariacica	395000	1890	273
Guarapari	110000	1679	599

R.M.G.V / Total:

Tabela 02: População da Grande Vitória

Fonte: IBGE

A Grande Vitória desproporcionalmente comprida e estreita paralelamente à costa e cortada por obstáculos naturais isola sua metade norte da sul por falta de conexões capazes de interligar toda a região metropolitana.

A realidade dessa fronteira urbana que envolve o Piraquê-açu num abraço perigoso crescerá, cada vez mais perto. A região Estuarina possui as localidades de Caieiras, Irajá, Novo Irajá (que são juntas), Santa Cruz, Baiacu, Lajinha, Santa Rosa. Nestas localidades vivem aqueles que trabalham diretamente no estuário ou no mar próximo ao estuário, caso de Santa Cruz, única localidade com características próxima das de uma cidade. Santa Rosa é o nó do passado das ligações do Piraquê-açu, por onde transitava a única estrada que conectava o litoral norte de Vitória ao interior.

Há assim um conjunto de localidades onde se concentram as pessoas que vivem do Piraquê-açu e uma urbanidade que se integra na malha urbana municipal e da Grande Vitória. No que segue será feita uma breve e panorâmica apresentação acerca de cada localidade do Piraquê-Açu.

Em relação a Santa Cruz, sem dúvida, uma das localidades mais importantes à margem do Piraquê-Açú, caberia destacar que ela foi o principal o principal foco

urbano, durante aproximadamente quatrocentos anos (Rocha 1971) no território do atual município de Aracruz, sendo ainda por esta localidade que se deu o início da colonização italiana da região nos finais do século XIX, fato histórico da imigração Italiana no Brasil, que atravessou a margem sul do Piraquê-açu, e na formação da população municipal.

Perdeu a posição de sede municipal na década de cinqüenta do século passado e desde então não acompanhou o desenvolvimento urbano do município apresentando na atualidade um comércio semelhante ao de um pequeno bairro exceto no quesito turístico, onde pousadas e restaurantes fazem-se mais presentes.



Figura 20: Igreja de Santa Cruz⁵⁷
Fonte: Biard em Levy Rocha 1980 P.128.

As principais fontes históricas brasileiras e estrangeiras que deixaram relatos conhecidos concentraram a sua atenção no Piraquê-açu e na igreja (Nossa Senhora da Penha), que durante longo tempo teve a sua construção limitada à sua frente conforme desenhos acima. Tal fato peculiar constitui uma referência histórica significativa, rastreável a quem pesquisa Santa Cruz e a região.

⁵⁷ A Construção da parte da frente da igreja sem a conclusão da mesma foi um fato folclórico, pitoresco notado por muitos viajantes e retratado como acima, mesmo ao terminar a obra foi preservado esse detalhe do corpo da igreja em relação a sua parte frontal.

A presença de mansões e casas de alto padrão é muito importante pela sua quantidade, no núcleo central assentado sobre a planície quaternária e espremido entre a falésia dos sedimentos Barreiras e o estuário, população, essa pouco conectada com os habitantes locais de longa data, constituindo uma heterogeneidade não harmônica ao tecido social local.

A população residente, assim como dos “bairros” próximos é estimada em 5000 habitantes com uma população de final de semana, usufruindo sua segunda habitação, muito significativa. No Verão o turismo cresce, as praias aumentam sua frequência, o comércio se anima. Temporada curta, mas importante para a localidade. A atividade da pesca e sua cadeia de serviços é significativa economicamente para a localidade.

A literatura consultada apontava para as dificuldades nas relações entre os grupos étnicos considerados, que se mostravam convivendo mais próximos na localidade de Irajá. A informação abaixo constituía uma referencia sobre o convívio inter-étnico em condições que se assemelham a Irajá;

O convívio direto com sertanejos em aldeias comuns, que tantas vezes fora e ainda é apregoado como o único meio de “civilizar os índios” não levava a este resultado. Ao contrário em cada uma delas se defrontavam índios e sertanejos separados pela tenaz hostilidade, embora pouco se diferenciassem uns dos outros, racial e culturalmente. As raízes desta animosidade se encontravam nos conflitos pela posse da terra, na exploração a que estavam sujeitos os índios, no preconceito arraigado contra tudo que lembrasse os costumes tribais (RIBEIRO, 1970, p. 51).

A localidade de Irajá, por sua vez, apresenta-se como uma aldeia longilínea acompanhando o percurso da rodovia inclinando-se para sul, descendo um pouco o rebordo do tabuleiro próximo ao manguezal do Piraque-açu logo abaixo. Esta localidade é referida por seus habitantes como tendo duas partes, Irajá, e Novo Irajá. A primeira corresponde à parte indígena enquanto a segunda conhecida como Novo Irajá ou Irajá dos brancos, na fala dos próprios habitantes, é habitada por não indígenas. Essa separação não é assim tão rígida em termos étnicos conforme informação de Jacieli Pego Índia Tupiniquim.

Trata-se, como foi possível observar em visita de campo, de um povoado de ruas recém infra-estruturadas com bermas e calçadas. Ruas alinhadas principalmente do lado sul da estrada, sem visão de roçados junto às casas. Em entrevista a Luis Fernando Meier ex - presidente da Associação de Moradores de Irajá e fundador da Associação de Pescadores catadores e mariscadores; pessoa de quarenta e poucos anos, líder comunitário, foi informado que a referida Associação dos Trabalhadores do Mangue está parada, mas chegou a ter 154 famílias cadastradas somente no Novo Irajá (parte não índia da localidade) de um total de 624 famílias. Tais números são 25% do total de famílias. Por estimativa, de acordo com Luis Fernando Meier, há aproximadamente 3000 habitantes de Novo Irajá com 980 eleitores. Assim, 25% de pessoas dependentes do manguezal, somente em Irajá corresponde a 750 do universo referido de 3000 habitantes em Novo Irajá.

O convívio entre as duas partes de Irajá foi referido como bom, sem conflitos. Quando inquirido sobre as modificações introduzidas pela inauguração do asfalto da Rodovia Primo Bitti (estrada paralela ao Piraquê-açu, braço norte), ele referiu que para além do trânsito ter aumentado favorecendo a venda direta entre o catador e o consumidor dos produtos do mangue, aumentando a renda local, o asfaltamento da referida estrada permitiu que as firmas pudessem entrar na localidade para pegar trabalhadores para as obras e manutenção das unidades industriais instaladas na região favorecendo desse modo os habitantes de Irajá e Caeiras pelas oportunidades de trabalho, segundo sua opinião.

Tais afirmações parecem contradizer a citação inicial sobre Irajá atrás transcrita de Darcy Ribeiro sobre o convívio entre a população nacional e os indígenas, devemos considerar que os Tupiniquins tinham sofrido um amplo processo de desaculturação controlada direta e indiretamente pelos Jesuítas assim como de alterações da dinâmica cultural própria, assim a dualidade da identidade do índio e do caboclo correspondiam a estratégias de sobrevivência e convívio relativamente à população circundante. Assim mesmo as queixas derivadas da incompreensão mútua são uma realidade, informação fornecida por Wackson, morador em Irajá e mesmo daqueles que compõem famílias mistas constatado em entrevistas.



Figura 21: Índia de Irajá, em feira semanal, vendendo marisco.
Fonte: Acervo e realização do autor 2009.

Todos os sábados, trazidos pelo ônibus, populações indígenas e não indígenas de Caieiras e Irajá vendem produtos do mangue em sua maioria caranguejos e ameijoas na feira de Aracruz. Aproveitam também para fazer algumas compras. São aproximadamente vinte a trinta pessoas em sua maioria mulheres de todas as idades.

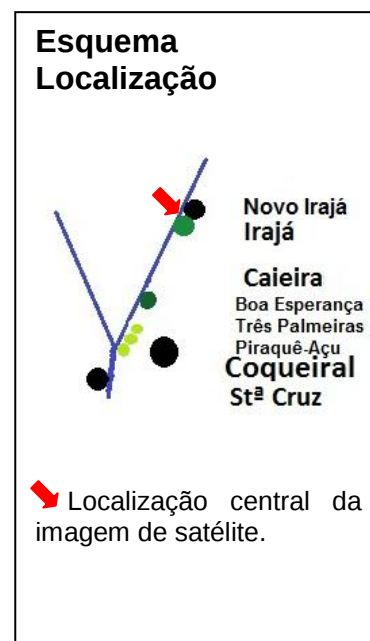
No verão, com a demanda acrescida pelo turista, maior numero de locais se dedicam ao trabalho no mangue e chegam catadores de outras regiões que ao final do verão saem da região conforme informação em entrevista com Luis Fernando Meier. No estudo sobre as Ilhas Galhetas (FLORÊNCIO, 2005) a apanha do sururu dos costões recebia um reforço de mariscadores na época da semana santa, os quais não exerciam naquele território permanentemente a apanha do sururu também conhecido como mexilhão.

Há uma espacialidade de venda direta do produtor ao consumidor. Por todo o entorno do Piraquê-açu é visível a venda, notadamente nos sábados, O melindre da mercadoria (caranguejo), que deve ser vendida viva, limita o alcance desse comércio.



Figura 22: Aldeia de Irajá.

Fonte: Google. Em escala de aproximadamente 1:5000.



Esta montagem de fotos aérea de Irajá e Novo Irajá representa uma aldeia em formato de espinha ao longo da via de circulação que no caso é a estrada. O braço norte do Piraquê-açu vê-se com manchas extensas de manguezais. Deve-se reparar que estamos a aproximadamente dez quilômetros da “foz” do Piraquê-açu. Uma lagoa em um vale mal drenado é visível a leste reforçando a “umidade” do território. É visível uma divisão da aldeia onde a oeste em direção a Aracruz há um maior adensamento com quadras fechadas enquanto a leste as características urbanas se concentram na própria rodovia.

A localidade de Caieiras se apresenta com amplo desenvolvimento urbano, adensando-se na atualidade, apresenta ainda a cara rural dominante. Com uma população de 1200 habitantes, para mais. As muitas construções, em sua maioria de qualidade boa, e a aparência geral de prosperidade, a arrumação geral dos lotes com muitos pequenos pomares e hortas reforça a personalidade diferenciada da localidade. Sua história já longa é rastreada historicamente conforme:

Dentre os aldeamentos jesuítas no Espírito Santo destacamos a Aldeia Nova (hoje Santa Cruz, distrito da cidade de (Aracruz), fundada pelo jesuíta Afonso Brás em 1556, e a vila dos Reis Magos (hoje o distrito de Nova Almeida), que, a partir de 1580, passou a abrigar parte da população de Aldeia Nova, que entrou em decadência devido a um ataque de formigas que destruiu as plantações e de um surto de varíola. Quanto aos índios que permaneceram na Aldeia Nova, acredita-se que teriam atravessado o rio

Piraquê-açu, fixando-se próximos à outra margem do rio, lugar que mais tarde seria conhecido pelo nome de Caieiras Velhas. (MARCATO apud LOUREIRO, 1980, p. 103).

Nas pesquisas realizadas sobre a região, sempre Caieiras era referida. Tal nos leva a constatação de que é um dos povoados bastante antigo e permanentemente ocupados no estado, interligando-se a Santa Cruz.

O nome da histórica aldeia Tupiniquim tem sido grafado de formas diversas, principalmente como “Caeiras Velhas” e “Caeira Velha” (...), Também tem sido observado o uso de “Caeiras Velha” principalmente em mapas e plantas (CRUZ, 1997, p. 97).

O nome de Caieiras ou suas variações remetem à atividade econômica de fazer cal onde os concheiros ou sambaquis forneciam a matéria prima. Tal atividade econômica típica dos povos Mediterrâneos e afins consistiu em uma atividade importante na colonização sendo muito comuns os topônimos ligados a ela como o da ilha da Cal na Baía de Vitoria. Este indício fortalece a comunicação das populações historicamente situadas às margens do Piraquê-açu em detrimento de seu isolamento. As festas associadas ao Congo⁵⁸ são um exemplo de hibridismo cultura existente em muitas partes do Espírito Santo e presentes em Caieiras como referência cultural:

E o pátio da Igreja de São Benedito é uma espécie de eixo em que ocorrem as festas coletivas católicas, reuniões e festas de Santo, e mais recentemente, pátio para pregação dos pentecostais. Embora a área indígena seja referida como uma só os moradores se consideram autônomos dentro de suas respectivas aldeias (SILVA, S. J. 2000 p. 72)

A centralidade do religioso com o profano se percebe no espaço. São o comércio, o ponto de ônibus e algumas instituições do governo que se afirmam com a urbanidade observável em Caieiras e se adensando. Processo esse crescendo na localidade com raízes no passado conforme se pode deduzir abaixo;

A desintrusão dos “posseiros”, feita pela FUNAI em 1983, criou um volume grande de casa desocupadas. Nesse mesmo período, o cacique José Seseando fez um pronunciamento num telejornal para que os “antigos do lugar retornassem às suas origens e ao seu povo”. Algumas famílias já estavam retornando nesse período e ocuparam casas muito próximas ou fabricaram outra nas imediações. A volta às aldeias deu-se pela rede de

⁵⁸ Uma das tradições mais antigas registradas sobre os índios Tupiniquim de Caeiras foi uma banda de congo já mencionado por Biard.

parentesco, e podemos registrar inicialmente a volta da pessoa mais velha do grupo familiar e posteriormente dos filhos casados e seus cônjuges. Surgiram ruas com nomes de famílias: Rua dos Pintos, dos Pegos, dos Pajehus e dos Sosenandos, na medida em que os casamentos se multiplicavam. Algumas dessas famílias têm suas roças bem perto de suas casas, mas outras tiveram que “pedir” terrenos fora desse perímetro para seus roçados. De maneira geral, não é possível entender o plano da aldeia sem essas considerações gerais, pois elas são fundamentais para vermos “no espaço” como estão articulados os grupos familiares. (SILVA, S. J. 2000, p. 75)

Outra localidade do Piraquê-Açu é Coqueiral, que nasceu durante a construção da fábrica na segunda metade da década de 1970 para abrigar os técnicos/operários necessários ao normal funcionamento da fábrica. A estrutura de bairro industrial se mantém até hoje com crescimento comercial que disputa o lugar de segundo mais importante do município. Seus habitantes se conectam a Grande Vitória e à fábrica acompanhando a costa preferencialmente, do que à sede Aracruz.

Pela proximidade a Caieiras houve no passado forte afluência da população dessa localidade a trabalhos domésticos e de pequenos serviços à população de coqueiral. Atualmente essa dependência se atenuou.

A população de Coqueiral pouco se conecta ao Piraquê-açu e mesmo à sede de Aracruz, somente nos últimos quatro anos, depois da inauguração da rodovia Primo Bitti se ampliaram os laços existentes com Aracruz sede, constituindo a localidade de Coqueiral uma centralidade comercial e de serviços para as populações próximas do Piraquê-açu.

A localidade de Santa Rosa, por seu turno, localizada próximo ao final do Piraquê-mirim (braço sul) constituía o percurso natural da estrada que saindo de Vitória buscava o interior e o norte do Espírito Santo já que o Piraquê-açu constituía um obstáculo poderoso à circulação. Com o desenvolvimento do trânsito pela Br. 101 e a balsa de Santa Cruz que conectava as duas margens do Piraquê-açu junto a Santa Cruz, anterior à construção da ponte que atualmente interliga as duas margens do Piraquê-açu, Santa Rosa entrou em decadência. Localidade com atualmente entre quinhentos a mil moradores no “centro” e nas imediações apresenta um comércio mínimo tendo suas características rurais e agrícolas dominantes. Não se percebe a relação entre a população e o mangue embora ele

seja presente. No relatório final do Projeto Caranguejo encontram-se números expressivos de pessoas que labutam no mangue não detectada essa relação em um superficial trabalho de campo. Há, na atualidade um adensamento populacional entre Nova Almeida e Santa Rosa onde se sente já a presença da Grande Vitória com movimentos pendulares de trabalhadores.

Baiacu corresponde, a algumas casas dispersas, próximas ao braço sul do estuário (Piraquê-mirim) servidas por uma estrada de terra paralela ao referido braço do estuário, a sua localização pode ser vista no mapa 03, Laginha não foi visitada o que é uma lacuna importante visto ser a única localidade situada no espaço entre os dois braços do estuário.

4.6 A ETNOGÊNESE NO PIRAQUÊ-AÇÚ: QUESTÕES POLÍTICAS RECENTES



Figura 23: Momento político na assembleia estadual.
Fonte: MidiaIndependente.org acessado em 17/10/10

As questões que a sociedade nacional é chamada a gerir correspondem aos quantitativos abaixo referidos e a uma diversidade vasta como as 225 sociedades, exigindo políticas diferenciadas, sociedades essas que, atualmente apresentam acentuado crescimento demográfico e uma vitalidade cultural da qual a Etnogênese é um exemplo. As ações da política demarcatória de Territórios para essas

comunidades são consequência de muita luta como a ação local que nos proporcionou o momento político acima retratado.

Conforme levantamentos da Funai, no Brasil vivem hoje cerca de 460 mil índios, distribuídos entre 225 sociedades indígenas, que perfazem cerca de 0,25% da população brasileira. Este dado considera tão-somente aqueles indígenas que vivem em aldeias, havendo estimativas de que, além destes, há entre 100 mil e 190 mil vivendo fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas. Há também 63 referências de índios ainda não-contatados, além de existirem grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto à Funai. (Em: <http://www.funai.gov.br/indios/conteudo.htm#hoje>)

A superfície das 488 terras indígenas, cujos processos de demarcação estão minimamente na fase "DELIMITADA", é de 105.673.003 hectares, perfazendo 12,41% do total do território brasileiro. Outras 123 terras ainda estão por serem identificadas, não sendo suas possíveis superfícies somadas ao total indicado. Registra-se, ainda, que há várias referências a terras presumivelmente ocupadas por índios e que estão por serem pesquisadas, no sentido de se definir se são ou não indígenas. Em (Em: <http://www.funai.gov.br/indios/terras/conteudo.htm#atual>)

A política sempre existiu, da organização tribal com uma chefia difusa de um pequeno grupo aos modernos estados com sociedades de classes, os cientistas sociais sempre encontram uma estrutura de governo e representação de comando, o poder dentro da comunidade.

A ausência de prática política só é possível teoricamente, e as populações indígenas do Piraquê-açu apresentam estruturas de poder hibridizadas entre as das sociedades sem escrita para o das sociedades com domínio da escrita. Tal realidade empurra a memória da palavra escutada do contador, arquivo vivo da memória coletiva, para a palavra escrita, o que cristaliza essa memória em uma forma rígida, que, desse modo, perde os cambiantes pessoais da estória que faz e refaz o mito. Acompanhemos Julian Burger em uma das definições de Povos indígenas;

Povos indígenas são os descendentes dos habitantes de um país antes da sua colonização, cujos direitos ainda não estão plenamente reconhecidos. Há inúmeros aspectos presentes na identificação dos povos indígenas que vão desde o seu relacionamento com o estado-nação a sua própria auto-definição. Os povos indígenas vivem normalmente, em um território específico e tem seus próprios e distintos modos de vida social e cultural. Eles são encontrados em todas as partes do mundo, totalizando quase 200 milhões de pessoas e constituem cerca de 4% da população mundial (BURGER apud SILVA, A. L. da, 1995, p. 111).

A resistência oferecida à colonização é uma constante por parte dos povos indígenas, mas os últimos cinquenta anos constituem um recorte temporal a partir do qual se observa uma mudança de atitude no cenário internacional quanto aos seus movimentos.

Através de suas pressões, os direitos dos povos indígenas vêm sendo, gradualmente, reconhecidos pela organização Internacional do trabalho (OIT) e pelas Nações Unidas. Em muitos países há dispositivos legais nacionais e constitucionais muito fortes que reconhecem seus direitos à terra e à sua própria cultura. Em muitas partes do mundo, no entanto, os povos indígenas estão sofrendo discriminação racial, invasões territoriais, etnocídio cultural e, em alguns casos genocídio. (SILVA, A. L. da, 1995, p.111.).

A dinâmica referida Por Aracy Lopes da Silva se mantém desde a data em que foram escritas as palavras acima. Deve-se pensar que o mundo desde finais da década de oitenta do século passado mudou, e que as populações indígenas mudaram igualmente. A normal substituição das gerações muda os atores sociais. No nosso caso, das populações indígenas do Piraquê-açu, a escolaridade, o domínio das instituições exteriores e do estilo de vida alargou-se, assim como outras alterações em seu próprio modo de vida como; alargamento da esperança de vida.

Não compete a este trabalho tentar medir essa diferença ou distância, basta-nos a consciência desse dinamismo, dessa fluidez da(s) sociedade no tempo e no espaço do Piraquê-açu, na sua adaptação cultural ao meio social que lhe era imposto pelos conquistadores/colonos e seu ambiente cultural e ecológico.

Os povos indígenas do mundo todo têm demandado, de forma crescente, o reconhecimento de seu direito fundamental à **autodeterminação** como o único modo de resolver as ameaças que eles enfrentam. Isto significa reconhecimento e respeito pelos direitos territoriais e culturais desses povos, permitindo que eles assumam o controle do seu próprio destino. (SILVA, A. L. 1995, p.111) grifo nosso.

Vejamos; o uso da palavra autodeterminação associado aos povos indígenas é recorrente nas falas desses povos, assim como as independências de nações reconhecidas oficialmente (pelas Organizações das Nações Unidas) que têm acontecido de modo cumulativo desde o início da descolonização do século XX. São fatos. Assim temos que mais ou menos conscientemente, e exequível há uma etnogênese, na margem norte do Piraquê-açu distinto, para alguns, contrastante em

relação à sociedade “Brasileira”, para outros, com afirmação territorial por povos que buscam uma autodeterminação que lhes foi retirado (o direito) séculos atrás.

Em visita à aldeia de Três Palmeiras (Guarani) numa busca de elementos para a realização desta pesquisa em trabalho de campo foi, logo no início da tentativa de entrevista, advertido por um cacique local que estava arranjando os freios de uma bicicleta; o mesmo mencionou que eu não poderia fotografar nada nem ninguém, que teria de adquirir algum artesanato, que entrevistas só com hora marcada e que os índios estavam fartos de serem usados, e que há quinhentos anos que isso acontecia. Respeitosamente, conversei uns dez minutos e fui embora; realmente um tipo de entrevista tinha acontecido, A luta dele não era somente a da Aracruz Celulose (Fibria), não era contra a política indigenista da República do Brasil ou sequer contra o Império Brasileiro, Realmente essa data mítica 1500 refere a chegada, descoberta, ou início da conquista do Brasil por Portugal. A revolta era contra um inimigo constante⁵⁹ nestes quinhentos anos que quase conseguiu o aniquilamento da cultura dele.

O momento de fragmentação do poder estatal que vêm acontecendo pelo mundo afora, têm sido realizado em sua maioria por pequenos estados. Ilhas que se tornam independentes, nacos de países que se desfizeram e nota-se, acima de tudo a extrema dificuldade do estado-nação em lidar com essas amputações. Ao mesmo tempo em que situações irresolúveis criam o fato político dos novos estados-nação, a maioria dessas potenciais autodeterminações ficam contidas, acalmadas ou sufocadas temporariamente por este mundo afora. A autonomia e a ditadura da maioria sobre a minoria, assim como o uso do aparato repressor do estado são o garante da “estabilidade” usada por muitos estados.

Os minúsculos estados da Europa: Liechtenstein (161 km², 29 000 habitantes), Andorra (466 Km², 64 000 habitantes) Mônaco (2 km², 30 000 habitantes) entre outros se juntaram Nauru (22 km², 10 000 habitantes), Palau (495 km², 16 000 habitantes), tais quantitativos aproximam a nacionalidade a um nível populacional e

⁵⁹ Esse inimigo constante é interpretado como os europeus e o modo de vida ocidental os quais apresentaram muitas realidades diferentes nestes mais de quinhentos anos.

urbano mínimo, Koror, principal cidade do estado independente de Palau, tem somente 11200 habitantes.

Os estados atrás mencionados, nem de longe se comparam às empresas multinacionais pelos dados econômicos. Empresas essas que procuram os menores custos e tentam a “aespacialidade”⁶⁰ que lhes permite a fuga aos tributos dos estados e melhor negociar com o mercado e suas conjunturas político e econômicas de modo a minorar os custos dentro da lógica do mercado. As empresas agigantam-se perante um estado que está à defesa. Pelo seu poder, essas empresas negociam fortemente com o Estado, maximizam as vantagens que seu poder econômico proporciona territorializando os espaços necessários à sua razão de ser para o mercado. O estado, de um modo geral, incentiva. Essa situação localmente foi representada pela Aracruz Celulose (Fibria). Novos parceiros, as O.N.G. e outras formas de organização criam seus espaços em todos os níveis. e sua ação concertada em uma nova lógica de rede cria fatos políticos anteriormente impossíveis, a Rede Alerta Contra o Deserto Verde se destaca regionalmente no ativismo objetivo.

Não estamos com isto dizendo que os quatro mil indígenas Tupiniquim e Guaraní querem a independência, não, estamos dizendo que o fenômeno Etnogênico é da mesma natureza que os processos de autodeterminação provocados pela ação colonial que continua com vigor pelo mundo e que essa possibilidade (o caminhar tendo como paradigma a autodeterminação) é possível em nosso território nacional (Brasileiro) e que os novos meios de comunicação e interação em rede podem dar uma voz a esses povos de formas inesperadas que a sua fragmentação numérica e territorial (no caso dos indígenas brasileiros) quando vista individualmente parece não ter.

⁶⁰ Aespacialidade- corresponde à não existência no espaço. O lugar ou logradouro corresponde ao ponto onde o estado pode tributar uma unidade de produção, seja uma família no passado seja uma empresa no presente. O capital ao se fixar ou transitar em paraísos fiscais corresponde a essa aespacialidade pois se fixa em um lugar não existente (ou quase). As multinacionais ou transnacionais ao separarem a produção por diversos estados países tornam difícil a tributação já que a mais valia é dispersa por muitos locais e etapas. Esta discussão é próxima do não lugar embora diferenciada. A tecnoesfera em rede possibilitada pela revolução das comunicações aumenta em muito a aespacialidade gerando parte da crise do estado nação já que as relações econômicas e sociais, cada vez mais se realizam no imaterial ou cibderespaço.

Há, no mínimo, duas políticas que canalizam as estruturas de poder dentro das comunidades Tupiniquim e Guarani, como em comunidades tradicionais relativamente fechadas que estabelecem uma fronteira. A política interna para consumo dos iguais e incluídos e a política para relacionamento e uso com o exterior à comunidade.

O recorte com significado e procurado para e pelas populações Tupiniquins, que são o núcleo da “Etnogênese” em andamento, atrás referido. É exterior às referidas sociedades. Elas sempre lutaram pela sua cultura e território, todavia encontramos esse novo ponto de partida, conectado à etnogênese, desenvolvendo-se inicialmente na ditadura militar, mesmo havendo algumas ações anteriormente desenvolvidas na década de cinquenta. Essa dinâmica social gradualmente levou a sociedade de um modo geral e, o estado a reconhecer como terras indígenas os espaços que hoje constituem os territórios demarcados ao longo de enfrentamentos de décadas.

A luta contra a ditadura militar na década de sessenta e setenta do século passado, congregou, gradualmente jornalistas, acadêmicos e a maioria da população, indiretamente, no apoio à causa Tupiniquim e Guarani, o que, colaborou no nascimento do movimento ecológico estadual organizado, essa junção de esforços mais tarde seriam conhecidos como movimentos sociais que ampliaram sempre, ao longo do tempo, o leque de apoios às ações das populações indígenas, as quais chegaram a 2010 com melhorias e garantias importantes para seus territórios.

Destacamos a contribuição de Rogério de Medeiros⁶¹, Augusto Ruschi⁶² e José Maria Coutinho⁶³ que aparecem como precursores da questão indígena no Piraquê-açu. Conforme Celeste Cicarrone.

⁶¹ Rogério Medeiros jornalista, empresário político e ecologista, teve importante papel na mídia nacional e local quanto à questão indígena ao longo de mais de uma década. Escreveu o roteiro de um curta- metragem em 1979 Caieiras Velhas. Principal intelectual que alavancou as demandas indígenas na fase mais agressiva da instalação da Aracruz Celulose.

⁶² Augusto Ruschi nascido em Santa Teresá E. S. a 12 de Dezembro 1915. Formado em Engenharia Agrônômica e Direito teve grande impacto como Ecologista, botânico e ornitólogo, alcançando reconhecimento mundial pelo estudo e publicações científicas sobre os Beija-flor e plantas a eles associadas. Fundou o Museu de Biologia Professor Mello Leitão e criou a F.B.C.N. Faleceu a 03 de Junho de 1986.

⁶³ José Maria Coutinho intelectual professor universitário escritor, filho de Aracruz exerceu influencia nos debates sobre o município assim como no estudo dos impactos da Aracruz Celulose. Foi

Contra a versão oficial de que “não havia índios no Espírito Santo”, levantou-se, através da imprensa, em 1955, o sociólogo capixaba Renato Pacheco. O autor divulgou a existência daqueles que definiu como “os índios que vestem calça comprida”. O grupo vivia na mesma área em que fora anteriormente localizado por Ruschi, no recém-criado município de Aracruz, e atraía a atenção da opinião pública num grande concurso folclórico de congada realizado por ocasião da comemoração do quarto centenário de fundação da cidade de Vitória. Numa visita à área, R. Pacheco chegou a calcular uma população de aproximadamente 300 pessoas, identificadas como caboclos. Maior que as estimativas de Ruschi da década anterior, a aldeia denominada Caieiras Velhas concentrava grupos familiares progressivamente expulsos dos aldeamentos espalhados pelo seu território original e destruídos com a implantação da COFAVI. No artigo de Pacheco não há indícios da presença de Guaranis; os indígenas segundo o autor, não falavam mais sua língua nativa, estavam misturados com a população local, desenvolviam uma economia de subsistência baseada na pesca e na agricultura de pequenas roças, e sua organização social era regulada pela atuação de líderes religiosos e alianças matrimoniais entre grupos familiares. O artigo se encerra com um apelo que os poderes públicos forneçam assistência e infra-estrutura adequada para a melhoria das críticas condições de existência do grupo (CICCARONE, 2001, p. 289)

A primeira menção onde são referidos como indígenas parte das populações que viviam à margem do Piraquê-açu, mesmo que tenham adotado muitos hábitos e processos técnicos das populações circundantes como é o caso do Índios de calças, apontam para o Sociólogo Renato Pacheco⁶⁴, cinquenta e cinco anos atrás e de Augusto Rushi.

Também houve uma mutação da sociedade brasileira na compreensão de seu espaço e nos direitos de seus cidadãos, oposição a governos sempre houve desde a colonização e não foi por isso que as sociedades tradicionais/nativas conseguiram garantias de uma base física (território). Houve uma inversão quantitativa e qualitativa, inicialmente lenta, em que algumas populações tradicionais conseguiram inverter seu declínio numérico e gradualmente saírem da sombra a que tinham sido empurrados que corresponde aos inícios da sua recuperação numérica e que hoje (2010) se apresenta fortalecida. O IBGE aponta para 734 000 indivíduos que se autodeclararam como indígenas em 2000, contra 294 131 em 1991.

secretário da cultura do município de Aracruz, deixando de o ser em 2009. Escreveu Uma história do município de Aracruz, sendo aguardada a publicação de uma segunda parte dessa obra onde abordará a segunda metade do século vinte no município de Aracruz.

⁶⁴ Renato Pacheco nasceu em Vitória em 1928 e faleceu em Março de 2004. Graduado em Direito e com Mestrado em Sociologia e Antropologia pela escola de Sociologia e Política de São Paulo, foi magistrado, folclorista, professor, escritor e intelectual.

Esses primeiros tempos caminham para a história e para o mito. Não o mito transmitido oralmente, mais plástico, estrategicamente modificado, agora o mito é escrito e assim amarrado. A cultura torna-se escrita majoritariamente. Com eles, acompanhando o mito moderno e dele serem parte; um jornalista, um ecologista e um sociólogo entre outros, colaboraram na pendência entre os Tupiniquins e Guaraní e a sociedade nacional. Se o contexto inicial de combate à ditadura militar foi ultrapassado na década de oitenta, as demandas pelo reconhecimento da posse das terras continuaram com novos aliados, geralmente vindos de vertentes políticas conectadas aos movimentos ecológicos se somaram ao mesmo tempo em que a dinâmica interna das populações indígenas, mantinha uma dinâmica própria de liderança crescente e diversificada, nos diálogos e ações necessárias à Luta pela Terra.

Essas lideranças naturalmente se modificaram na sua relação interior à comunidade e no contato exterior. Cinquenta e cinco anos (desde a publicação de os índios de calças por Renato Pacheco), é algum tempo. Poucos dos que viram a chegada dos Guaraní em 1967 estão vivos. As pessoas são outras nascidas ao longo da luta pela terra. De uma maioria de analfabetos a uma maioria de alfabetizados é uma realidade entre muitas que alteram o cenário na coevolução⁶⁵, das populações indígenas em causa assim como das populações envolventes. Nada parou no tempo, a vida em seu cotidiano se fazia diariamente em diálogos com o espaço, o território no lugar das Margens do Piraquê-açu. A chegada da FUNAI reforçou o sentido da luta. Conforme Loureiro:

Se até então os índios desconheciam suas garantias e direitos, explorados até as últimas consequências pelos ditos civilizados, reconhecidos como índios e como tais sujeitos a discriminações e preconceitos de variada etiologia, desde a chegada da FUNAI à área o panorama se transforma. Isto porque estava em jogo a posse da terra pelos índios, garantida pela legislação federal. Passa-se a manipular o conceito de remanescentes indígena, negando-se a existência daquelas criaturas pelo simples fato de serem aculturados. Não eram mais índios e sim caboclos e posseiros como os demais moradores da região, se bem que até 1975 fossem identificados como indígenas portadores de características capazes de diferenciá-los dos “outros”. De repente, nega-se a evidência, distorce-se a realidade, desde que isto traga benefícios para a sociedade envolvente. (MARCATO apud LOUREIRO, 1980, p.129)

⁶⁵ O termo coevolução é transportado da ecologia por analogia e relaciona a evolução conjunta entre populações indígenas ou de manejo tradicional dos recursos naturais com todas as populações locais.

A presença dos Guarani em seu processo de fixação no Piraquê-açu é referida como catalizador da retomada da consciência Indígena como é mencionada abaixo.

Com relação a esse fato em particular vimos que o curto período de convivência com os Guarani serviu para que toda comunidade tupiniquim tomasse consciência da importância da luta política pelos direitos de permanência na terra que sempre habitaram e, mais do que isso, definisse de uma forma veemente as fronteiras entre o grupo e a sociedade nacional (SOUZA, J. R. C. 2000, p. 83).

Durante a década de sessenta dá-se o contacto entre o um grupo de índios Guarani Mbyá que foi acolhido e passou a viver em uma parte da aldeia de Caieira Velha (Comissão de Articulação Tupiniquim e Guarani, 1996), e como afirma Olindo Tupiniquim

Eles (referindo-se aos Guarani) foram conversando com nós e nós fomos contando a história como que era direitinho. “Essa terra é de vocês, vocês são indígenas”. Nós fomos praticamente logrados pelos posseiros. Se as terras são nossas de direito nós partimos para luta, então nós vamos lutar pelas nossas terras. “Se você for lutar tem direito” (...) Quando o Guarani chegou acabou de fazer influência no nosso trabalho. Aí nós fomos para luta. Lutamos...lutamos... embarcamos brigamos com a Aracruz” (OLINDO apud SOUZA, J. R. C. 2000, p. 83)

À década de setenta a cristalização das forças políticas ganha consistência e consegue-se o reconhecimento, a primeira demarcação. É dessa época, evidentemente com adaptações aos novos tempos que as estruturas internas ganham corpo, assim como a dinâmica recuperadora de territórios que quase trinta anos mais tarde consegue uma ampliação, já de tamanho significativo. acompanhemos Antonio Iasi missionário da CIMI

O principal núcleo de famílias tupiniquins, no momento é Caieiras Velha, diante de Santa Cruz, antiga Aldeia Velha. Em menos de um ano o número de famílias quase duplicou. O líder já autorizou as 68 famílias a abrirem lotes na mata, onde estão também os Guarani. As famílias estão chegando a Aracruz, Barra do Riacho, R. Potiri e Saí (...) informou-nos serem 300 as famílias de tupiniquins residentes na ilha, além dos não índios, o informante talvez se refira a todos os habitantes da ilha, mas de qualquer maneira, algumas dezenas de famílias tupiniquins ali se encontram há mais de 27 anos, quando criada a reserva biológica de Comboios, pelo Estadual de Florestas por Antonio Iasi; Relatório da viagem ao Espírito Santo para estudar o problema das terras dos tupiniquins. (IASI apud SOUZA, J. R. C. 2000, p. 84).

O momento corresponde a uma época em que a abertura do regime militar era real, mas ainda sob controle dos militares (em uma abertura lenta e gradual). Os movimentos mais politizados da igreja dentro do contexto da Teologia da Libertação atingem o seu ponto máximo de visibilidade, já que a proteção da igreja dava alguma segurança aos ativistas que agiam entre o possível e a prisão pelo governo militar. Localmente havia dificuldades em muitas das populações envolvidas em compreender, acompanhemos o relato abaixo:

A respeito dessa dificuldade da sociedade nacional em compreender a especificidade histórica e cultural de cada um desses povos é interessante o relato da indigenista Tânia Silveira, do CIMI-ES, quando observava o sentimento desconfortável gerado nos índios Tupiniquins em função dessa situação: ***“ Porque para os Tupiniquins está colocado isso: eles escutavam dentro do Ônibus, eles escutavam um tanto de gente falar para eles: “Vocês são índios nada! Tão fazendo de conta que são índios para poderem ter terra” Eles escutam isso permanentemente. Então isso cria insegurança, um mal estar, um desconforto muito grande em cada um deles. Por conta de falar: Mas ser índio é o quê? Ser índio é ter uma língua? Nós não temos língua., Ser índio é viver lá no meio do mato? Nós não vivemos mais. Então nós não somos mais índios ? Ou nós somos índios?”*** Mais do que um desconforto e um mal estar, a questão da identidade tornou-se cada vez mais um problema central a ser administrado pelos Tupiniquins, uma vez que o governo da época se aproveitava disso para descaracterizar a luta do grupo pela demarcação do território que tradicionalmente ocupavam. (SOUZA, J. R. C. 2000, p. 75, grifos do autor).

Novos atores entram em ação, com o crescimento dos meios de comunicação que se instalam no tempo e no espaço. A luta contra os generais (regime militar) sai de cena, pela democracia que se afirma a igreja antes muito importante no apoio aos sem voz, diminui sua atividade e as O.N.G.(s) se afirmam, assessorando, coordenando. Se mesclam aos movimentos ecológicos, apoiados na multiterritorialidade que a internet e as novas formas de estar, comunicar e compreender o mundo trazem. Acompanhemos uma entre muitas das ações que esse pensar estratégico global realizou;

Para que a voz indígena pudesse ter mais eco, seus atuais caciques José Luiz Ramos (Tupiniquim) e Maurício Gonçalves (Guarani) estiveram em dois países da Europa de 19 de Maio a 3 de junho de 1997, desenvolvendo uma série de atividades no meio das ruas de grandes cidades, para chamar a atenção das pessoas para sua luta, Os países escolhidos foram a Suécia, de onde veio a tecnologia usada na fábrica de celulose, e a Inglaterra, maior importadora da celulose produzida em Aracruz. (CRUZ, 1997, p.160).

A interpretação conseguida e abaixo descrita por Sandro José da Silva na sua dissertação, Tempo e Espaço entre os Tupiniquins, interliga, encadeando no tempo a luta pelo espaço que os Tupiniquins realizaram, comprovando suas hipóteses abaixo, mantêm-se válidas;

- a) A terra indígena Tupiniquim é fruto de um extenso processo de negociação política, fundiária e étnica que envolve diferentes atores sociais;
- b) Os atores envolvidos revelam identidades oscilantes segundo a situação em jogo;
- c) O poder de definição da terra indígena Tupiniquim repousa aparentemente na F.U.N.A.I.
- d) A dinâmica de estabelecimento da terra indígena Tupiniquim é comparável a uma malha de sentido espacial que se sobrepõe e reordena os significados do tempo (SILVA, S. J. 2000, p. 3).

A seqüência de mapas abaixo cartografa no Território Municipal os Territórios indígenas nas sucessivas ampliações, fruto da Luta pela Terra, dinâmica longa de décadas e de um modo mais alargado, de séculos.

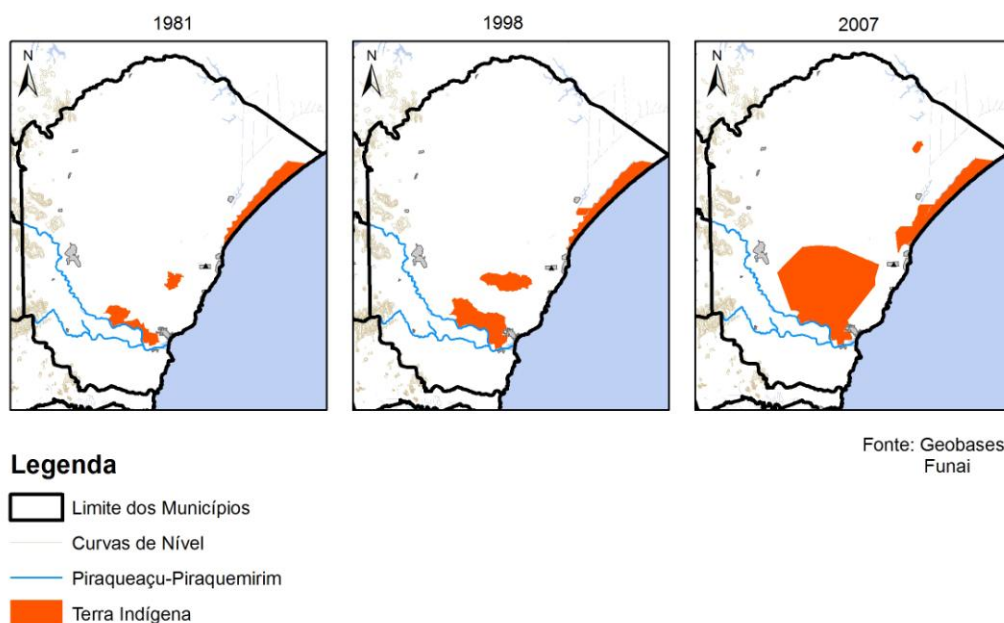


Figura 24: Seqüências de Ampliações dos territórios indígenas.
Fonte: Geobases (IJSN), FUNAI (2010)

Na atualidade a coevolução das populações indígenas com o território e com as populações circunvizinhas se insere através da Globalização em um movimento de afirmação dos direitos próprios. São as mídias não só locais estaduais, mas de âmbito mundial que transformam as dinâmicas internas dos sujeitos Tupiniquim e Guarani em uma voz que chega mais longe, facilitando assim o reconhecimento de suas ações e direitos.

Os elementos da análise da territorialidade da etnogênese que integram os itens do capítulo foram uma análise histórico-geográfica das populações do Piraquê-açu, a dinâmica territorial das comunidades indígenas; a aproximação do fenômeno urbano e, por fim, a construção política da problemática das reterritorialização em tela na atualidade. Com as partes integrantes do capítulo até este ponto insere-se, de um modo muito geral o percurso, principalmente o Tupiniquim, no tempo e no espaço histórico da interação das várias etnias e suas relações com o Estado. Na próxima e última parte, traz-se à discussão o novo empreendimento industrial que se apresenta com possibilidades acrescidas de causar dano à Biodiversidade quanto à Sociodiversidade.

4.7 PRÓXIMO GRANDE IMPACTO INDUSTRIA

Proximamente será construído um estaleiro de construção e reparação naval no espaço demarcado pela imagem de satélite (fig 30), da própria empresa que conjugadamente à demanda da indústria petrolífera fortalecerá o pólo industrial do município. Química, petroquímica, metalomecânica de grande porte e de grandes impactos ecológicos em seu funcionamento normal, e de conseqüências terríveis, em caso de graves acidentes como o recente acidente da costa do México onde, a dificuldade em fechar um poço após o acidente, em uma exploração em situação similar ao da exploração dos blocos adjudicados em frente ao município na plataforma continental, poderá causar.

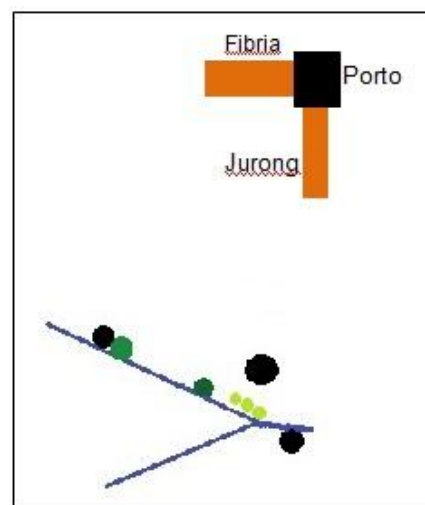


Figura 25: Espaço para os Estaleiros Jurong
Fonte: Reunião de avaliação Aracruz 290310.

Esquema Empreendimentos

Estaleiro similar ao que a empresa Jurong construirá em Aracruz conforme informação da própria (fig 31). O acréscimo de população, na perspectiva da prefeitura de Aracruz e da empresa Jurong estima um acréscimo de 10000 habitantes, conseqüência de quase 5000 empregos diretos e indiretos. Certamente a qualidade ambiental do município terá uma piora, principalmente a norte de Barra do Sahy e a pressão sobre as infra-estruturas exigirá um investimento que se espera que acompanhe a demanda acrescida não só pela atividade de produção, mas principalmente pela infra-estrutura social.



Figura 26: Estaleiro gêmeo da futura construção.
Fonte: Reunião de avaliação Aracruz 290310.

Uma margem à Etnogênese e às territorialidades inerentes ao SNUC quando analisado localmente mostra um cerco regional causado pela urbanização crescente, como do crescimento da industrialização em uma escala que ultrapassa o município. Os contextos da expansão da Grande Vitória, os corredores de exportação, como estratégia desenvolvimentista, constituem patamares de análise da problemática local que se cruzam com corredores ecológicos para salvaguardar o patrimônio genético de ecossistemas em risco, todas as ações que se projetam no restrito espaço do entorno do Piraquê-açu. Linhas de pesquisa para o futuro que correspondem a reflexões de um eixo desta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Índio do Piraquê-açu do século XX é Tupiniquim, é Guarani, sim, também é um caboclo de forte ascendência Tupiniquim, sim. Esse índio também faz parte dos contingentes das populações envolvidas, onde os aldeamentos jesuíticos, seculares de Nova Almeida, Serra Sede, Santa Cruz mais agiram. O adjetivo caboclo, surge porque as populações que se consideram não índias assim denominam os outros e algumas vezes, a si próprios. Constatado através de entrevistas com pessoas agricultores e pequenos comerciantes que vivem no entorno do Piraquê-açu.

O Morador das margens do Piraquê-açu, têm desde modos de vida conectados aos ritmos da natureza, até modos de vida urbanos e industriais o que possibilita grande diversidade de combinações culturais. As infra-estruturas dessa urbanidade envolvem os territórios indígenas e o estuário do Piraquê-açu fortemente, com tendências à densificação, quer pelo crescimento da Grande Vitória, como pela fixação de mais empresas industriais e finalmente pelo crescimento da população local onde a migração têm significado determinante.



Figura 27: Pesca artesanal
Fonte: Acervo do Autor (2010)

Pelo reconstituição histórica realizada atrás, os conflitos pela terra são recorrentes, assim como um acentuado degradar ecológico, que conforme se viu, entra atualmente numa nova fase (Jurong), pela ampliação do parque industrial, agora ancorada também na construção naval e na indústria petrolífera, conforme se viu, com riscos de desastres ambientais de grandes proporções e de difícil controle, como os surgidos da exploração petrolífera em águas profundas, onde ao se colocar esse problema, dever-se-á localmente ter a capacidade de combate a esses riscos acrescidos, no mínimo em uma fase inicial, atuando em uma lógica de prevenção permanentemente em vista da grande diversidade e riqueza tanto humana como biológica, demonstrada pelas populações estudadas e pelos territórios considerados.

Numa atualização do fenômeno religioso, o mesmo passa pelo surgimento visível dos evangélicos que atuam com resultados aparentemente semelhantes ao que acontece nas populações não indígenas, com a variante de convívio com outras crenças religiosas que atravessam o Animismo, a Pajelança, o Catolicismo. Pela produção acadêmica consultada, o convívio da diversidade religiosa não é problema, ainda que, essa divisão, intervenha nas relações locais de poder.

Há uma resistência à chegada de novos residentes. Tal é referido em relatos e entrevistas longos no tempo e é mencionada esporadicamente na produção acadêmica, a luta pela “posse/retomada” da terra indígena, desde as primeiras demarcações (1979), Em entrevista realizada com Francisco das Chagas coordenador técnico da F.U.N.A.I. em Aracruz. Ele referiu que de modo geral as atividades profissionais das populações indígenas, são semelhantes às das outras pequenas localidades e assim, como nessas outras localidades a problemas de sobrevivência. A justificativa dessa afirmação é “a Terra não chega”. O aparente recorte territorial e a etnogênese, não invalidou o crescimento populacional das populações Tupiniquim e Guarani a um nível elevado, e que o casamento entre indígenas e não indígenas situado em 20% (2010), informação verbal obtida de funcionário da FUNAI, em Caieiras, revela um dinamismo e uma interação grande com as populações envolvidas, o que contraria o aparente fechamento dessas populações sobre si mesmas, fatos que às vezes parecem evidentes e que não são. A construção do imaginário do grupo étnico, a religião, constitui alicerces tanto da sociedade como do próprio ser. A Metafísica condicionando a física e gerando

algumas das mais belas páginas que a humanidade já escreveu e também das mais negras. Gilberto Freire e outros pensadores da metade do século XX falavam no Homem tropical, cordial, o homem novo assim como a intelectualidade mexicana produzia mitos e paradigmas semelhantes. Foram importantes ao trazerem a discussão, todavia sem negar os laços, a cordialidade seria mais a exceção que a regra e ao colocarmos o enfrentamento como o centro das relações inter-étnicas históricas, e na atualidade, ganha-se clareza, aumentando em utilidade as reflexões gerais quer as específicas desta pesquisa.

Como este trabalho demonstra e outros, eles os Tupiniquim não desapareceram, e caminham bem obrigado. Itatuitim, atrás referido, poeticamente pegava índios a laço. Aliás, que laços foram esses com que se têm criado a América. O chicote, a força a coerção, o sexo, a exploração, mas também a surpresa, a admiração, assim mesmo, custa a compreender como de tanta injustiça, que se mantêm até hoje, nasceu um estado, de muitos povos, muitas culturas, mestiço na cor e na alma.

O Brasileiro é uma “construção”, acontecendo ao longo dos últimos quinhentos e poucos anos e ela se fez com perdas e ganhos por povos em sua maioria, exteriores ao continente americano. Realidade essa que envolve o Piraquê-açu, constituindo, como ficou realçado um semi-círculo urbano que se adensa, gerador de poluição e assim potencial causador de perdas ambientais.

Este trabalho acrescenta indicações, que a privatização do espaço por indivíduos, empresas ou organismos governamentais, usando-o para atividades econômicas geralmente prejudiciais ao ambiente, é uma dinâmica que se apresenta, ainda, em expansão na humanidade. Essa expansão é sancionada por governos, que vivem duma tributação ao tecido produtivo e à circulação, onde o recorte territorial favorece o controle de Estado, O avançar das relações capitalistas sobre espaços anteriormente menos acessíveis ao capital, é uma causa de perda de biodiversidade e sociodiversidade como aconteceu nos Territórios Tupiniquim e Guarani do Piraquê-açu, O crescimento populacional incha as cidades, que localmente ao sul do Piraquê-açu, é a Grande Vitória enquanto ao norte são as manchas urbanas de Aracruz e Coqueiral, o que como geradoras de poluição constituem um problema

crescente para as os Territórios Guarani e Tupiniquim, assim como para as unidades de conservação do Piraquê-açu e do mar próximo conforme mapa 09.

Quase todas as sociedades mundiais tiveram em um passado mais espaços não tributados e maior importância de outros sistemas de posse e controle de territórios com fins diversos. A recuperação de espaços florestados e agricultados, sem o aporte de energia, nutrientes e minerais vindos do exterior, necessita de um pousio, tanto maior quanto mais frágil for o solo e as condições bioambientais. Sistemas esses, organizados por uma lógica comunitária, habitualmente menos excludente.

O objeto de estudo deste trabalho foram as margens do Piraquê-açu onde decorre uma etnogênese com reflexos espaciais, políticos, sociais muito significativos à escala das populações e territórios envolvidos (o município), e onde a questão étnica, é o núcleo central em que se apóiam as reivindicações pleiteadas ao estado.

A questão étnica, o nacionalismo e o individualismo, têm se tornado determinante em mudanças geopolíticas significativas, com expressão local, como é o caso no Piraquê-açu, mas também global pelo número elevado e crescente na afirmação de povos sem terra, dinâmica de demandas e conflitos onde as mídias e as novas tecnologias proporcionam formas de organização, construção, e lutas inovadoras, com características conectadas ao que se permite chamar de Pós-Modernidade.

Se uma corrente ancorada em Ratzel, telúrica, geopolítica bio-geográfica, ecológica, ainda que distante, percorre este trabalho, ela acompanha reflexões Geográficas atuais “onde a noção da diversidade da natureza, substitui o velho e monolítico conceito de uma natureza monista”. (MOREIRA, 2006, p. 146).

A visão da bioengenharia, da biodiversidade, do reciclado, do renovável do organicismo, da sociodiversidade, se afirmam como partes do novo paradigma teórico e prático. Se a natureza na forma de ecossistemas, deverá substituir parte significativa da indústria petroquímica (o recurso não renovável do petróleo terá que ser substituído). Os volumes demandados de matéria primas associados à Petroquímica são gigantescos e consoante a substituição dessas matérias primas for demanda, corre-se o risco de mais monoculturas, planejadas racionalmente,

serem implementadas a custo do quê? Não de um espaço subjetivo, mas sim de um espaço quantificável, concreto. Espaço esse já em crise de sobre uso, como se viu no entorno do Piraquê-açu.

Localmente a circulação, a atividade industrial da região são sinteticamente apresentadas no esquema abaixo, o que possibilita maior visibilidade das conexões locais, e o mesmo interliga o esquema que acompanhou diversas imagens ao longo de todo o texto. Possibilitar ao leitor informação cartográfica capaz de uma leitura própria foi um objetivo.

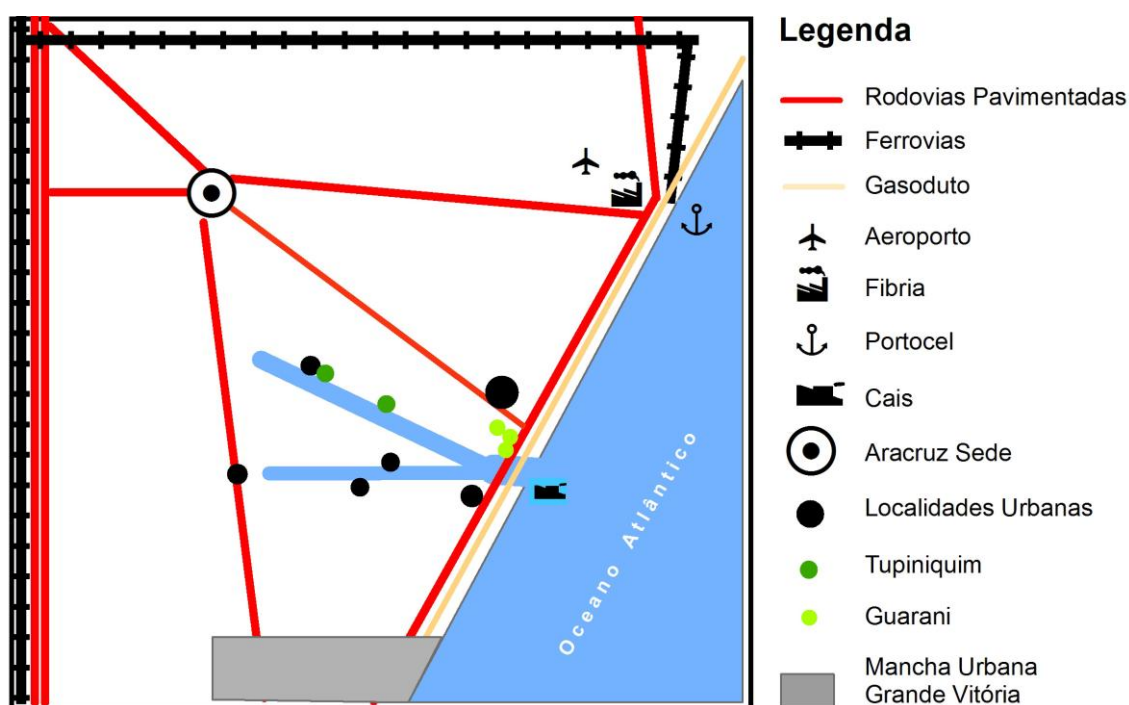


Figura 28: Esquema de Circulação da Região Piraquê-açu
Fonte: Idealização do Autor

O esquema acima representa a acessibilidade e a circulação em uma escala regional estratégica. Rodeando o Piraquê-açu, estão representadas com uma simbologia próxima à habitualmente usadas em mapas; gasoduto, ferrovias, aeroporto, porto, rodovias destacando-se com simbologia dupla a BR.101 a Oeste. Rodeado por esse contexto, interligados pela possibilidade de navegação do Piraquê-açu e a ele relacionadas, um conjunto de localidades se viram mais para dentro. A conexão entre o interior do Piraquê-açu e as envoltórias urbana e industrial é realizada predominantemente pelas localidades de Coqueiral, Santa Rosa e Santa Cruz.

Não é objetivo direto deste trabalho uma crítica ao sistema capitalista, ou à propriedade privada. Igualmente não estão subjacentes idéias alternativas de construção da sociedade como um retorno ao aconchego da mãe Gaia. Reconhecem-se os impactos dos projetos sob o ponto de vista social e ecológico e a perspectiva é minimizar esses impactos, reforçando a autonomia das populações que historicamente têm assumido as perdas, dos projetos de colonização, industrialização que as empresas e os migrantes são a parte mais visível. Se as condições que levaram no passado à perda de territórios de maior sócio-diversidade e biodiversidade são reforçadas, então muito provavelmente tal perda se repetirá, o que não constitui uma boa perspectiva.

O recuo parcial da monocultura de eucalipto é vantajoso para o município e seus habitantes, assim como uma gestão melhorada da paisagem, do solo e da água, necessária ao tecido social e econômico. Tais melhorias se refletirão não só nas populações ribeirinhas do Piraque-açu mas também na população envolvente.

O desenvolvimento sustentável exige recursos renováveis. O consumo de papel têm sido crescente década após década e a indústria de celulose corresponde a essa demanda através da otimização de sua produção, usando de um conceito básico de nossa sociedade que é a especialização. Por outro lado, a celulose é um recurso natural e renovável e no caso do eucalipto de rápido crescimento. O uso de subprodutos vegetais de outras indústrias (cana, Bagaços vegetais, cascas) certamente pode contribuir para menores impactos decorrentes do processo produtivo satisfazendo parte da demanda por alternativas até ao momento pouco aproveitadas.

Em entrevista com Luis Fernando Meier que é ex-presidente da associação de moradores de Irajá, referiu que a abertura da estrada Primo Bitti, que foi um dos nossos pontos de partida deste trabalho, foi benéfica, pois permitiu que o transporte de trabalhadores para empresas pudesse passar pelas localidades de Caeiras e Irajá, e assim pegar trabalhadores facilitando a empregabilidade da população local. A venda dos produtos do mangue diretamente mariscador ao consumidor certamente aumentou o rendimento e a autonomia dos envolvidos pela supressão de intermediários depois do asfaltamento da rodovia Primo Bitti entre Coqueiral e

Aracruz (mapa 02, p.19) assim como o avançar da infra-estruturação das localidades de Caieiras e Irajá (ambos) que ao longo dos três anos de pesquisa são visíveis.

Um dos paradigmas que o estado relutantemente abandona em sua ação, consiste em permitir um reforço das identidades étnicas diferenciadas que prosperam e tentam criar, ampliar, seus espaços culturais e delimitar territórios. A ação de centralidade cultural do estado nação nascido sobre o positivismo (um povo, uma cultura um território e um governo), continua sua ação na mídia, embora, mesmo essa (a mídia), se apresente mais fragmentada e difusa pela explosão das comunicações quantitativas e qualitativas da revolução técnico científica da atualidade.

Interligar os Tupiniquins a um projeto de Estado está distante. Os direitos das minorias estão se afirmando no espaço planetário, o estado-nação tem que dividir seu poder, se subdividindo internamente, ou quando as tensões étnicas sociais e étnicas se agigantam sofrer “amputação” de partes de si. Os estados que não souberem gerir a questão étnica e as minorias, serão aqueles que mais rapidamente terão seus custos sociais e econômicos de manutenção das populações e dos territórios, crescentes até ao insuportável.

Quanto às populações Tupiniquins elas vão gerindo as alianças possíveis de modo a obterem espaço vital, seu território, necessário para o seu modo de vida de ontem, de hoje e de amanhã. Esse direito de afirmação se expressa, dialoga com o estado brasileiro, buscando um conjunto de políticas diferenciadas, capazes de proporcionar a si e aos povos em condições semelhantes, melhores condições à etnogênese ou reterritorialização no caso Guarani, onde a colaboração com organizações sociais diversas, parcerias, proporcionam um peso maior, frente ao Estado que seu numero e sua dispersão espacial parece não lhes conferir,

O repensar o estado nação moderno nascido das convulsões Napoleônicas e da revolução industrial, corresponde na atualidade, a uma necessidade face às novas demandas, consequência em parte da tecnoesfera informacional e das melhorias educacionais. (Geary 2005) e (Anderson, 2008) que, nos ajudam a compreender a criação das nacionalidades no contexto político da afirmação republicana,

hegemônica na América concomitantemente às independências das Américas, mesmo com os Impérios Brasileiro e Mexicano. As Etnogêneses e demandas de povos indígenas são uma parte visível dessa necessidade do estado de aprimorar o diálogo.

Ao se estudar as margens está-se estudando os espaços de contacto entre diferentes, o início de onde começa um fenômeno de outra natureza., foi um estudo dos seus limites físicos e humanos observados de fora para dentro, do ambiente envolvente para os fenômenos da Etnogênese e sua territorialização considerados como algumas das Margens do Piraquê-açu.

Neste trabalho algumas questões importantes como a contribuição Jesuítica numa aculturação relativamente homogênea local, e na formação da cultura nacional foram rapidamente abordadas. Por outro lado, igualmente a ação das O.N. G(s), cada vez maior, com estratégias globais, mereciam uma atenção maior devido ao forte protagonismo ativo nos conflitos gerados das contradições do capitalismo “real”.

Ao longo desta pesquisa ouve-se falar de muitos projetos: ostra, sururu, algas, pesca, associações que existiam e já não existem, projetos abandonados, patrimônio vendido, esforço em vão, parece que pouca coisa funciona, a dimensão política “assistida” funcionou para as comunidades, melhor que dimensão econômica que tenta gerar autonomia, mesmo que no final essa autonomia de projetos seja uma forma de funcionar exterior às comunidades Tupiniquim e Guarani, estranha à sua forma de ser e estar no mundo, que em realidade, mesmo com as melhores das intenções, no final, consiste na inserção em circuitos econômicos que não são inerentes à dinâmica cultural dos Tupiniquins e Guarani em causa.

Uma margem desde trabalho foi ganhando corpo, A Ciência e a Ciência Geográfica. A reflexão teórica introspectiva sobre a ação geográfica no contexto histórico e espacial do momento. Os Paradigmas do passado a meia haste, sem vigor, mas não por terra. Resta-nos a liberdade de buscar, de conseguir. O Mito e a ciência governando o espaço podem ser. O espaço e a sua economia fazendo a história pode ser também, a ecologia planetária em ação local, também. Todavia aquilo que

mais se realiza é a ação dos sujeitos Tupiniquim e Guarani na construção do seu território alargando algumas margens que historicamente agiram sobre eles como processo desintegrador.

Resta-nos o Mito e a Ciência em uma fuga ao maniqueísmo, já que da oposição de ambos foi que o Positivismo se concretizou por paradigma. A desconstrução do materialismo permite criar novas interpretações da realidade. A racionalidade se subjetiva, já que a ciência, na Pós Modernidade não conflita tanto com os Mitos. A Física do Território dialoga com a Metafísica da Etnogênese em um quadro descrito de industrialização e urbanização regional. Foi um esforço, não alinhado, para a compreensão de uma realidade local, face à necessidade de territórios capazes de melhorar a qualidade social das populações tupiniquim, Guarani e tradicionais do Piraquê-açu, assim como através da imobilização de partes do espaço, contribuir para a qualidade ambiental local e global.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. **O Dom e a tradição indígena Kapinawá (ensaio sobre uma noção nativa de autoria)**. Religião & sociedade, Relig. Soc. Vol 28 n02 Rio de Janeiro 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0100-85872008000200004&script=sci=sci_arttext acesso dia: 18/08/2010.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas : reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARDREY, R. **The Territorial Imperative: a personal inquiry into the animal origins of property and nations**. Londres e Glasgow, Collins, 1966.

BANTON, Michael. **“Etnogênese”**. In: *A idéia de Raça*, trad de Antônio Marques Bessa. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARROSO, Gilberto Fonseca. **Development of an Evalution Framework for Sustainable Bivalve Aquaculture: A strategic plan approach in Espírito Santo, Brasil**. 2004. Dissertation to require the degree of Doctor of Philosophy in the department of Geography. University of Victoria.

BARTH, Fredrik. **“Economic spheres in Darfur”**. Em: R. Firth (Ed), *Themes in economic antropology*. London: Tavistock.

_____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de Jonh Cunha Comerford. Rio Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BARTOLOME, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, Rio de Janeiro, v.12, n 1, Apr. 2006 . Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?sript=sci_arttext&pid=s0104-93132006000100002&lng=en&nrm=iso. Access on 20 Sept. 2009. doi: 10.1590/s0104-93132006000100002.

BIARD, François Auguste. **“Deux années au Brésil”** Hachette 1862, Paris, tradução José Augusto Carvalho 1986.

BOURDIER, Pierre. **O Poder Simbólico**. (Tradução de Fernando Tomaz). 2 ed. Bertrand Brasil Rio de Janeiro, 1998.

BURGER, Julian. **Report from the frontier: The State of the World's Indigenous Peoples**. Zed Books, London, 1987.

BRUNHES, Jean. **Geografia humana**. Rio de Janeiro: Editora fundo de cultura, 1962.

CASANOVA, Pablo Gonzáles. **As Novas Ciências e as Humanidades, da academia à Política**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

CASTELLS, M. **Fim de milênio**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CICCARONE, Celeste. **Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres Mbya Guarani**. Tese (Doutorado em Ciência Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Conselho Indigenista Missionário- CIMI (Regional Leste) **Campanha Internacional pela ampliação e demarcação das terras Indígenas Tupinikim e Guarani**. Aracruz 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato (org); Rosendahl, Zeny (org). **Paisagens textos e identidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

_____. **Introdução à Geografia Cultural**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COSTA, Ricardo da (org). **Dimensões - Revista de História da UFES**, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº 14, 2002.

COSTA, Rogério H da. **O Mito da desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade**. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COUTINHO, José Maria. **Uma história do povo de Aracruz**. Aracruz: REITEM, 2006. 2v.

CRUZ, Maurilen de Paula. **Faça-se Aracruz (subsídios para estudos sobre o município)** Edições Tempo Novo, Serra. 1997.

DEMONER, Sonia Maria. **Historia da Polícia Militar do Espírito Santo 1835-1985**. Vitória. 1985.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do Pós-Modernismo**, Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

FERNANDES, Afrânio. **Fitogeografia brasileira**. Fortaleza: Multigraf, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A Função Social da Guerra na sociedade Tupinambá**. 1952.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da Fatura à escassez: a agroindústria da celulose e o fim dos territórios Comuns no Extremo Norte do Espírito Santo**. Dissertação Pós-graduação em Geografia humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas USP. São Paulo 2002.

FLORENCIO, Carlos M. D. da L. **Ilhas das Galhetas: área de preservação ambiental em risco**. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais UFES. Vitoria 2005.

FÖEGER, Tarcísio José. **Evolução dos recursos hídricos e Eucaliptocultura no Município de São Mateus/ES**. Monografia UFES Departamento de Geografia. Vitória, 2003.

FRIDMAN, Jonhatan. Ser no Mundo: Globalização e localização. In: Featherstone, Mike (org.) **Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GARCIA Canclini, Nestor. **Culturas híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**, 4 ed 4 reimp. 2008 (1ª ed 1997), São Paulo.

GEARY, Patrick J. **O Mito das Nações: a invenção do Nacionalismo**- São Paulo : Conrad Editora do Brasil, 2005.

GLISSANT, Eduard. [1990] 1997. **Poetics of Relation**. Trans. Betsy Wing. Ann Arbor: University of Michigan Press.

GODELIER, Maurice. **L'idéal et le materiel. Pensée, économies, sociétés**, Fayard, Paris:, 1984.

GOLDSTEIN, Melvin **"Ethnogenesis and resourc competition among Tibetan refugees in south índia"**. Em: Despres, L. (ed). *Ethnicity and resource competition in plural societies*, 1975.

GONZAGA, João Bernardino. **O Direito Penal Indígena**. A Época do Descobrimento do Brasil. Max Limonad Editor de Livros de Direito. São Paulo.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **"Regime de Índio" e Faccionalismo: os Atikum da Serra do Umã**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. PPGAS / MN / UFRJ. (1993).

GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia, 1972.

HAESBERT, R. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: Castro I. et al. (Orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995

_____, R. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

_____, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade**.: Bertrand Brasil, Rio de Janeiro. 2004.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização**. Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia. Rio de Janeiro, n.5, p. 7-19, 1 sem. 1999.

HALL, Stuart. **Da diáspora : Identidades e mediações culturais**. Tradução Adelaine Resende ...[et al]. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2003.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Edições Loyola, 10 ed, São Paulo. 2001.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade**. Editora UFMG, Belo Horizonte 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** ,(org.) Ricardo Benzaquen de Araújo, Lília Moritz Schwarcz. Companhia das Letras, São Paulo 2006.

_____. **Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**.

JAMESON ,F. Postmodernism, or, The cultural logic of Late capitalism. **Londres: verso. 1991**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 12, pp.16-26, jun.85, tradução: Vincius Dantas.

JESUS, H.C.; Santana, E.J.; Belo, M.J.; Silva, L.B.; Ceotto, C.S.; Castro Neves, D.M.; Castro, L.B.(2009) **avaliação da poluição ambiental dos rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim (Santa Cruz – ES) através da análise de águas, biomonitorios e sedimentos**. Relatório Técnico- Projeto Aracruz Celulose, Processo UFES nº 034373/2007-80.

LADEIRA, M. Inês. **Espaço Geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso**. Tese de doutorado apresentada Universidade de São Paulo. São Paulo 2001.

LEACH, Edmund Ronald. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia** / (trad) Antonio de Pádua Danesi, Geraldo Gerson de Souza e Gilson César Cardoso de Souza) Editora da Universidade de São Paulo; São Paulo, 1996.

LÉVEQUE, Christian. **A Biodiversidade:** / (trad) Valdo Mermelstein. EDUSC, Bauru, 1999.

LOUREIRO, Klítia. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupiniquim e Guarani M'bya e a empresa Aracruz Celulose S.A**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências humanas e Naturais. UFES. Vitória, 2006.

LYRA, Regina de Marchi. **Estudo da evolução do uso do solo da bacia hidrográfica do rio Sauê no município de Aracruz**. Monografia (Bacharelado) Centro de Ciências humanas e Naturais. UFES. Vitória, 2006.

MASSEY, Doreen B. **Pelo Espaço: Uma nova política da espacialidade**. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MEDEIROS, Rogério. 1983. **Espírito Santo maldição ecológica**. Rio de Janeiro, ASB Arte gráfica Editora.

_____. 1995. **Ruschi, o agitador ecológico**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MARACCI, Marilda Telles. **Progresso da Morte, Progresso da vida a reterritorialização conjunta dos povos Tupiniquim e Guarani em luta pela**

retomada de seus territórios, Espírito Santo Brasil. Tese Doutorado, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

MARCATO, Sônia de Almeida. **Da indianidade dos Tupinikin**. Brasília: FUNAI/MI, 1980.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar: Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Executiva, Fundo Nacional do Meio Ambiente **Projeto Caranguejo** ; Relatório de cumprimento do Objetivo final.. Vitória Espírito Santo, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert (org). **Ratzel**. São Paulo, Editora Ática S.A., 1990.

_____. **Geografia do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo.

MOREIRA, Ruy. **Espaço, Corpo do tempo, A Construção Geográfica das Sociedades**, Tese Doutorado , USP. São Paulo 1994.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?** . São Paulo : Contexto, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NARROLL, R. **“Ethnic unit classification”**, Current anthropology, vol. 4 n 4. 1964.

ODUM, Eugene P. **Fundamentos de Ecologia**. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1997. 5ª ed.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário cartográfico**. Rio de Janeiro IBGE, 1993 4ª ed

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta: política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2ª ed. Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

PACHECO, R. **Caieira Velha – onde os índios não andam despidos**. O Diário. Ano I, Vitória, 25 set. 1955.

PARAISO, M. H. B. Repensando a política indigenista para os Botucudos no século XIX. *Revista de Antropologia*, v. 35, p75-95, 1992.’

PINTO, Fernão M. **Peregrinação**. Edº cotejada com a 1ª ed por Neves Águas. Mem Martins, Publicações Europa América, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRITCHARD, D. W. **What is na estuary: physical viewpoint**. em: Estuaries (G. H. Lauff, ed) Amer. Adv. Sci. Publ. Nº 83 Washington, D.C. PP. 3-5.

RICARDO, Carlos Alberto. "Os Índios e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil, in SILVA, Aracy Lopes de. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus** / (org), Aracy Lopes da Silva e Luis Donisete Benzi Grupioni – Brasília, MEC / MARI/ UNESCO, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a civilização**. Círculo de Leitores Ltda. 1970.

_____. **Diários Índios: os Urubus – Kaapor**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

ROCHA, Levy. **De Vasco Coutinho aos contemporâneos**. Terra Capixaba, 1977.

_____. Levy. **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo**. Ebrasa editora S.A. Brasília 1971.

_____. **Viagem de D.Pedro II ao Espírito Santo**. Rio de Janeiro: ver Continente, Brasília INL, 1980.

RODRIGUES, Camila. **Identidade latino-americana: pensadores do século XIX**. Disponível em: <http://www.historianet.com.br>. Acesso em 12 maio 2005.

SALLETO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas; o início da colonização do Espírito santo**/ Nara Sallete- Vitória: Arquivo publico estadual, 1998.

SANTOS, Leonardo Bis dos. **Conflitos e agendas nas trilhas da política ambiental!** Debates acerca do processo de criação da APA Costa das Algas e do REVIS de Santa Cruz – E.S. Dissertação, Campos dos Goytacazes, RJ, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço – técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____, **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial** / Milton Santos [et all], 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Sílvia Coelho. **O índio perante o direito**. Florianópolis: EdUFSC, 1982.

SCHEINOWITZ, A. S. **A descentralização o Estado: Bélgica, França, Itália, Espanha, Portugal, Dinamarca, Brasil, Estados Unidos**. Brasília: Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930**. Companhia das Letras; São Paulo 1993.

SEED, Patrícia. **Cerimônias de Posse na conquista européia do novo mundo (1429-1640)**/ Patrícia Seed; São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SELLTIZ, Claire. **Métodos de Pesquisa nas relações sociais**; São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1974.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Unthinking Eurocentrism**; London: Routledge. 1994.

SIDER, Gerald M. “**Lumbré indian cultural nationalism and ethnogenesis**” *Dialectical Anthropology*, 1; 1976.

SILVA, Aracy Lopes de. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus** / (org), Aracy Lopes da Silva e Luis Donisete Benzi Grupioni – Brasília, MEC / MARI/ UNESCO, 1995.

SILVA, Sandro José da. **Tempo e espaço entre os Tupiniquim.**, Dissertação de Mestrado UNICAMP, 2000.

SUGUIO, Kenitiro. **Dicionário de geologia sedimentar e áreas afins** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SORRE, Maximilian, **Max Sorre** Geografia/organizador (da coletânea) Januário Francisco Megale; Ática: São Paulo 1984.

SOUZA, João Roberto Costa de. **O Tempo redescoberto: Os Tupiniquins no novo milênio**. São Paulo. Dissertação de Mestrado P.U.C, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de . **O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R.L.. (Org.). *Geografia: Conceitos e temas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, , v. , p. 140-164. 1995.

TATHAM, George. **A geografia no século XIX**. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, n. 150, ano XVII, 1959.

TEAO, Kalna Mareto e Loureiro, Klítia. **Historia dos índios do Espírito Santo**, - 1. Ed, Vitória, ES : Ed. Do Autor, 2009.

VITTE, Antonio Carlos. **Contribuições à história e à epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

VALLE, Eurípedes Queiroz do. **O estado do Espírito Santo e os espírito-santenses**. 3. ed., APEX gráfica e editora Ltda. 1971.

VIEIRA, Antônio. **Sermões**. Revisão e adaptação de Frederico Ozanam Pessoa de Barros; Edelbra, ERECHIM 1998.

SITES VISITADOS

http://www.aracruz.com.br/show_arz.do?act=stcNews&lastroot=63&id=5&long=1
acessado em 15/08/10.